

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
NÍVEL MESTRADO**

**WINNIE DE CAMPOS BUENO**

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO  
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO:**

Uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle

**São Leopoldo  
2019**

WINNIE DE CAMPOS BUENO

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO  
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO:**

Uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez

São Leopoldo

2019

B928p

Bueno, Winnie de Campos

Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle/ Winnie de Campos Bueno-- 2019.

167 f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Direito) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, 2019.

Orientador: Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez

1. Sociologia jurídica. 2. Imagem- Controle. 3. Collins, Patricia Hill. 4. Feminismo. 5. Movimento negro. I. Título. II. Rodriguez, José Rodrigo

CDU 34:316

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD  
NÍVEL MESTRADO

A dissertação intitulada: "PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO PENSAMENTO FEMINISTA NEGROUMA POSSIBILIDADE DE LEITURA DA OBRA BLACK FEMINIST THOUGHT: KNOWLEDGE, CONSCIOUSNESS, AND THE POLITICS OF EMPOWERMENT(2002) A PARTIR DO CONCEITO DE IMAGENS DE CONTROLE" elaborada pela mestrand **Winnie de Campos Bueno**, foi julgada adequada e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO.

São Leopoldo, 13 de junho de 2019.



Profa. Dra. **Fernanda Frizzo Bragato**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito.

Apresentada à Banca integrada pelas seguintes professoras:

Presidente: Dr. José Rodrigo Rodriguez

Membro: Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires *(Participação por Webconferência)*

Membro: Dra. Marcia Lima *(Participação por Webconferência)*

Membro: Dr. Wilson Engelmann *(Participação por parecer de avaliação)*

Dedicado às mulheres negras: àquelas cujos nomes ficaram conhecidos e principalmente àquelas cujos nomes foram ocultados da história.

## AGRADECIMENTOS

Inicio esses agradecimentos saudando Exu, pois sem Exu não se faz nada. Ao panteão africano, às deusas negras do Batuque, às divindades da umbanda, ao povo cigano, ao povo de rua. Obrigada minha mãe Yemanjá, por cuidar da minha mente e não me permitir afogar na minha própria loucura. Obrigada pai Xangô, por cuidar de meu corpo e fazer dele um templo mítico do agora. Obrigada mãe Oxum, pela doçura que coloca nos meus dias.

Agradeço também à minha mãe e iyalorixá Sandrali de Campos Bueno, ìyá Sandrali de Oxum, e à minha madrinha Saionara Gomes Conceição, ìyá Saionara de Oxum, por zelarem pelo meu *ori*, por cuidarem do meu sagrado e por serem tão atentas à minha orixalidade há mais de 20 anos. A benção mães.

Às mulheres da minha família, minhas avós Eli Souza de Campos e Nadir Bueno, minha irmã Ayanna de Campos Bueno, minha sobrinha Virgínia de Campos Bueno Gregol, minhas primas, minhas tias, que constituíram comigo os mais preciosos espaços seguros onde fui protegida, amada e cuidada o suficiente para ser capaz de nomear minha própria experiênciloa.

Às minhas amigas, especialmente Camila Falcão, Rosana Pinheiro Machado e Joanna Burigo, por me acolherem com tanto afeto e compreensão.

À Rede de Ciberativistas Negras, sobretudo ao núcleo Rio Grande do Sul, pelas trocas e aprendizados. À Larissa Santiago e à Viviane Gomes, por serem as estrategistas mais potentes e deliciosas que a internet já viu.

Aos meus queridos colegas do grupo de pesquisa Luta por Direitos, especialmente à Simone e ao Maurício, que fizeram com que a minha trajetória na Universidade do Vale do Rio dos Sinos fosse menos solitária e muito mais divertida.

Ao Marcelo Azambuja e à Denise Dora, pelos cafés, almoços, conversas e sobretudo pelo carinho afetuoso e genuíno que me auxilia na caminhada.

À Ana Maia, que ajudou sensivelmente nas traduções e na revisão desse texto.

À Rebeca Scalco, minha amiga de tanto e sempre, por botar fé em tudo que eu faço e ajudar sempre que preciso.

À Isadora, por tudo que compartilhamos durante a elaboração desse trabalho, por cada momento em que estivemos implicadas nele, por todos os aprendizados que se inscreveram aqui e em tantos outros lugares.

À Eliane Lídia Cruz, pelo suporte financeiro que sempre veio com tanto afeto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que possibilitou realizar esse mestrado.

À Vera Loebens e ao Ronaldo Cruz, e dessa forma agradeço à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, por todo o apoio, auxílio e disponibilidade sempre que necessitei.

Ao meu querido orientador, Dr. José Rodrigo Rodriguez, por tudo que me ensinou, pelas conversas, pelos alertas e sobretudo pelo olhar cuidadoso que teve comigo durante todo esse período. Essa dissertação é o resultado de um trabalho conjunto, de uma coalisão solidária pela construção de uma sociedade em que mulheres negras não sejam restringidas em seus direitos e você, Zé, é um aliado indispensável.

Às professoras Dra. Márcia Lima e Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires, pela oportunidade de tê-las em minha banca de defesa e pela inspiração para a trajetória acadêmica. Agradeço por terem aberto caminhos para que outras de nós pudessem escolher uma carreira acadêmica sem abrir mão da nossa negritude. A professora Thula também esteve na minha banca de qualificação e, através de seu incentivo e apoio, foi possível encontrar e conhecer pessoalmente a Dra. Patricia Hill Collins antes do término desse trabalho. Serei eternamente grata a você, Thula, por essa oportunidade.

A todo mundo que torceu, acompanhou, incentivou, contribuiu nos financiamentos coletivos para que pudesse apresentar trabalhos país afora, todo mundo que acreditou nessa dissertação: muito obrigada, vocês são a banca, a valoração e validação do meu conhecimento. Enquanto vocês acreditarem no que eu faço, seguirei fazendo.

À Zélia, Juliana e Ariel, que fizeram dos últimos dias dessa escrita uma experiência de acolhimento, cuidado e carinho. Obrigada por me receberem nesse lar tão especial, obrigada pela Mar.

No final desse processo, muitas coisas na minha vida se transformaram e ganharam novos sentidos. Entre milhares de resgastes, novas configurações e significados, romperam-se *imagens de controle* para dar espaço ao afeto, ternura, carinho e aconchego: Andressa, muito obrigada por permitir que a gente pudesse se reencontrar para construir uma história toda nova para nós duas, nomeada por nós mesmas e livre dos controles operados para manter mulheres negras em lugares de

submissão. Obrigada por refletir teu brilho dourado e bonito nos meus olhos. Obrigada por me permitir ser para você. Obrigada por ser para mim.

À professora Dra. Patricia Hill Collins, pelos aprendizados possibilitados a partir do estudo de sua obra e pela forma generosa e acolhedora com que me recebeu para dialogar sobre esse trabalho. Espero que o resultado seja útil para disseminar ainda mais seus escritos no Brasil e que a partir deste seja possível que suas palavras inspirem mais mulheres negras a produzir teoria de forma crítica.



O que os colonizadores não entenderam foi a profundidade das nossas alianças. Quando nos arrastaram da África para os portos do Haiti, Jamaica, Cuba, Mississipi e Brasil, não sabiam que nossos corações separados continuariam a bater como se estivessem em um só corpo. E que nossas vozes, mesmo fraturadas, continuariam cantando em uníssono.

Evelyn C. White

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é introduzir o pensamento da socióloga Patricia Hill Collins, como uma possibilidade teórico-crítica que permite compreender como se constituem as ausências de direitos para as mulheres negras, bem como apresentar suas principais contribuições teóricas para o campo do Direito. A hipótese dessa pesquisa é que a experiência multidimensional vivenciada por mulheres negras pode ser lida como uma chave analítica para compreender como se dão os processos de subjetivação de grupos subordinados. É uma pesquisa do tipo descritivo, sendo utilizada como principal técnica de pesquisa o método bibliográfico. Como conclusão, apresento como os processos de resistência constituídos por mulheres negras são fundamentais para a construção de mudanças sociais eficazes para a alteração do panorama de desigualdades e supressão de direitos que vivenciamos nas sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** *Imagens de controle*. Patricia Hill Collins. Feminismo. Movimento Negro. Sociologia Jurídica.

## ABSTRACT

The main goal of the following work is to introduce sociologist Patricia Hill Collins' thoughts as a possible critical theory approach to understanding how the lack of social rights for black women is built. It also aims at presenting Collins main theoretical contributions to the Law studies. The hypothesis presented by this research is that black women's multitudinal experience can be read as an analytical key to understanding how the subjectivation process of subordinate groups happen. This is a descriptive research, its main method being the bibliographic survey. I conclude by showing how the resistance processes built by black women are fundamental to the building up of social changes that can effectively affect the current panorama of rights suppression and inequalities that we experience in nowadays societies.

**Keywords:** *Controlling images*. Patricia Hill Collins. Feminism. Black Movement. Sociology of law.

## LISTA DE SIGLAS

ASA	<i>American Sociological Association</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
HGSE	Harvard Graduate School of Education
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 PATRICIA HILL COLLINS: DA RECUPERAÇÃO DA PRÓPRIA VOZ À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A JUSTIÇA SOCIAL</b> .....	<b>31</b>
2.1 SEM ALIENAR-SE DE SI: A VIDA DE QUEM DEDICOU A SUA VIDA A PRODUZIR TEORIA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS .	<b>35</b>
2.2 A RELEVÂNCIA DO PENSAMENTO DE PATRICIA HILL COLLINS PARA OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO.....	<b>54</b>
<b>3 IMAGENS DE CONTROLE: UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE PARA COMPREENDER A MATRIZ DE DOMINAÇÃO</b> .....	<b>69</b>
3.1 O CONCEITO DE <i>IMAGENS DE CONTROLE</i> EM <i>BLACK FEMINIST THOUGHT: KNOWLEDGE, CONSCIOUSNESS, AND THE POLITICS OF EMPOWERMENT</i> ...	<b>71</b>
3.2 CONTROLE, MÍDIA E O OUTRO: OS CORPOS E OS COMPORTAMENTOS DE MULHERES NEGRAS A PARTIR DE DEFINIÇÕES EXTERNAS.....	<b>112</b>
3.3 A RESISTÊNCIA ÀS <i>IMAGENS DE CONTROLE</i> A PARTIR DO PONTO DE VISTA AUTODEFINIDO .....	<b>120</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VERDADE SOBRE MIM EU MESMA POSSO DIZER</b> .....	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>154</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação apresenta uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, da socióloga afro-americana Patricia Hill Collins. Esse empreendimento teórico tem uma história que merece ser contada, pois, durante o processo de realização desse trabalho eu aprendi que é preciso se posicionar no texto da forma mais honesta possível. É importante dizer o que estamos fazendo, porque estamos fazendo e para quem estamos fazendo. É por isso também que este trabalho é escrito na primeira pessoa, algo não usual na pesquisa em Direito, mas justificável quando refletimos a respeito de quem tem escrito, falado e manipulado o Direito historicamente. Escrevo em primeira pessoa porque, ao fazer isso, tomo para mim a responsabilidade sobre meus escritos e me permito fazer o que esse trabalho me ensinou de mais valioso: nomear a própria experiência, o que é um exercício de poder, um privilégio. Quando uma mulher negra toma para si a possibilidade de nomear sua própria experiência, o poder se apresenta para ela como algo factível. Um poder que se configura na possibilidade de desafiar estruturas opressoras para garantir a própria sobrevivência.

O pensamento feminista negro é das estratégias de resistência das mulheres negras e não de observações externas, apartadas e supostamente neutras. Logo, ao me implicar diretamente nas análises desenvolvidas nesse texto, busco exercitar o poder de nomear a minha experiência acadêmica em conjunto com as intelectuais negras que fizeram esse exercício possível.

Compartilhar esse exercício de poder é um processo importante da minha trajetória acadêmica porque pode inspirar outras mulheres negras a tomarem para si o controle das suas próprias narrativas em primeira pessoa, da mesma forma com que eu fui inspirada por outras antes de mim. O poder feminino é uma constante nas expressões religiosas de matriz africana, as quais comungo. Um poder feminino que não está organizado em uma perspectiva excludente e proselitista, mas a partir de uma série de pressupostos civilizatórios trazidos de além-mar e ressignificados na diáspora, a partir da oralidade e do protagonismo de mulheres negras em tarefas que muitas vezes são lidas no ocidente contemporâneo como submissas, mas que, organizadas conceitualmente a partir do compartilhamento coletivo e da multiplicidade, ganham outros contornos. Jurema Werneck, através do conceito de

*ialodê*, auxilia a compreender como o poder feminino e negro está inscrito na ação política do feminismo negro não apenas a partir de figuras históricas que materialmente mobilizaram mudanças sociais, mas também numa memória social negra e ativista que centraliza a orixalidade<sup>1</sup> como uma ferramenta importante para a articulação política. Quando Beatriz Moreira da Costa, Mãe Beata de Yemonjá,<sup>2</sup> nomeia a si mesma enquanto feminista, uma mulher negra octogenária, liderança de uma comunidade de terreiro histórica e internacionalmente conhecida, percebo a potência da auto-definição de mulheres negras. Escrevi, portanto, com as mulheres negras e a partir do compromisso com o legado dessas mulheres.

Apesar de as estruturas de conhecimento ainda serem controladas por uma elite de homens brancos que define as premissas para a validação do conhecimento, fazendo com que os interesses e paradigmas articulados por esse grupo se sobreponham a outras perspectivas, o critério de valoração do conhecimento utilizado por Patricia Hill Collins se volta às mulheres negras como agentes do conhecimento, tendo a comunidade acadêmica negra como um lugar passível de tensionar os padrões vigentes e constituir marcos de validação do pensamento teórico que estejam alicerçados em critérios que tenham por centro as dimensões do pensamento de mulheres negras<sup>3</sup>. O esforço teórico que está inscrito nesse trabalho parte desse diagnóstico, parte de um compromisso intelectual e político com a comunidade negra.

Quando eu ingressei no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, minhas intenções de pesquisa eram outras. O projeto através do qual eu obtive aprovação falava sobre expressões religiosas das tradições de matriz africana e estado laico. Um bom projeto, um projeto que poderia ter sido o enfoque do meu mestrado, mas não foi. Não foi porque na primeira semana de aula eu fui apresentada ao livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, pelo professor Dr. José Rodrigo Rodriguez, meu orientador.

---

<sup>1</sup> A orixalidade diz respeito à relação de pertencimento com o mítico sagrado de matriz africana representado a partir da relação sujeito-orixá. Esse pertencimento não está necessariamente organizado a partir de uma iniciação ritual, mas de um relacionamento construído com o reconhecimento dessas tradições como parte da constituição da subjetividade negra.

<sup>2</sup> Beatriz Moreira Costa, nascida no Recôncavo Baiano em 1931, ficou internacionalmente conhecida como Mãe Beata de Yemonjá. Mãe, ativista, escritora, defensora dos direitos das mulheres, Mãe Beata dedicou sua vida a lutar contra o machismo e pela preservação e valorização dos pressupostos de matriz africana.

<sup>3</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Epistemology. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment. New York: Routledge, 2009. p. 269-290.

O professor sugeriu que eu refletisse a respeito da realização da minha dissertação a partir da obra de Patricia Hill Collins. Uma socióloga brilhante, pouco lida, raramente estudada com profundidade. Porém, havia um problema: a maioria da bibliografia produzida pela autora era escrita em inglês, inclusive o livro que eu passaria a carregar comigo todos os dias, para qualquer lugar que fosse, durante esses dois anos que cursei o mestrado. O fato de o livro ser escrito em inglês me colocou em uma posição de cautela, uma vez que eu nunca tinha lido um livro acadêmico integralmente escrito em outro idioma. Disse para o professor que eu não sabia se o meu conhecimento de inglês era suficiente para concluir essa empreitada, levantando um questionamento sobre as minhas próprias habilidades acadêmicas. Felizmente, o professor José Rodrigo não desestimulou o estudo, ao contrário, apostou nas minhas capacidades intelectuais e confiou nas mesmas. Essa confiança, pela qual tenho imensa gratidão, foi um incentivo para que eu encarasse com tanto cuidado a obra que significou o início de um trabalho que se encerra com a apresentação desse texto.

Contar a história desse tema de pesquisa me é importante por uma razão: a crença de que, a partir desse relato, outros professores brancos em programas de pesquisa em que pessoas negras são a exceção, como foi o meu caso, se sintam impelidos a confiar nas habilidades de pesquisa e na formulação teórica de mulheres negras. Contar a história desse trabalho é apostar que a pesquisa em ciências sociais aplicadas possa significar, para acadêmicas negras, a possibilidade de fazer teoria, sobretudo teoria crítica social, como Patricia Hill Collins vem realizando.

A vasta contribuição teórica de Patricia Hill Collins, que apresenta um pensamento extremamente vivo e dinâmico, ainda é ocultada das ementas de disciplinas dos programas de pós-graduação no Brasil. Também não há em português nenhuma tese ou dissertação na área do Direito que tenha por tema o pensamento da autora. No banco de teses e dissertações da UNISINOS não há nenhum registro cadastrado a partir do filtro “Patricia Hill Collins”. O Portal de Periódicos CAPES/MEC apresenta 45 resultados para o assunto “Patricia Hill Collins” a partir do idioma português, entre os quais estão: o artigo *Aprendendo com a outsider within: a*



*significação sociológica do pensamento feminista negro*<sup>4</sup>, publicado em 2016 na revista *Sociedade e Estado* e uma resenha de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, de autoria das pesquisadoras Neide Mayumi Osada e Maria Conceição da Costa<sup>5</sup>. O restante dos materiais catalogados consiste em artigos que utilizam o pensamento de Patricia Hill Collins como marco teórico.

Quando da formulação do projeto desta dissertação, o catálogo de teses e dissertações da CAPES apresentava apenas oito resultados para “Patricia Hill Collins”, sendo seis dissertações e duas teses. Entre esses trabalhos, cinco estão inscritos na área “linguística, letras e artes”<sup>6</sup>, dois estão inscritos na área “ciências

---

<sup>4</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>5</sup> OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 100-102, 2008. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/854>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Ane Caroline de Faria. *The mammy, the matriarch, the Jezebel: Beyond Controlling Images of Black Female Subjects in Their Eyes Were Watching God, Sula, and The Women of Brewster Place*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) –Curso de Estudos Literários, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-AANPPS/disserta\\_o.anecaroline.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-AANPPS/disserta_o.anecaroline.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LANARI, Luiza de Oliveira. *Spatializing Race, Gender and Identity in Gloria Naylor’s The Women of Brewster Place and Toni Morrison’s Paradise*. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos Literários., Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-ARVJAZ/disserta\\_o\\_luiza\\_de\\_oliveira\\_lanari.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-ARVJAZ/disserta_o_luiza_de_oliveira_lanari.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior. *O corpo materno em Without a Name e Butterfly Burning*, de Yvonne Vera: tensões, transgressões e resistências. 2017. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2017/06/O-CORPO-MATERNO-EM-WITHOUT-A-NAME-E-BUTTERFLY-BURNING-DE-YVONNE-VERA-TENS%C3%95ES-TRANSGRESS%C3%95ES-E-RESI.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, Danielle de Luna e. *Maternagens na diáspora amefricana: resistência e liminaridade em Amada, Compaixão e Um defeito de cor*. 2017. 171 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2017/06/MATERNAGENS-NA-DI%C3%81PORA-AMEFRICANA-RESIST%C3%80NCIA-E-LIMINARIDADE.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, Patricia Carla Freitas da. *Modos de ver, modos de dizer: poesia, cinema e insubordinação política a partir de Luiza Neto Jorge*. 2016. 137 f. Tese (Doutorado) - Curso de Literatura e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26693/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20%20vers%c3%a3o%20definitiva.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

humanas”<sup>7</sup>, e um trabalho está inscrito na área “ciências sociais aplicadas”<sup>8</sup>. Porém, nenhum destes trabalhos tem por objetivo organizar a obra de Patricia Hill Collins. O pensamento da autora é utilizado nessas pesquisas como fundamentação teórica ou ferramenta de análise.

O objetivo central desse trabalho é introduzir o pensamento da socióloga Patricia Hill Collins, através da sua principal obra, como uma possibilidade teórico-crítica que permite compreender como se constituem as ausências de direitos para as mulheres negras. Secundariamente, visou apresentar a vida e a obra de Patricia Hill Collins, sobretudo para as ativistas feministas negras, uma vez que, embora esse seja um dos textos mais aclamados no campo das teorias feministas, até a finalização dessa dissertação ainda não havia uma tradução integral da obra em português. As análises realizadas nesse trabalho foram feitas a partir do texto original. É importante salientar que a maioria das traduções citadas foram feitas por mim com as valiosas ajudas de Joanna Burigo e Ana Maia.

Também objetivo comprovar que o método utilizado por Patricia Hill Collins na formulação da obra ora estudada é uma possibilidade metodológica para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no campo do direito que tenham por objetivo investigar o acesso à justiça para a população negra, sobretudo para mulheres negras. Dessa forma, o presente trabalho busca organizar um referencial teórico que possa ser utilizado por pesquisadores e pesquisadoras negras que, frequentemente, encontram dificuldades para a realização de monografias, em razão da ausência de referências bibliográficas preponderantemente organizadas por intelectuais negras em português.

---

<sup>7</sup> SILVA, Vanessa Patricia Machado. O processo de formação da lei de cotas e o racismo institucional no Brasil. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24368/1/2017\\_VanessaPatr%C3%ADciaMachadoSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24368/1/2017_VanessaPatr%C3%ADciaMachadoSilva.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUZA, Lucas Colangeli de. Identidades étnicas de professoras: interseccionalidade de gênero, família e escola. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Étnicas e Contemporaneidade, Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2018/07/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MESTRADO-LUCAS-COLAN>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

<sup>8</sup> SANTOS, Gabriela Renata Rodrigues dos. Trajetórias profissionais de mulheres negras em empresas multinacionais em São Paulo. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18301/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Gabriela%20Santos\\_%20versaofinal\\_revisada1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18301/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Gabriela%20Santos_%20versaofinal_revisada1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Destaco que no texto de qualificação eu traduzi *controlling images* para o termo *imagens controladoras*. A mudança para o termo *imagens de controle* se deu a partir da produtiva conversa que tive com Patricia Hill Collins em outubro de 2018 na cidade de Cachoeira (BA), na ocasião da Feira Literária de Cachoeira. A autora concordou em dialogar comigo pessoalmente, o que foi muito útil para a definição da tradução dos conceitos abordados nesse trabalho, bem como para a redação final. A partir da explicação de Patricia Hill Collins sobre o conceito de *imagens de controle*, optei por essa tradução porque julguei mais adequado ao significado do conceito.

Esse trabalho se ancora na reflexão a respeito das experiências de mulheres negras de forma multidimensional, especialmente em três níveis articulados<sup>9</sup>. O primeiro nível diz respeito à forma como as *imagens de controle* criam obstáculos para suprimir os processos de subjetivação e autonomia das mulheres negras, as quais articulam mecanismos para a superação do controle exercido pelos grupos hegemônicos para mantê-las em situação de subordinação, o que garante sua exploração econômica, bem como a restrição do exercício de cidadania e da efetivação de direitos. A subjetivação dessas mulheres, a partir dos processos individuais e coletivos de autodefinição que ocorrem nos espaços seguros<sup>10</sup>, constitui-se enquanto um processo paradigmático para refletir sobre os caminhos emancipatórios de outros grupos, o que justifica a categorização de Patricia Hill Collins enquanto uma pensadora do campo da teoria crítica.

O segundo nível está relacionado com a possibilidade de analisar as experiências das mulheres negras de forma coletiva e individual, especialmente a partir da potencialidade do compartilhamento de vivências e estratégias de resistência em espaços seguros. A experiência de mulheres tem relevância na construção de uma possibilidade teórico crítica do Direito quando refletimos a localização social desse grupo e a forma com esse lugar irá informar o conhecimento produzido pelas mesmas. Mulheres negras historicamente são marginalizadas socialmente, essa marginalização também diz respeito ao acesso à justiça, logo, considerando que os grupos marginalizados ocupam uma posição estratégica que lhes permite questionar o poder de forma crítica, refletir sobre os instrumentos que visam cercear as

---

<sup>9</sup>COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, New York: Routledge, 2009

<sup>10</sup> COLLINS, Patricia Hill. *The Power of Self-Definition* In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, New York : Routledge. 2009.p. 133- 161

possibilidades de subjetivação e autonomia desses grupos é fundamental. Quem não acessa a justiça tem condições específicas de produzir diagnósticos a respeito dos motivos que obstaculizam esse acesso porque lidam diretamente com essas barreiras. Essas mulheres não só sobrevivem às injustiças sociais como criam possibilidades de refletir o Direito a partir de suas lutas por autonomia e reconhecimento. Quando mulheres negras trabalhadoras domésticas resistem às justificativas ideológicas que visam naturalizar a violência que vivenciam em seus locais de trabalho, elas estão atuando de forma a construir as bases de sustentação das lutas por transformação institucional<sup>11</sup>.

Por fim, o conceito de *imagens de controle* tem uma importante função junto ao conceito de interseccionalidade, uma vez que a partir desse último as *imagens de controle* podem ser utilizadas para refletir outras experiências de opressão, para além daquelas vivenciadas pelas mulheres negras. Conforme Patricia Hill Collins<sup>12</sup> nos aponta ao definir o conceito de opressão:

A opressão das mulheres afro-americanas englobou três dimensões interdependentes. Primeiro, a exploração do trabalho das mulheres negras essencial ao capitalismo dos EUA — as “panelas e chaleiras de ferro” simbolizando a guetização de longa data das mulheres negras em ocupações subalternas — representa a dimensão econômica da opressão (Davis 1981; Marable 1983; Jones 1985; Amott e Matthaei 1991). A sobrevivência da maioria das mulheres afro-americanas tem sido uma atividade que tudo consome e na qual a maioria dessas mulheres teve poucas oportunidades de realizar trabalhos intelectuais, como este tem sido tradicionalmente definido. A labuta do trabalho das mulheres afro-americanas escravizadas e a pobreza esmagadora do trabalho assalariado “livre” no sul rural ilustram de maneira convincente os altos custos que as mulheres negras pagaram pela sobrevivência. As milhões de mulheres afro-americanas empobrecidas, que se tornaram guetizadas na Filadélfia, Birmingham, Oakland, Detroit e outras cidades dos Estados Unidos, demonstram a continuação dessas formas anteriores de exploração econômica das mulheres negras (Brewer, 1993; Omolade, 1994). Segundo, a dimensão política da opressão negou às mulheres afro-americanas os direitos e privilégios rotineiramente estendidos aos cidadãos brancos do sexo masculino (Burnham, 1987; Scales-Trent, 1989; Berry, 1994). Proibir as mulheres negras de votar, excluindo afro-americanos e mulheres de cargos públicos, e recusar tratamento equitativo no sistema de justiça criminal, tudo isso substancia a subordinação política das mulheres negras. As instituições de ensino também fomentaram esse padrão de privação de direitos. Práticas

---

<sup>11</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009,

<sup>12</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 6-7 – tradução da autora.

anteriores, como negar a alfabetização a escravos e relegar as mulheres negras a escolas sul-africanas subfinanciadas e segregadas, trabalharam para garantir que uma educação de qualidade para as mulheres negras permanecesse a exceção e não a regra (Mullings, 1997). O grande número de mulheres negras jovens em cidades do interior e áreas rurais empobrecidas que continuam a deixar a escola antes de atingir a alfabetização plena representa a eficácia continuada da dimensão política da opressão das mulheres negras. Finalmente, as *imagens de controle* aplicadas às mulheres negras que se originaram durante a escravidão atestam a dimensão ideológica da opressão das mulheres negras americanas (King, 1973; D. White, 1985; Carby, 1987; Morton, 1991). A ideologia se refere ao corpo de ideias que reflete os interesses de um grupo de pessoas. Dentro da cultura norte-americana, as ideologias racista e sexista permeiam a estrutura social a tal ponto que elas se tornam hegemônicas, a saber, vistas como naturais, normais e inevitáveis. Nesse contexto, certas características presumidas ligadas às mulheres negras são usadas para justificar a opressão<sup>13</sup>.

A relevância dessa pesquisa reside na importância da construção de possibilidades de leituras de teorias formuladas por intelectuais negras. A complexidade do pensamento de Patricia Hill Collins enseja a construção de textos que auxiliem na compreensão dos conceitos por ela desenvolvidos. As agendas de pesquisa relacionadas ao tema do feminismo avançaram consideravelmente no último período, o reconhecimento da crítica feminista aos processos de formação de conhecimento tem provocado também o Direito, o que possibilitou uma série de pesquisas que formularam uma teoria crítica feminista do direito<sup>14</sup>. No Brasil, após a edição da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), houve um aumento significativo de debates no âmbito do pensamento crítico jurídico centrados nas epistemologias

---

<sup>13</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 6-7 – tradução da autora

<sup>14</sup> Sobre essa questão ver CAMPOS, Carmen Hein de. *Razão e sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha*. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1-12.

feministas<sup>15</sup>. Contudo, ainda fala muito alto o silêncio a respeito das experiências de mulheres racializadas na produção de conhecimento.

Os estudos que objetivam construir reflexões que se dedicam a explorar o pensamento feminista negro como uma matriz teórico-crítica para provocar o Direito ainda são uma exceção, no que pese o amplo ativismo intelectual de mulheres negras através dos tempos. Nesse campo, destaco as contribuições da Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires, que tem mobilizado o pensamento de mulheres negras, especialmente as contribuições de Lélia Gonzales, para refletir sobre a teoria de Direitos Humanos, Constitucionalismo e Criminologia<sup>16</sup>; assim como a monografia de

---

<sup>15</sup> A formulação de um campo de conhecimento centralizado a partir do ponto de vista e dos fazeres de mulheres é um debate bastante conhecido no norte global, mas ainda recente no contexto brasileiro. Parte significativa das formulações que defendem a existência de epistemologias feministas considera que a diversa experiência histórico-cultural de mulheres justifica um projeto feminista nas academias. Para uma maior compreensão ver ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em 17 jan. 2018. HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018. As considerações sobre epistemologias feministas negras são feitas pela própria Patricia Hill Collins e integram parte da discussão desse trabalho. Para além do debate proposto na obra *Black Feminist Thought : Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, especialmente no capítulo dedicado a examinar a formulação das epistemologias feministas negras, Patricia Hill Collins tem contribuído constantemente com os debates desenvolvidos sobre a temática da injustiça epistêmica, considerando a interseccionalidade como uma ferramenta. Em trabalhos posteriores, como é o caso do livro *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*, a autora enfatiza a relação intrínseca entre poder e conhecimento, considerando o sistema educacional como parte fundamental da transmissão de poder hierárquico pelas elites, o que torna central a produção de conhecimento que tenha por objetivo confrontar o status quo. Ver: COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

<sup>16</sup> Nesse sentido ver: PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 135, 2017, p. 541-562. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35199994/Criminologia\\_critica\\_e\\_pacto\\_narcisico\\_capa\\_sumario.pdf](https://www.academia.edu/35199994/Criminologia_critica_e_pacto_narcisico_capa_sumario.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11.; Women's Worlds Congress, 13.*, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. SUR: *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, dez. 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/racializando-o-debate-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Ellen Mendonça Silva dos Santos<sup>17</sup>, orientada pela Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires, que se vale dos conceitos de amefricanidade<sup>18</sup> e interseccionalidade para analisar as mobilizações de mulheres negras no estado do Rio de Janeiro no âmbito da Constituinte de 1988. Mais recentemente, também importa mencionar a dissertação de mestrado em Direitos Humanos de Ana Luísa Machado de Castro, intitulada *Ecoando dos cinco cantos: feminismo negro brasileiro e questões de direitos humanos*<sup>19</sup>, em que a autora investiga a relação entre o feminismo negro brasileiro e direitos humanos, tendo como referencial teórico principal o pensamento feminista negro e os aportes decoloniais. Outra importante contribuição teórica que utiliza as categorias analíticas do feminismo negro é o trabalho desenvolvido pelo Dr. Roger Raupp Rios em parceria com Rodrigo da Silva<sup>20</sup>. Os pesquisadores mobilizam o

---

<sup>17</sup> SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. Movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro: amefricanidade, interseccionalidade e a implementação de políticas públicas na constituinte de 1988. 2015. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25762/25762.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

<sup>18</sup> O conceito de amefricanidade foi cunhado por Lélia Gonzales visando abordar a construção sócio-histórica das Américas a partir da centralidade das contribuições dos povos indígenas e africanos. Para uma compreensão completa do conceito, ver: GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

<sup>19</sup> CASTRO, Ana Luísa Machado de. Ecoando Dos Cinco Cantos: Feminismo Negro Brasileiro e Questões de Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás, 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9071/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Ana%20Lu%20Machado%20de%20Castro%20-%202018.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

<sup>20</sup> RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. Revista Brasileira de Ciências Políticas, Brasília, n. 16, p.11-37, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00011.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018. RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Democracia e direito da antidiscriminação: interseccionalidade e discriminação múltipla no direito brasileiro. Ciências e Cultura, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 44-49, 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n1/v69n1a16.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

conceito de interseccionalidade, conforme organizado por Kimberle Crenshaw<sup>21</sup>, para propor reflexões a respeito do direito antidiscriminatório.

Importa dizer que, no que pese não existirem trabalhos que tenham por objetivo central a obra de Patricia Hill Collins, há boas apropriações de seus estudos no contexto brasileiro. Merecem menção as teses de doutorado da Dra. Ana Claudia Jaquetto Pereira e da Dra. Cláudia Pons Cardoso. Ana Claudia Jaquetto Pereira utiliza o conceito de feminismo negro conforme descrito por Patricia Hill Collins para, em consonância com outras teóricas feministas negras, “identificar elementos centrais das reflexões desenvolvidas pelo movimento de mulheres negras no Brasil”<sup>22</sup>. É também a partir do pensamento de Patricia Hill Collins que a pesquisadora justifica a preponderância da perspectiva epistêmica de mulheres negras para visibilizar a produção intelectual de mulheres negras no Brasil, considerando a intelectualidade para além dos marcos acadêmicos convencionais. A autora também aborda a maneira com a qual Patricia Hill Collins organiza o conceito de interseccionalidade, bem como apresenta as formulações de Patricia Hill Collins sobre as teorias do ponto de vista<sup>23</sup>,

---

<sup>21</sup> A inserção do conceito de interseccionalidade no cânone acadêmico de forma mais contundente aparece em um primeiro momento nas formulações de Kimberlé Crenshaw, sendo a principal fonte o artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics, and Violence Against Women of Color*. A autora organiza o conceito a partir de uma análise jurídica acerca da questão da violência contra as mulheres no contexto norte americano. Ao localizar as dimensões que as categorias raça e gênero produzem na vida de mulheres não brancas, Kimberlé Crenshaw propõe a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para verificar como as experiências de mulheres negras não podem ser classificadas apenas dentro dos critérios de gênero ou raça pois a intersecção entre essas duas categorias afeta a vida de mulheres negras de uma forma em que não é possível refletir sobre as experiências dessas mulheres analisando cada uma dessas questões de forma separada. Segundo Kimberlé Crenshaw, essas categorias se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres não brancas. A autora subdivide a interseccionalidade em três formas, a saber: interseccionalidade estrutural, interseccionalidade política e interseccionalidade estrutural. Para conhecer a formulação de Kimberlé Crenshaw remetemos ao artigo citado nessa nota e às formulações da autora disponibilizadas em português. Ver: CRENSHAW, Kimberlé Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, a. 10, p. 171-188, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018. CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <[http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu\\_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991\\_intersectionality.pdf](http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991_intersectionality.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2018.

<sup>22</sup> PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016, Rio de Janeiro. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/854>>. Acesso em: 01 nov. 2018, p. 12.

<sup>23</sup> PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016, Rio de Janeiro. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do



debate que é apresentado em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, de maneira pormenorizada no capítulo dedicado a apresentar a relevância do pensamento feminista negro enquanto epistemologia<sup>24</sup>.

Expressar o pensamento de Patricia Hill Collins à luz da teoria crítica do direito responde ao desafio de formular pesquisas capazes de fomentar um modelo crítico que não se olvide das urgências dos sujeitos que são diretamente afetados pelas estruturas de legitimação da dominação exercida pelas elites hegemônicas

Mais ainda, ao propor um trabalho teórico, a autora desmistifica a ideia da razão localizada apenas na produção acadêmica enunciada por corpos brancos. É também por esse motivo, em consonância e respeito ao trabalho apresentado por Patricia Hill Collins, que a dissertação ora apresentada é eminentemente teórica. No que pese a importância da pesquisa empírica no Direito, sobretudo no último período, em que ocorre um fortalecimento da sociologia jurídica, optei, em conjunto com meu orientador, por não apresentar um campo empírico.

Há nessa escolha uma dose de ousadia e o desafio de balizar para o direito algo que nós mulheres negras sempre soubemos e sempre fizemos: teoria crítica. Somos capazes de produzir reflexões críticas com rigor acadêmico e interpretar a nossa própria realidade. Ao optar por apresentar um estudo teórico como resultado da minha trajetória no mestrado em Direito, evidencio que não são apenas os jovens homens brancos letrados em idiomas europeus que podem fazer teoria crítica. Mulheres negras comprometidas com o fazer acadêmico não só podem como devem se propor ao fazer acadêmico teórico-crítico, que desafie uma percepção construída pelos grupos dominantes de que existe um lugar previamente determinado pelas opressões para a pesquisa produzida por mulheres negras.

A própria Patricia Hill Collins endossa esse argumento no prefácio à primeira edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*:

Primeiro, eu estava comprometida em fazer este livro com rigor acadêmico, bem pesquisado e acessível para mais do que poucos seletos afortunados que receberam uma educação de elite. Muitas vezes aquilo que é academicamente satisfatório exclui aqueles que

---

Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/854>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

<sup>24</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Epistemology. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge. 2009. p. 269- 290.

não falam a linguagem das elites e isso reforça as relações sociais de dominação. As elites acadêmicas costumam afirmar que apenas elas estão qualificadas para produzir teoria e acreditam que são as únicas que podem interpretar não só as próprias experiências como as experiências de todo mundo. Além disso, as elites acadêmicas utilizam-se dessa crença para defender seus próprios privilégios<sup>25</sup>.

Para além da perspectiva da produção de teoria crítica para fora dos limites estabelecidos pelos grupos dominantes, algo que aproxima as minhas inquietações acadêmicas das do meu orientador é compartilharmos a perspectiva de pensar a teoria crítica como uma possibilidade de reflexão das experiências de luta por direitos de grupos subalternos, o que consideramos ser possível realizar de forma ampla a partir da teoria de justiça inscrita no pensamento de Patricia Hill Collins. Os marcos conceituais apresentados pela autora, organizados a partir da perspectiva de mulheres negras, são facilmente aplicáveis para pensar outras experiências de luta por emancipação, como as que ocorrem, por exemplo, no interior do movimento LGBT e dos trabalhadores e trabalhadoras pobres brancos.

A construção teórica de Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* elucida os mecanismos que negam a cidadania para as mulheres negras, a despeito da igualdade formal perante a lei, constituindo-se enquanto um ferramental sociológico importante para a compreensão das razões pelas quais os direitos não se efetivam de fato. A pesquisa possibilita organizar, em um momento posterior, as “figuras da perversão do Direito”<sup>26</sup> que são utilizadas para frustrar o processo de construção da subjetividade de mulheres negras. Essa possibilidade reside exatamente na compreensão do conceito de *imagens de controle*, que é o foco dessa dissertação. Há também a possibilidade de refletir sobre o desenho institucional a partir da forma como as *imagens de controle* atuam no judiciário brasileiro. Esse é um escopo que será apenas levantado como

---

<sup>25</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VII – tradução da autora

<sup>26</sup> O conceito de figuras da perversão do direito consiste em uma ferramenta de análise crítica que possibilita compreender como o potencial emancipatório do direito é constantemente alterado para manter as estruturas de poder. De maneira geral, as figuras da perversão do direito são um mecanismo utilizado para conferir aparência jurídica a situações de restrição de direitos, ou seja, “utilizar o direito para conferir aparência jurídica a espaços de puro arbítrio nos quais seria possível agir sem o controle da sociedade civil, em função apenas dos interesses dos poderosos”. Para maior compressão remetemos ao trabalho de José Rodrigo Rodriguez, especialmente a partir do argumento desenvolvido em RODRIGUEZ, José Rodrigo. Perversão do Direito (e da Democracia): seis casos. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 261-294, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22185/18937>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

uma possibilidade de aplicação do conceito de *imagens de controle* para repensar a teoria do direito, abrindo dessa forma uma agenda de pesquisa centrada no pensamento feminista negro para formular novas gramáticas que possibilitem reconhecer as demandas de mulheres negras em uma perspectiva jurídica.

A análise da obra em comento é importante para inquirir quais são as possibilidades e estratégias para a constituição das subjetividades dos grupos oprimidos que são impossibilitados da completa realização enquanto sujeitos, como consequência do sistema de dominação articulado a partir do racismo e do sexismo.

Patricia Hill Collins abarca uma série de formulações intelectuais produzidas por teóricas negras para organizar os conceitos desenvolvidos em sua obra. Os argumentos desenvolvidos por teóricas críticas como Angela Davis<sup>27</sup>, Barbara Smith<sup>28</sup>, Kimberlé Crenshaw<sup>29</sup> e Elizabeth Higginbotham<sup>30</sup> aparecem ao lado de outras intelectuais negras que não são reconhecidas enquanto acadêmicas, mas que produzem conhecimento e pensamento feminista negro para além das fronteiras das universidades, como Aretha Franklin, Toni Morrison, Ella Baker, Nina Simone e Souljah Sister. O pensamento feminista negro não é uma novidade. Embora sua visibilidade tenha aumentado nas últimas décadas, o feminismo negro não se constituiu de forma responsiva ao feminismo branco e tampouco é um mero desdobramento dele. Feministas negras existem desde os primórdios do feminismo, o que nem sempre houve foi o reconhecimento destas enquanto feministas, devido ao racismo. Uma das mobilizações teóricas importantes do pensamento de Patricia Hill Collins reside na forma com que ela reconhece o ativismo das sufragistas e abolicionistas negras, como Maria W. Steart e Sojourner Truth, posicionando as mesmas como pioneiras do feminismo.

O pioneirismo de mulheres negras dos séculos XVIII e XIX também pode ser considerado enquanto gênese do pensamento feminista negro. Os esforços e

---

<sup>27</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. DAVIS, Angela. *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*. New York: Pantheon Books, 1999.

<sup>28</sup> SMITH, Barbara. *Home Girls: A Black Feminist Anthology*. New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

<sup>29</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <[http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu\\_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991\\_intersectionality.pdf](http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991_intersectionality.pdf)>.

Acesso em: 23 mai. 2018.

<sup>30</sup> HIGGINBOTHAM, Elizabeth. *Black Professional Women: Job Ceilings and Employment Sectors*. In: ZINN, Maxine Baca; DILL, Bonnie Thornton. *Women of Color in U.S. Society*. Philadelphia: Temple University Press, 1994. p. 113-131.

iniciativas das mulheres que desafiaram os padrões hegemônicos para exigir seus direitos e os da coletividade negra, compreendendo já nesse período que a condição de mulheres negras lhes colocava em uma posição social distinta, influenciada por marcadores que, articulados conjuntamente, produzem opressões específicas, não podem ser ocultados da construção social do pensamento feminista negro, ainda que naquele momento não houvesse uma definição das práticas e políticas executadas por estas mulheres enquanto feminismo. Considero que o pioneirismo por si só não se constitui enquanto uma característica para localizar as precursoras do pensamento feminista negro, sendo um critério importante, mas não central. O que é central para pensar os primórdios do pensamento feminista negro, a partir da análise desenvolvida por Patricia Hill Collins, é compreender esse pioneirismo como uma política transgressora em que estas pioneiras estão utilizando estratégias que desafiem o *status quo*, pois há pioneirismos que servem apenas como uma forma de reforçar os padrões dominantes.

É reconhecido que não é incomum que grupos oprimidos sejam estimulados a ocupar determinados lugares de forma controlada, sendo aceitos em espaços nos quais comumente pessoas desses grupos não são autorizadas a estar. A falsa sensação de representatividade faz com que as pessoas que jamais são ouvidas aparentem ter suas falas respeitadas quando, na verdade, só o são porque estão enquadradas em uma linguagem familiar e confortável para os grupos dominantes<sup>31</sup>.

Esperança Garcia é uma dessas pioneiras. Mulher, negra, escravizada, sua história é um marco para o pensamento feminista negro. Esperança era uma das poucas pessoas escravizadas que tinha a sua disposição a escrita e utilizou esse recurso não apenas para relatar as violências de que era vítima, como também para verbalizar de forma coletiva as reivindicações da comunidade na qual estava inserida. Esperança formulou uma petição, a próprio punho, endereçada ao Governador da Província do Piauí, pela qual denunciou os abusos e as restrições de direito que estavam sendo impingidas a ela e aos outros escravizados e escravizadas que trabalhavam para o administrador das fazendas de gado da Coroa de Portugal no Piauí<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. IX.

<sup>32</sup> SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. [2015]. Disponível em:

A narrativa de Esperança Garcia, que utiliza sua voz, seu ponto de vista e uma estratégia política para buscar direitos não apenas para si mesma, mas para a comunidade na qual estava inserida, pode ser lida como uma ação política feminista negra, considerando os aspectos que Patricia Hill Collins propõe enquanto centrais ao pensamento feminista negro. A intelectualidade de Esperança Garcia, uma escravizada que tinha o domínio da escrita, ainda que não da maneira com que a elite utilizava as palavras, foi utilizada a serviço da coletividade negra e sua atuação enquanto porta-voz daqueles sujeitos não se restringiu a uma mera fala. Há um ativismo de fato, constituído não apenas em narrar uma experiência, mas em exigir mudanças efetivas, que tivessem por consequência melhorias nas vidas afetadas pela violência e pelas opressões da escravidão. Recentemente, Esperança Garcia foi reconhecida como advogada pela Ordem dos Advogados do Brasil do Piauí, um reconhecimento tardio, mas importante para consolidar a sua trajetória enquanto uma intelectual negra pioneira e fundamental para o histórico de lutas por direitos articulados por mulheres negras no Brasil<sup>33</sup>.

Assim como Esperança Garcia, Maria Stewart era uma voz a serviço da luta por direitos da população negra. Considerada a primeira jornalista negra dos Estados Unidos, Maria Stewart publicava ensaios anti-escravidão no jornal *The Liberator* e emanava discursos políticos a respeito dos direitos das mulheres. Reconhecida como a primeira mulher, entre brancas e negras, a falar publicamente sobre questões relacionadas à política, suas potentes falas públicas inspiravam o espírito democrata norte-americano<sup>34</sup>.

Maria Stewart e Esperança Garcia, apesar de suas particularidades, são exemplos importantes da forma com que as experiências e vivências de mulheres negras através dos tempos apresentam contornos transnacionais. Cada uma a seu modo utilizou o mínimo que tinha disponível, nesse caso, a educação tida como formal, como uma ferramenta em prol da emancipação social.

Enquanto Esperança Garcia era uma mulher escrava que utilizava seu acesso à escrita para reivindicar que o mínimo dos direitos dos escravizados fossem

---

<<http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/ArtigoElioferreira1cartaesperancagarcia.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

<sup>33</sup> OAB-PI concede título de advogada à Esperança Garcia. CidadeVerde.com, Teresina, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/252952/oab-pi-concede-titulo-de-advogada-a-esperanca-garcia>>. Acesso em: 26 out. 2018.

<sup>34</sup> ANDREWS, William L. *Sisters of the Spirit: Three Black Women's Autobiographies of the Nineteenth Century*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

observados, Maria Stewart era uma mulher negra abolicionista, que através de seus discursos inspirava as mulheres negras a recusarem os estereótipos opressores que objetivavam frustrar sua subjetividade e cidadania por toda a América do Norte.

Assim como Esperança Garcia e Maria Stewart, outras mulheres negras atuaram de forma decisiva na luta pela abolição da escravidão, utilizando suas experiências e vivências como mecanismos políticos que forneceram às mulheres negras possibilidades de articulação ativista a partir de pontos de vistas autodefinidos pelas suas próprias vivências e experiências, as quais são formuladas enquanto discursos, ensaios, registros literários, música e outros meios de linguagem que permitem que as vozes dessas mulheres ultrapasassem as fronteiras impostas pelas opressões e articulassem estratégias de enfrentamentos às imagens de controle.

Patricia Hill Collins, no primeiro prefácio da obra<sup>35</sup>, menciona a forma como os grupos hegemonicamente dominantes constroem definições sobre mulheres negras, as quais precisam ser substituídas por definições próprias, constituídas a partir de lutas que partem da possibilidade de essas mulheres serem sujeitas de suas próprias narrativas, ela antecipa a hipótese que organiza essa pesquisa: a resistência às *imagens de controle* é parte central do pensamento feminista negro e constitui-se enquanto uma forma de articulação da autodefinição dessas mulheres, sendo possível sistematizar a obra a partir desse conceito.

O conceito de imagens de controle na obra tem relação adstrita com o conceito de matriz de dominação que consiste na forma com que as opressões se desenvolvem e também à maneira com que as mesmas se articulam mutuamente a partir de uma organização social que fortalece os sistemas de dominação que estruturam o poder hegemônico. Nesse sentido, as instituições terão um papel central pois são elas que regulam a forma como as opressões serão organizadas para controlar os grupos subordinados em determinado momento histórico. Essa é uma das razões pela qual o fato de o sistema escravocrata ter sido encerrado não significou a autonomia e a emancipação plena da população negra. A abolição da escravidão não significou o fim da dominação racial, significou apenas que um sistema de dominação foi substituído

---

<sup>35</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2009.

por outro, exigindo, portanto, uma mudança nos padrões de opressão para que a subordinação dos negros permanecesse, mas agora sob outra forma<sup>36</sup>.

O debate sobre a escravidão no contexto norte-americano tem outros efeitos, porque constitui uma outra matriz de dominação. Já na década de 1970, discutia-se amplamente a existência de famílias escravas e a forma distinta com que mulheres negras participavam das dinâmicas familiares. Esse debate, contudo, não significou uma maior profundidade a respeito das estratégias políticas e subjetividades das mulheres negras escravizadas. Ao contrário, fomentavam mitos sobre o comportamento e a vida dessas mulheres, de forma muito semelhante aos debates rasos sobre a escravidão no contexto brasileiro, que fomentaram uma série de imagéticos populares inverídicos a respeito das mulheres: as imagens de controle.

A metodologia empregada na construção desse trabalho é o método monográfico, buscando aprofundar o pensamento desenvolvido por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* a partir do conceito de *imagens de controle*. A dissertação busca analisar a obra escolhida como objeto de pesquisa em sua totalidade, demonstrando quais são seus aspectos preponderantes. O conceito tomado como principal é analisado a partir de uma perspectiva crítica, refletido junto aos campos de conhecimento das ciências humanas e sociais, sobretudo no que diz respeito a sociologia do conhecimento, teoria feminista, sociologia jurídica e estudos raciais.

A pesquisa bibliográfica é a técnica preponderante desse estudo, envolvendo a leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, com especial atenção para a segunda parte do livro, em que estão contidos os capítulos: *Mammies, Matriarchs, and Other Controlling Images* e *The Power of Self-Definition*. Incorporo outros textos de Patricia Hill Collins nesse trabalho, sobretudo os que se relacionam diretamente com a obra e versam sobre os temas considerados centrais nessa análise. A seleção dos textos se deu a partir de rigorosa pesquisa sobre o estágio atual da bibliografia de Patricia Hill Collins.

Para além do método e da técnica de pesquisa esse trabalho se organiza a partir de laços constituídos por dinâmicas que não são apreendidas pelas lógicas da educação forma institucional do ensino superior brasileiro. Essa pesquisa foi

---

<sup>36</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 246.

alicerçada no respeito, admiração e carinho à intelectuais negras que me antecederam :Jurema Werneck<sup>37</sup>, Luiza Bairros<sup>38</sup>, Helena Theodoro<sup>39</sup> e Claudia Pons Cardoso<sup>40</sup>, quatro intelectuais negras brasileiras centrais para compreender como se articula o pensamento feminista negro .A organização estrutural deste trabalho visa apresentar as reflexões elaboradas por Patricia Hill Collins em sua obra mais citada, *Black Feminist Thought : Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment*, a partir de uma leitura crítica centralizada no conceito de *imagens de controle*, evidenciando como esse conceito organiza toda a estrutura do livro e, especificamente, como o enquadramento teórico desenvolvido pela autora pode auxiliar o campo do direito, na produção de pesquisas que discorram sobre os limites do projeto de emancipação ocidental para as mulheres negras.

---

<sup>37</sup> WERNECK, Jurema Pinto. O Samba Segundo as lalodês: mulheres negras e cultura midiática. 2007. 318 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=10](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10)>. Acesso em: 01 dez. 2018.

<sup>38</sup> BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 03 out. 2018.

<sup>39</sup> THEODORO, Helena. Mito e espiritualidade: mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

<sup>40</sup> CARDOSO, Claudia Pons. Outras Falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2018.



## 2 PATRICIA HILL COLLINS: DA RECUPERAÇÃO DA PRÓPRIA VOZ À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A JUSTIÇA SOCIAL

A produção intelectual de Patricia Hill Collins, internacionalmente reconhecida como uma das contribuições mais relevantes da contemporaneidade, impacta diversos campos do conhecimento. Quase 30 anos após a sua primeira edição, seu primeiro livro continua sendo alvo de estudos, comentários, análises e traduções, o que indica sua importância. A qualidade da obra de Patricia Hill Collins faz com que os argumentos desenvolvidos por ela sejam a base teórica de inúmeras formulações acadêmicas, bem como o ponto de partida para a formulação de metodologias que facilitem o compartilhamento de ideias e experiências a partir das vivências dos indivíduos que produzem conhecimento, sobretudo quando este tem relação com as questões de raça e gênero. No campo da pesquisa em direito, o cânone ainda resiste a leituras que sejam formuladas a partir da experiência vivida de mulheres negras<sup>41</sup>. Ainda são insuficientes e poucos os recursos acadêmicos disponíveis para constituir pesquisas focadas em apresentar resultados que possam ser utilizados para refletir a posição das mulheres negras perante as instituições jurídicas e o Direito.

Quando da primeira edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment* as condições de formulação teórica de mulheres negras no contexto norte-americano eram bastante diferentes das formas que encontramos na contemporaneidade. As reivindicações de grupos historicamente cerceados da política e dos processos de produção de conhecimento começavam a ganhar maior fôlego. A questão racial no final dos anos 1960 passou a ocupar a agenda política norte americana com maior contundência, fazendo com que no início da década de 1990 as exigências de grupos étnico-raciais, feministas e LGBT, ampliassem as complexidades do sistema político norte-americano. O aumento da diversidade étnica nas universidades e centro de pesquisas começava a apresentar

---

<sup>41</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Epistemology*. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge. 2009. p. 269 – 290.

seus resultados e surgiam cada vez mais produções focadas em apresentar perspectivas específicas sobre questões sociais gerais<sup>42</sup>.

A recepção de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment*, contudo, se dá em cenário diferente. A própria Patricia Hill Collins descreve que a obra foi invisibilizada nos meios de comunicação e que sua consolidação só foi possível pelo compartilhamento e reverberação dos leitores da obra. Foram os leitores de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment* que permitiram que a obra alcançasse maior publicidade e circulação. Patricia Hill Collins também reflete que as suas preocupações e reflexões mudaram durante o tempo da obra. Se em um primeiro momento a autora estava preocupada com a recuperação da própria voz e com a possibilidade de representação intelectual e política, dez anos depois da publicação da primeira edição, suas preocupações são mais voltadas a justiça social e a construção de soluções coletivas para problemas coletivos. A autora também percebeu a necessidade de análises complexas para a consolidação dos argumentos expostas na primeira edição. A multiplicidade de estratégias e agendas de pesquisas voltadas para a questão da negritude no contexto da virada do século XX para o século XXI, modificou a estrutura da obra. A discussão sobre empoderamento político de mulheres negras, por exemplo, aparece com maior contundência a partir da necessidade de construções analíticas que aprofundem as conexões entre conhecimento e poder<sup>43</sup>.

No contexto brasileiro sua obra tem uma recepção acadêmica tardia, sendo seus primeiros artigos traduzidos para o português por periódicos acadêmicos só na segunda metade dos anos 2000 com a publicação do artigo *Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana*<sup>44</sup> na revista *Gênero*, produzida pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense e posteriormente com a publicação das seguintes traduções : *Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de*

---

<sup>42</sup> ROCKMAN, Bert A.. Política nos Estados Unidos: tendências nas últimas quatro décadas. *Estudos Avançados*, São Paulo , v. 8, n. 21, p. 51-77, 1994 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 jul. 2019

<sup>43</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to Second Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. XII- XIV

<sup>44</sup> COLLINS, Patrícia Hill. Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, 2007.

*análise e conexão*<sup>45</sup>, *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*<sup>46</sup>, *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*<sup>47</sup> e *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*<sup>48</sup>. Apesar da recepção tardia seu pensamento tem sido amplamente citado por ativistas intelectuais e acadêmicas negras brasileiras como Ângela Figueiredo, Claudia Pons Cardoso, Djamila Ribiero, Jaqueline Gomes de Jesus e Giovana Xavier.

Patricia Hill Collins é uma teórica que apresenta um contínuo de pensamento dinâmico. Percebo que suas primeiras contribuições teóricas são marcadas por uma defesa da experiência de mulheres negras como uma possibilidade teórico crítica e metodológica para a sociologia do conhecimento<sup>49</sup>. Em um segundo momento, a autora passa a investigar, com maior afinco, as estratégias políticas e ativistas institucionais de mulheres negras para a persecução da justiça social, estando bastante imersa nessas discussões até o presente momento<sup>50</sup>. Outra dimensão importante do trabalho teórico de Patricia Hill Collins está em sua persistência em demonstrar como que o conhecimento é uma ferramenta importante de empoderamento, a qual é fortalecida pelo ativismo intelectual de mulheres negras<sup>51</sup>. Por fim, o compromisso de Patricia Hill Collins em demonstrar que a

---

<sup>45</sup> COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.

<sup>46</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge. 2009

<sup>47</sup> COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

<sup>48</sup> COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso\*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 Ago. 2018.

<sup>49</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge. 2009

<sup>50</sup> COLLINS, Patricia Hill. Fighting words: Black women and the search for justice. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. The difference that power makes: Intersectionality and participatory democracy. In: The Palgrave Handbook of Intersectionality in Public Policy. Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 167-192.

<sup>51</sup> COLLINS, Patricia Hill. Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities. Boston: Beacon Press, 2009

COLLINS, Patricia Hill. On intellectual activism. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2013.

interseccionalidade é uma teoria crítica capaz de provocar mudanças sociais é uma marca distintiva de seu pensamento<sup>52</sup>.

Essa dissertação é uma tentativa de reduzir os impactos do racismo na produção intelectual no campo do direito e da teoria feminista, tendo em conta que ao mesmo tempo em que o ativismo feminista foi contundente na defesa de um fazer acadêmico centrado na experiência de mulheres, é também preciso dizer que essas formulações repetiram silenciamentos costumeiros, ao omitir sobre as possibilidades de um fazer científico centrado na perspectiva de mulheres negras. A partir desse diagnóstico, viso apresentar como opera o racismo por omissão, vigente em parte significativa das epistemologias feministas. Considerando que um dos objetivos de Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment* é analisar como o conhecimento pode ser uma ferramenta para a emancipação de mulheres negras, apresentar uma leitura que se centre na maneira com que as *imagens de controle* são manipuladas para frustrar o processo de subjetivação de mulheres negras representa a organização de um estudo aprofundado sobre as estratégias de superação dos mecanismos ideológicos manipulados pelas elites dominantes para privar as mulheres negras do exercício de suas capacidades e do acesso à cidadania, o que, em última análise, provoca o direito a repensar como suas estruturas são manipuladas para manter coletividades inteiras à margem da justiça social.

Neste capítulo, aprofundo esses argumentos, bem como apresento uma breve biografia da autora, tendo em vista que, no campo do Direito, seus estudos ainda são pouco conhecidos e reverberados. Minha intenção é demonstrar como a autora tem formulado teorias que ultrapassam as fronteiras acadêmicas e constituem fazeres intelectuais que desafiam os processos acadêmicos convencionais. Busco comunicar as intenções intelectuais de Patricia Hill Collins para comprovar a importância analítica do conhecimento por ela produzido. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* possibilita uma visão complexa acerca da dimensão das relações sociais de dominação na vida de mulheres negras,

---

<sup>52</sup> COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. John Wiley & Sons, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual review of sociology*, v. 41, p. 1-20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Social inequality, power, and politics: Intersectionality and American pragmatism in dialogue. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 26, n. 2, p. 442-457, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Moving beyond gender: Intersectionality and scientific knowledge. *Revisioning gender*, p. 261-284, 1999.

especialmente nas Américas, bem como aponta caminhos e perspectivas para a formulação de agendas políticas que possibilitem para as mulheres negras a emancipação social, no que pese os limites que o projeto de emancipação ocidental apresenta para os grupos subalternos, especialmente aqueles que são subalternizados a partir do sistema de dominação organizado pelas opressões intersectadas de raça, gênero, classe e sexualidade.

Em *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, a autora argumenta que a coletividade mulheres negras produz saberes mais adequados à reflexão das condições sociais contemporâneas, promovendo reflexões que possibilitam articular estratégias e caminhos que nos movam para além dos marcadores de violência e vulnerabilidade. Esse pensamento é constituído a partir das experiências dessas mulheres, constituindo um ponto de vista organizado desde dentro, visando a própria coletividade de mulheres negras<sup>53</sup>. A forma metodologicamente rigorosa com que Patricia Hill Collins organiza a experiência das mulheres negras norte-americanas, interpretando os seus sentidos na busca por autonomia, constitui-se enquanto um marco nas teorias feministas e no ativismo intelectual da população negra. A obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* possibilita estabelecer uma teoria de justiça social que extrapole os modelos hegemônicos de família, sociedade e Estado, e seja capaz de explicar o complexo de dominação transnacional que opera para a sistemática negativa do exercício da cidadania para a negritude.

A partir dessas considerações, apresento a vida de Patricia Hill Collins e a importância de sua teoria para repensar os estudos feministas de forma mais ampla, visando a justiça social e a emancipação política.

## **2.1 Sem alienar-se de si: a vida de quem dedicou a sua vida a produzir teoria a partir das experiências de mulheres negras**

Durante os últimos dois anos eu me detive com profundidade em conhecer não apenas a obra de Patricia Hill Collins, mas sua trajetória. Mais do que isso, desenvolvi essa pesquisa sobre o pensamento de mulheres negras compreendendo o mesmo como uma busca por justiça social. Esse trabalho é sobre mim, sobre minha mãe,

---

<sup>53</sup> COLLINS, Patricia Hill. *The Power Of Self – Definition In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, New York : Routledge. 2009

sobre mulheres que antes de mim ousaram desafiar os estereótipos ideologicamente manipulados para restringir sua humanidade. Mulheres com trajetórias muito semelhantes à minha, que coletivamente pavimentaram caminhos para que o conhecimento não fosse uma exclusividade de alguns poucos privilegiados<sup>54</sup>. A academia é hoje um lugar possível para pessoas como eu, a produção de teoria também é uma possibilidade para as mulheres negras. Essas possibilidades são frutos de um longo processo de resistência a imagens externamente definidas sobre os corpos e os comportamentos de mulheres negras. Organizar parte da teoria que ajuda a entender esses processos foi a razão pela qual escolhi estudar o pensamento de Patricia Hill Collins.

Os estudos que organizaram esse trabalho não se resumiram a analisar os conceitos desenvolvidos por Patricia Hill Collins ao longo de sua trajetória acadêmica, mas também têm por premissa compreender as narrativas que permeiam sua história pessoal, pois parte significativa de seu trabalho relaciona-se com a importância de poder nomear a própria realidade. Além disso, a partir dos relatos de Patricia Hill Collins sobre sua própria experiência, é possível identificar como a resistência às *imagens de controle* é um aspecto central do arcabouço teórico por ela desenvolvido em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*.

Dessa forma, não havia outra maneira de iniciar esse trabalho que não fosse apresentando a vida de Patricia Hill Collins através dela mesma. Organizar uma breve biografia de Patricia Hill Collins antes de aprofundar as análises sobre a teoria desenvolvida por ela se faz necessário como uma forma de ampliar a visibilidade das intelectuais negras. Mais ainda, contar a trajetória de uma mulher negra é uma forma de suprimir os processos de coisificação e desumanização que fazem parte do complexo de opressões vivenciados por essas mulheres. Narrar a trajetória de vida de uma pessoa negra com o objetivo de apresentá-la enquanto intelectual é um exercício importante para a formulação de conhecimento que esteja pautado numa perspectiva que questione e aponte a maneira com que o sistemático e histórico controle dos comportamentos e corpos de mulheres negras é utilizado para manter intactas as estruturas de poder, as quais também estão alicerçadas em perspectivas que apagam, desconsideram e silenciam as experiências de mulheres negras como

---

<sup>54</sup>Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge. 2009

uma forma de fomentar concepções que buscam inviabilizar a humanidade dessas pessoas.

Para a negritude, as vivências e experiências também são constitutivas da intelectualidade e, portanto, a forma como resistimos e desafiamos as lógicas opressoras devem ser conhecidas e reverberadas para que sirvam de inspiração. Essas formas são múltiplas, não há uma única experiência de resistência a violência racial e não busco aqui capturar essencialismos a respeito da maneira com que mulheres negras inscrevem sua própria trajetória<sup>55</sup>.

Pretendo romper um estereótipo: aquele destinado a consolidar a ideia de que pessoas negras não produzem teoria. Ao apresentar a vida de Patricia Hill Collins, tento evidenciar que pessoas que produzem teoria não são apenas seus livros. São trajetórias, vivências, famílias, problemas, são um rosto e um corpo. No caso de Patricia Hill Collins, um corpo e um rosto negro e feminino. Apresentar a trajetória de vida a autora é permitir que sua história seja conhecida, que suas preocupações intelectuais e ativistas apareçam de forma humanizada e, principalmente, é entender como Patricia Hill Collins compreende o fazer teoria. Conhecer, ainda que de forma breve, a vida de quem escreve é entender as razões pelas quais essa pessoa dedica seu tempo a uma tarefa tão árdua, tantas vezes solitária e constantemente desprestigiada que é a construção do saber, especialmente quando este está localizado numa perspectiva dissonante das elites sociais.

A redundância colocada nesse subtítulo não é um mero acaso. Quem produz teoria dedica sua vida à formulação de conhecimento, mas essa vida tem outra vida que muitas vezes resta desconhecida. No caso de intelectuais negros, a escolha por uma trajetória acadêmica pode acarretar inclusive no apagamento de seu cotidiano, de suas relações com sua comunidade, com sua família, com os amigos que não vivenciam as lógicas acadêmicas. Conhecer a vida de Patricia Hill Collins é conhecer a vida de alguém que não permitiu que as regras impostas pelos acadêmicos brancos regrassem suas escolhas pessoais. Patricia Hill Collins escolheu produzir teoria viva, dinâmica, junto aos afazeres cotidianos de mulheres negras, que também são locais de produção de intelecto<sup>56</sup>. Não admitiu ser dessensibilizada pelas regras do jogo

---

<sup>55</sup> MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. Estudos afro-asiáticos, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

<sup>56</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge. 2009

acadêmico e percorreu um caminho que permitiu que ela fosse uma teórica reconhecida não apenas nos corredores e auditórios de centros universitários, mas também pelos negros e negras norte-americanos que todos os dias batalham para sobreviver em um país que cada vez mais deixa evidente que, entre seus principais projetos políticos, está a eliminação dessa parcela da população. Começamos, portanto, dando um rosto para Patricia Hill Collins, não de forma material como foi preciso fazer com Stuart Hall<sup>57</sup>, mas através de uma breve biografia organizada a partir dos próprios textos e relatos da autora, como também de entrevistas e outros materiais em que sua vida é mencionada. Dessa forma, espero que em nenhum momento da leitura desse texto se olvide de que o pensamento aqui estudado parte de uma mulher negra. Uma mulher negra que produz teoria de forma brilhante e absolutamente necessária para compreender o Direito e a sociedade na contemporaneidade.

No prefácio a primeira edição<sup>58</sup> de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment*, Patricia Hill Collins nos brinda com um relato pessoal potente que nos ajuda a compreender como as experiências e vivências de mulheres negras desde a mais tenra idade são *loci* importantes para a resistência às *imagens de controle*. Ao relatar a maneira com que durante sua infância, vivenciada no interior de uma comunidade de trabalhadores negros, reforços positivos sobre suas tarefas faziam com que ela se sentisse valorizada<sup>59</sup>, Patricia Hill Collins atenta para a forma com que as violências raciais vão se constituindo para as mulheres negras de maneira mais contundente nos espaços institucionais, os quais não são organizados a partir de uma perspectiva que possibilita a completude dos processos de subjetivação dessas mulheres. Consoante a autora explica nessa passagem da obra, conforme vamos ingressando nas esferas institucionais mais amplas, dificultam-se as possibilidades de nomear a própria experiência, sendo substituídas as positivações para considerações exteriores, que fazem com pessoas negras sintam-se inferiores. Os processos de subjugação se dão também a partir da

---

<sup>57</sup> Não é incomum que mesmo no interior das academias se desconheça a identidade racial de Stuart Hall. Essa foi uma das razões que levou a edição de 2003 da obra *Da Diáspora* a apresentar o rosto de Stuart Hall em sua capa. SOVIK, Liv. A trajetória intelectual de Stuart Hall: As liberdades complexas do pensar. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, p.161-177, 2015. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c94aea80-5fe6-440b-90bc-d661a02ee360.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

<sup>58</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VII-X.

<sup>59</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VII-X.



percepção de que há uma tendência social que veicula discursos que colocam as mulheres negras em um lugar social subordinado.

Ao relatar sua vivência enquanto mulher negra já nas primeiras páginas da obra, Patricia Hill Collins indica a relevância das experiências para a formulação teórica, revelando que a própria trajetória constitui uma forma de produção de conhecimento que deve ser considerada na produção de teoria. Há uma provocação importante aqui, sobretudo no que diz respeito a sociologia do conhecimento. A narrativa de Patricia Hill Collins e suas escolhas metodológicas estão em oposição ao fazer acadêmico considerado padrão. Ao invés de um processo de afastamento e distanciamento, sua escrita perpassa pela pertença, por um lugar de enunciação situado, por uma perspectiva própria que não distingue a produção de teoria da reprodução da vida<sup>60</sup>.

Patricia Hill Collins cresceu como uma filha da classe trabalhadora. Nascida na Filadélfia em 1948, filha única de Eunice Randolph Hill e Albert Hill, Patricia Hill Collins faz parte de uma geração de afro-americanos que presenciou diretamente as mudanças sociais em relação a raça nos Estados Unidos. Sua mãe era secretária e seu pai era um operário veterano de guerra. Sua formação escolar se deu em escolas públicas, instituições nas quais Patricia Hill Collins experimentou uma lógica de silenciamento e invisibilidade que foram responsáveis pela perda da própria voz. A autora descreve como os espaços institucionais foram sistematicamente causando o seu silêncio e apresenta o livro, em um primeiro momento, como um processo importante de recuperação da própria voz. No que pese a vivência no interior de uma comunidade de trabalhadores e trabalhadoras negras tenha proporcionado uma infância permeada por reforços positivos que poderiam construir uma subjetividade não implicada pelos impactos da violência racial nas suas mais variadas esferas, a transição da infância para a vida adulta significou um amadurecimento permeado por inferiorizações. Conforme o mundo ao redor da jovem Patricia Hill Collins ia alargando, menor ela se sentia. Por mais que soubesse que não havia nada de errado com ela, a sociedade ia lhe ensinando, conforme ela crescia, que o fato de ser uma mulher negra oriunda da classe trabalhadora fazia com que ela fosse menos importante do

---

<sup>60</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p.VIII

que aqueles que não correspondiam a estes grupos. Ao se sentir inferior, sua própria voz foi diminuindo, diminuindo ao ponto de se transformar em silêncio<sup>61</sup>.

As perversidades do racismo e do sexismo operam de maneira tão profunda que constantemente sequestram de mulheres negras processos íntimos de autoconstrução. Patricia Hill Collins nos oferece uma possibilidade de visualizar esse processo a partir de uma narrativa pessoal em que a autora compartilha uma vivência de sua infância no período pré-escolar:

Quando eu tinha cinco anos de idade, fui escolhida para representar a primavera em um desfile na pré-escola. Sentada no meu trono, eu orgulhosamente presidi crianças representando pássaros, flores e outras estações “menores”. Estando cercada de crianças como eu – as filhas e filhos dos operários, trabalhadores domésticos, secretárias – afirmando quem eu era. Quando chegou minha vez de falar, transmiti minhas poucas falas magistralmente, com grande entusiasmo e energia. Eu adorei minha parte porque eu era a primavera, a estação da vida nova e da esperança. Todos os adultos me disseram o quão importante era minha parte e me parabenizaram pelo o quão bem eu tinha ido. As palavras e abraços deles fizeram com que eu me sentisse importante, fizeram com que eu sentisse que o que eu pensava, fazia e sentia também importava. À medida que meu mundo se expandia, eu aprendia que nem todo mundo concordava com eles. Começando na adolescência, cada vez mais eu era a “primeira” ou “uma das poucas”, ou “a única” afro-americana e/ou mulher e/ou pessoa da classe trabalhadora nos espaços de educação e trabalho. Eu não via nada errado em ser quem eu era, mas aparentemente muitos outros viam. Meu mundo crescia, mas eu sentia que eu estava ficando cada vez menor. Eu tentava desaparecer em mim mesma para desviar das agressões diárias, dolorosas, destinadas a me ensinar que ser uma mulher negra trabalhadora norte-americana me tornava inferior em relação aqueles que não eram. E eu me sentia inferior, tornei-me mais quieta e finalmente acabei praticamente silenciada<sup>62</sup>.

Os processos de inferiorização aos quais as mulheres negras são submetidas estão conectados com as estratégias manipuladas pelas elites dominantes para manter essas mulheres excluídas do mercado de trabalho, da educação formal e do exercício da cidadania. A retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder que mantêm as mulheres negras em

---

<sup>61</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VII – tradução da autora.

<sup>62</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: **COLLINS**, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VII – tradução da autora

situação de subordinação. Essa passagem da vida de Patricia Hill Collins, relatada nas páginas iniciais do livro, tem um especial significado porque permite visualizar como a obra foi estruturada. Ao compartilhar uma vivência tão íntima em um trabalho teórico, Patricia Hill Collins apresenta um outro fazer acadêmico que é constituído por uma sinceridade coerente, que possibilita ao leitor compreender sua teoria de maneira profunda, em razão de que não há um ocultamento da perspectiva que organiza as ideias colocadas no texto<sup>63</sup>. Mais ainda, a partir desse relato, é possível perceber a centralidade das *imagens de controle* nas relações de poder e as consequências desse mecanismo de controle do comportamento e dos corpos de mulheres negras em suas relações sociais.

Patricia Hill Collins apresenta ideias coesas que explicitam as consequências da exposição de mulheres negras às *imagens de controle*, em consonância com as estratégias e significações inscritas na maneira com que essas mulheres irão desafiar essa ferramenta de opressão a partir da recuperação da própria voz. É possível verificar, ao ler essa breve passagem da vida da autora, a possibilidade de subjetivação autônoma em face de obstáculos presentes nas normas que regulam a vida social e que são organizadas por sujeitos externos às experiências das mulheres negras. A forma com que as *imagens de controle* operam nas vidas de mulheres negras perpassa por um violento silenciamento que cala uma voz que outrora refletia a primavera. Ao silenciar uma mulher negra, silencia-se a primavera.

O fazer teórico, na experiência de Patricia Hill Collins, constitui-se enquanto um processo de recuperação das narrativas e experiências silenciadas pelo racismo e pelo sexismo, um reflorescer que decorre da reversão do processo de apagamento que é consequência do silenciamento. A maneira com que os processos de inferiorização e silenciamento se dão são tão profundos que ocasionalmente esquecemos que possuímos uma voz e que ela pode se constituir enquanto uma importante ferramenta emancipatória<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. VIII

<sup>64</sup> A inscrição do próprio *self* é uma questão recorrente nos estudos dedicados a refletir os processos de subordinação de grupos historicamente oprimidos. Determinar as condições nas quais esses sujeitos podem ou não “adquirir sua própria subjetividade, tornar-se consciente de si mesmo” (MBEMBE, 2001, p. 174) tem sido uma preocupação constante na intelectualidade negra. Nesse sentido, ver: MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro- Asiáticos.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-209. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Jul 2019.

A importância do conhecimento na luta para a recuperação da própria voz é perceptível na trajetória de Patricia Hill Collins. A construção de um ponto de vista autodefinido sobre si transcorre, na vida de Patricia Hill Collins, da possibilidade de fazer teoria para si e para outras mulheres como ela, sem perder de vista que a própria experiência de retomada da própria voz não é a única experiência possível, sendo possível compreender outros silenciamentos a partir da própria trajetória.

Apresentar aspectos da vida de Patricia Hill Collins nesse trabalho é relevante porque a autora muitas vezes relata experiências pessoais para produzir teoria. Ao compartilhar sua própria trajetória, a dimensão da realidade social que é objeto de suas considerações teóricas aprofunda-se, uma vez que acompanha um comprometimento genuíno com as mudanças sociais, já que essas terão um profundo impacto na própria vivência da autora. Essa dimensão pessoal, contudo, não implica em egocentrismo, ao contrário, durante toda sua trajetória Patricia Hill Collins incomodou-se em ser “a” pessoa negra no recinto. Ser “a única” ou ser “uma das poucas” pessoas negras nos lugares de privilégio ou de acesso ao poder é também uma forma de consolidar estereótipos que desumanizam, coisificam e controlam mulheres negras. Para além disso, essa desconfortável posição evidencia o tamanho da segregação racial e o quanto pessoas negras não são bem-vindas naquele espaço. Quando apenas um grupo selecionado de pessoas negras pode estar presente em um local significa que estas pessoas na verdade não fazem parte daquele espaço e ali estão colocadas em razão de uma estratégia de controle das demandas e reivindicações da coletividade negra.

A trajetória acadêmica de Patricia Hill Collins organiza-se a partir de uma consciência contundente a respeito desses mecanismos de controle. A compreensão da experiência do racismo e do sexismo como mecanismos de hierarquização do poder e do conhecimento transformam a experiência acadêmica em uma luta constante contra os efeitos da supressão de autonomia e humanidade de mulheres negras. A persistência em organizar os espaços de conhecimento em uma perspectiva democrática e emancipatória fez com que Patricia Hill Collins dedicasse sua carreira a formular conceitos e categorias que demonstrem como o conhecimento e o poder estão intrinsecamente conectados, o que exige uma estratégia de enfrentamento aos sistemas de opressão a partir da produção de teoria crítica fundamentada no conhecimento organizado por grupos subordinados.

Como grupo historicamente oprimido, as mulheres negras norte-americanas produziram um pensamento social articulado para se opor à opressão. A forma assumida por esse pensamento não apenas diverge da teoria acadêmica padrão – pode tomar a forma de poesia, música, ensaios, etc.- mas o propósito do pensamento coletivo das mulheres negras é distintamente diferente. As teorias sociais que surgem de e/ou em nome das mulheres negras e de outros grupos historicamente oprimidos visam encontrar maneiras de escapar, sobreviver e se opor à injustiça social econômica prevalente.[...] A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para mulheres negras enquanto coletividade quanto para outros grupos oprimidos<sup>65</sup>.

Outra importante reflexão possibilitada por Patricia Hill Collins a partir do relato de uma experiência vivida por ela localiza-se no primeiro capítulo de *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*<sup>66</sup>, obra na qual a autora discorre a respeito das maneiras com que a mídia e o racismo institucional influenciam a educação pública, perpetuando o racismo e outras formas de opressão. Patricia Hill Collins descreve uma memória de seu último ano enquanto estudante do ensino médio, a qual se constitui em uma tentativa de silenciamento institucional. A educação pública significou para Patricia Hill Collins um processo de fissura na constituição da subjetividade. As experiências da garota que se orgulhava de representar a primavera em apresentações no período da pré-escola foram sendo substituídas pelo silêncio de uma jovem que raramente falava em sala de aula. A autora conta o quanto ficou surpresa e honrada de ser escolhida para fazer o discurso no dia da bandeira, o qual consiste em organizar uma fala que responda a seguinte questão: “qual é o significado da bandeira para você?”

Quando eu comecei o meu último ano na *Philadelphia High School For Girls*, a educação pública quase me silenciou. Os tempos em que interpretava o papel principal na apresentação da pré-escola ou ficava de conversa com meus amigos da escola primária eram memórias distantes, todas apagadas pela política de localização do meu distrito escolar que acabou me deixando isolada em locais esmagadoramente brancos. Eu raramente falava em qualquer uma das aulas. Como uma garota negra norte-americana oriunda da classe trabalhadora, eu sabia meu lugar em uma escola que era destinada a educar garotas brancas classe média. Eu podia ficar se eu não criasse problemas. Então eu sentava e escutava. Devido ao meu silêncio crônico, eu me

<sup>65</sup> Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge. 2009. p. 11 – tradução da autora

<sup>66</sup> COLLINS, Patricia Hill. What does the flag mean to you?: education and democratic possibilities. In: COLLINS, Patricia Hill. *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*. Boston: Beacon Press, 2009. Cap. 1. p. 1-39.

surpreendi quando minha professora de inglês me perguntou se eu estaria disposta a fazer o discurso do dia da bandeira no Independence Hall. Que honra – estar sentada no local onde foi erguido o Sino da Liberdade e declarada a Independência e participar de uma cerimônia realizada neste local de nascimento da democracia americana. Eu não tinha nenhuma dúvida sobre minha habilidade de escrever e dar um discurso. Tudo o que eu tinha que fazer era responder uma simples pergunta: “o que a bandeira significava para mim?”<sup>67</sup>.

A tarefa que em um primeiro momento parecia fácil tornou-se mais complexa. A jovem negra filha de trabalhadores que poucas vezes emitia sua opinião porque sabia que, em uma escola composta por garotas negras pobres e garotas brancas de classe média, havia um lugar pré-definido para ela, um no qual sua voz não importava. Refletir sobre o significado da bandeira dos Estados Unidos da América para a população negra pobre do bairro que Patricia Hill Collins morava não era exatamente fácil. Também não era simples pensar o significado da bandeira para seu pai, um veterano de guerra que serviu a um exército segregado racialmente e que continuou sendo alvo de discriminações raciais mesmo tendo arriscado sua vida para a proteção da nação<sup>68</sup>.

Preparar o discurso do dia da bandeira demandava refletir sobre o que esse símbolo significava para a própria Patricia Hill Collins, que descreve a si mesma nessa passagem do livro como uma jovem estudiosa, religiosa, trompetista, ciente da falácia da meritocracia na trajetória dos negros norte-americanos. Refletir sobre os significados da bandeira era sinônimo de pensar sobre as razões pelas quais, por mais esforçados que seus pais fossem, o sonho norte americano não se concretizava para eles. Ainda assim, com tantas inquietações e indagações, a jovem Patricia Hill Collins finaliza o discurso que abordava questões relacionadas à equidade, possibilidades democráticas e justiça para todos. A autora relata que o discurso não mencionava a questão racial ainda que a questão racial estivesse presente em sua mente. Ao entregar o discurso para a professora, que tomou uma caneta vermelha na mão para corrigi-lo, Patricia Hill Collins esperava correções gramaticais em seu texto. Contudo, o que se apresentou foi uma mudança semântica naquilo que ela havia escrito. O discurso que a professora esperava de Patricia Hill Collins era um que reforçasse o

---

<sup>67</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*. Boston: Beacon Press, 2009, p. 1 – tradução da autora.

<sup>68</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*. Boston: Beacon Press, 2009, p. 2.

patriotismo norte-americano, não um em que estivesse colocado o significado da bandeira e da democracia em uma perspectiva crítica e ambivalente. O discurso que a professora esperava de Patricia Hill Collins era um discurso controlado, não um em que a opinião de uma jovem negra oriunda da classe trabalhadora ecoasse<sup>69</sup>.

A experiência do ensino médio fala bastante alto sobre a vida das pessoas. O ensino médio é constantemente o lugar em que percebemos de maneira mais contundente como a violência racial pode atuar de forma direta em nossos corpos e frear nossas potencialidades. Entre as pessoas negras da minha geração, por exemplo, são bastante comuns relatos de violência racial durante o período escolar. Racismo, não *bullying*<sup>70</sup>. Não ter vivenciado experiências de violência racial no período escolar é também um indicativo de privilégios sociais, um que muitas vezes não é mencionado porque a partir dele seria possível reivindicar alterações profundas na educação pública, as quais certamente alterariam a hierarquia de poder na educação.

Patricia Hill Collins menciona que compreendeu nesse momento que seus professores não estavam interessados no que ela realmente pensava, o que não significava que não estivessem preocupados com o que ela era capaz de dizer<sup>71</sup>. Na escola em que Patricia Hill Collins estudava, assim como nas escolas em que eu estudei, escolas particulares voltadas para a classe média branca gaúcha, não havia espaço para as opiniões de uma jovem negra. Essa foi uma das primeiras vezes que, ao escrever o que realmente pensava, suas ideias foram silenciadas. Essa também foi uma das primeiras vezes que Patricia Hill Collins compreendeu, de forma dolorosa, que ela estava sendo escolhida para aquela função porque ela representava um certo tipo de pessoa negra. Um tipo de pessoa negra que é capaz de reforçar a ideia falaciosa de que na democracia norte-americana raças não importam. Ao se recusar em alterar o discurso para a versão que a professora achava mais adequada, uma versão que não refletia o significado da bandeira para Patricia Hill Collins, ela foi substituída enquanto oradora.

---

<sup>69</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*. Boston: Beacon Press, 2009.

<sup>70</sup> Sobre a violência racial no contexto educacional brasileiro ver: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; GOMES, Jerusa Vieira. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. DOS SANTOS CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. Selo Negro, 2001.

<sup>71</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities*. Boston: Beacon Press, 2009.

Essa experiência da infância refletiu na escrita e nas escolhas metodológicas de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, conforme Patricia Hill Collins deixa evidente no prefácio a primeira edição da obra:

Os grupos oprimidos são frequentemente colocados na situação de serem ouvidos apenas se enquadrarmos nossas ideias na linguagem que é familiar e confortável para um grupo dominante. Esse requisito frequentemente muda o significado de nossas ideias e atua para fortalecer as ideias dos grupos dominantes. Neste volume, colocando as ideias das mulheres afro-americanas no centro da análise, eu não apenas privilegio essas ideias, mas também encorajo feministas brancas, homens negros e todos os outros a investigar as semelhanças e diferenças entre seus próprios pontos de vista em relação ao ponto de vista das mulheres negras<sup>72</sup>.

É essa jovem, com experiências de uma infância repleta de reforços positivos e uma juventude marcada por silenciamentos, que ingressa na *Brandeis University* e inicia sua trajetória acadêmica influenciada fortemente por Pauli Murray, importante liderança da luta por direitos civis e quem, em 1938, reivindicou seu ingresso na *University of North Carolina*. Com o apoio da NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People* — Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor), o caso de Murray repercutiu nacionalmente. Entretanto, apenas em 1951<sup>73</sup> a instituição aceitou seu primeiro estudante negro. Murray atuou junto à Luther King, era advogada e foi a primeira mulher negra a ser ordenada bispa pela igreja anglicana. Contudo, ainda que seja autora de vários feitos memoráveis e pioneira em várias posições durante sua vida, seu nome ainda é pouco mencionado ou conhecido.

---

<sup>72</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 7 – tradução da autora

<sup>73</sup> O primeiro estudante negro aceito na *University of North Carolina* foi Floyd McKissick. Floyd graduou-se em direito e especializou-se em causas relativas aos direitos civis. Foi consultor jurídico e presidente do Congresso pela Equidade Racial, organização fundada em 1942 com o intuito de eliminar as políticas segregacionistas a partir da ação direito. Sobre a vida de Floyd McKissick: FERGUS, Devin. *Black Power, Soft Power: Floyd McKissick, Soul City, and the Death of Moderate Black Republicanism*. *Journal Of Policy History*, Cambridge, v. 2, n. 22, p. 148-192, 2010. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-policy-history/article/black-power-soft-power-floyd-mckissick-soul-city-and-the-death-of-moderate-black-republicanism/E74DBA176BD3C5A747B1805EC2178FD2>>. Acesso em: 03 fev. 2018. Sobre o Congresso pela Equidade Racial: RICH, Marvin. *The Congress of Racial Equality and Its Strategy*. *The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science*, [s.l.], v. 357, n. 1, p.113-118, jan. 1965. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271626535700114#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 03 fev. 2018.



Pauli Murray foi defensora dos direitos das mulheres, de negros e negras e uma importante intelectual na luta pela inclusão e diversidade.

A própria Patricia Hill Collins escreveu recentemente um artigo sobre a vida de Pauli Murray<sup>74</sup>. No ensaio, Patricia Hill Collins analisa duas biografias da ativista: *The firebrand and the first lady: portrait of a friendship: Pauli Murray, Eleanor Roosevelt and the struggle for social justice*, de autoria de Patricia BellScott, e *Jane Crow: the life of Pauli Murray*, escrita por Rosalind Rosenberg. A partir dessas obras, Patricia Hill Collins menciona a importância de compreender a trajetória de mulheres como Pauli Murray também como trajetórias intelectuais e não meramente ativistas, pois esta é uma forma de restringir o acesso de mulheres negras à produção de conhecimento. Patricia Hill Collins faz uma análise minuciosa de cada uma das obras, apontando os acertos e as ausências encontradas nessas escritas, como é o caso da não utilização do capitalismo como um tema central para compreender a vida de Pauli Murray<sup>75</sup>.

Patricia Hill Collins tem preocupação em demonstrar como as mulheres negras são sistematicamente excluídas do *status* de acadêmicas. Pauli Murray é uma dessas intelectuais negras reconhecidas como ativistas, mas pouco conhecidas enquanto pesquisadoras. Essas mulheres, conforme veremos no decorrer dessa dissertação, acabam articulando importantes estratégias para reverter as consequências do racismo institucional em seus percursos enquanto intelectuais. Pauli Murray é um exemplo nesse sentido, conforme Patricia Hill Collins destaca:

Como uma verdadeira pesquisadora independente, Pauli Murray frequentemente escolheu o caminho difícil em uma estrutura que rotineiramente colocou obstáculos em sua trajetória. As limitações do Sul racialmente segregado levaram Murray a sair de casa aos 17 anos, mudando-se para Nova York para terminar o ensino médio e ingressar na universidade. Em 1933, diplomou-se na Hunter College, mas, sem perspectivas de emprego ou muito dinheiro, ela viajou pelos Estados Unidos, pegando carona em vagões ferroviários e vendo em primeira mão os efeitos da Depressão. Em 1944, depois de um de seus professores da Faculdade de Direito da Universidade de Howard questionar se as mulheres deveriam se tornar advogadas, sendo a única mulher em sua sala de aula, Murray decidiu provar que ele estava errado e se formou em primeiro lugar em sua classe. Depois

---

<sup>74</sup> COLLINS, Patricia Hill. Pauli Murray's journey toward social justice. *Ethnic And Racial Studies*, London, v. 41, n. 8, p. 1453-1467, mai. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2018.1445270>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

<sup>75</sup> COLLINS, Patricia Hill. Pauli Murray's journey toward social justice. *Ethnic And Racial Studies*, London, v. 41, n. 8, p. 1453-1467, mai. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2018.1445270>>. Acesso em: 03 dez. 2018, p. 1461.

que a Universidade de Harvard se recusou a admiti-la apenas porque ela era uma mulher, em 1945, ela recebeu o diploma de mestrado em direito pela Universidade de Berkeley e foi a primeira procuradora-geral afro-americana no estado da Califórnia. Em 1951, Murray pesquisou e escreveu *States' Laws on Race and Color*, um documento de 746 páginas que detalhava as leis e práticas de segregação nos Estados Unidos, um recurso que Thurgood Marshall identificou como a “bíblia” para advogados trabalhando no revolucionário caso de 1953 *Brown contra o Conselho de Educação*<sup>7677</sup>.

Pauli Murray teve especial relevância na trajetória intelectual de Patricia Hill Collins. Suas análises sofisticadas sobre justiça social, racismo e direitos das mulheres e da população negra inspiraram positivamente Patricia Hill Collins a percorrer um caminho acadêmico comprometido com o desenvolvimento de teoria voltada para a construção de marcos teóricos que possibilitassem às intelectuais negras um percurso que não dependesse da alienação de si mesma para realizar um trabalho intelectual reconhecido. As ações de mulheres como Pauli Murray, que sempre esteve à frente da luta pelo reconhecimento da cidadania das pessoas negras, consubstanciam a autenticidade do pensamento feminista negro. O engajamento de Patricia Hill Collins com Pauli Murray corresponde à construção de uma aliança intergeracional entre mulheres negras, uma importante estratégia de cuidado e preservação que permite avanços importantes nas lutas por justiça social.

Em 1969, Patricia Hill Collins obteve seu bacharelado na *Brandeis University*. Durante sua trajetória enquanto graduanda, adquiriu um amplo interesse na área da sociologia, um campo de estudos que, na sua opinião, situa-se entre as ciências e a filosofia. Para Patricia Hill Collins, a ênfase em dados empíricos dada nas ciências é capaz de revelar padrões e estruturas que não são óbvias, não importa se a abordagem tem por objetivo explicar fenômenos naturais ou sociais. A filosofia, por sua vez, oferece explicações e interpretações. Para ela, a abordagem da sociologia do conhecimento foi uma porta de entrada para alcançar múltiplos campos teóricos<sup>78</sup>. A compreensão de justiça social de Patricia Hill Collins começa a ser delineada nesse

---

<sup>76</sup> O caso de *Brown contra o Conselho de Educação* foi uma decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos que declarou inconstitucional a separação entre estudantes negros e brancos nas escolas públicas.

<sup>77</sup> COLLINS, Patricia Hill. Pauli Murray's journey toward social justice. *Ethnic And Racial Studies*, London, v. 41, n. 8, p. 1453-1467, mai. 2018 – tradução da autora. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2018.1445270>>. Acesso em: 03 dez. 2018 p. 1456

<sup>78</sup> HIGGINBOTHAM, Elizabeth. Reflections on the early contributions of Patricia Hill Collins. *Gender & Society*, v. 26, n. 1, p. 23-27, 2012.

período, tendo por base teórica a Escola de Frankfurt e as experiências de lutas por direitos dos judeus exilados durante o holocausto. Ao comentar sobre sua experiência enquanto educadora na *St. Joseph's School*, Patricia Hill Collins compartilha com seus leitores como sua formação acadêmica interferiu em sua concepção de justiça social.

Eu também trouxe a minha própria perspectiva de justiça social para *St. Joseph's*, uma perspectiva desenvolvida durante meus anos de graduação na Universidade de Brandeis. Meu curso de graduação em sociologia, fundamentado na filosofia continental, especialmente no campo da teoria crítica apresentada pela Escola de Frankfurt, ensinou-me muito sobre a importância do conhecimento engajado para a justiça social. Além disso, o trabalho de intelectuais judeus exilados cujo compromisso de assegurar que as atrocidades do Holocausto nunca seriam repetidas (encapsuladas na frase “nunca mais”) influenciaram minha compreensão da justiça social<sup>79</sup>.

Após a graduação, Patricia Hill Collins fez mestrado em Harvard também na área de sociologia, com foco em educação. Enquanto professora, esteve diretamente envolvida na formulação curricular da *St. Joseph's School*, uma faculdade comunitária localizada em Boston. O período em que Patricia Hill Collins trabalhou na *St. Joseph's School* lhe permitiu uma compreensão a respeito da importância do desenvolvimento de uma pedagogia crítica, comprometida não apenas em ensinar os estudantes a memorizar datas e fatos, mas fundamentalmente com o desenvolvimento de habilidades que proporcionassem aos jovens membros da comunidade uma percepção crítica a respeito das inequidades sociais que lhes atingiam<sup>80</sup>. Patricia Hill Collins relata como a necessidade de construir possibilidades de compreensão social para os jovens para os quais ela lecionava constituía uma tarefa central para ela durante esse período, a qual demandou aprender a ensinar para si para poder ensinar para os outros. Um aprendizado que foi importante para constituir sua personalidade enquanto professora.

O que me fascina é como essa experiência fundamental na escola comunitária de St. Joseph moldou as abordagens temáticas e as perspectivas teóricas da minha pesquisa e da minha carreira. Eu nunca pretendi ser uma professora universitária, mas o alto nível que defini para mim mesma ao preparar planos de aula para alunos do

---

<sup>79</sup> COLLINS, Patricia Hill. Looking Back, Moving Ahead: Scholarship in Service to Social Justice. *Gender & Society*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 14-22, 23 jan. 2012 – tradução da autora.

<sup>80</sup> COLLINS, Patricia Hill. Looking Back, Moving Ahead: Scholarship in Service to Social Justice. *Gender & Society*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 14-22, 23 jan. 2012.

ensino médio em um contexto que envolvia múltiplas tradições de justiça social moldou o tipo de acadêmica e professora que me tornei. St. Joseph permitiu-me explorar as conexões entre a pedagogia crítica, a pesquisa engajada<sup>81</sup> e as políticas de produção de conhecimento, atrasando por uma década o enfraquecimento do *ethos* "publicar ou perecer" do ensino superior. Em vez disso, me colocou em um caminho diferente de ser uma pesquisadora rigorosa e uma intelectual pública com um olho para as tradições de justiça social. Seja da elite do HGSE, dos meus espirituosos alunos do ensino médio ou de uma comunidade mais ampla de cidadãos afro-americanos de classe trabalhadora, sedentos por análises sofisticadas, mas acessíveis de desigualdade, aprendi que os projetos de justiça social exigem processos dialógicos de bolsas de estudos para prosperar.

Entre 1976 e 1980, foi diretora do Centro Afro-Americano da Universidade Tufts, organizando o programa educacional da instituição. Foi durante seu tempo de trabalho em Tufts que ela conheceu Roger Collins, seu marido. Casou-se em 1977 e em 1979 tornou-se mãe de Valerie, sua única filha. Em 1980, retornou para Brandeis para fazer o doutorado em sociologia. Foi *minority fellow*<sup>82</sup> da Associação Americana de Sociologia e recebeu o *Sidney Spivack Dissertation Support Award*, um programa de fomento a pesquisas acadêmicas que possibilitem aproximar o conhecimento da Sociologia das demandas sociais identificadas pelas comunidades.

Em 1982, Patricia Hill Collins mudou-se para Cincinnati com sua família, ingressando no Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Cincinnati, instituição na qual passou 23 anos trabalhando com estudos afro-americanos. Assim como o tempo que dedicou dando aulas na faculdade comunitária St. Joseph moldou seu ativismo intelectual, o trabalho junto ao Departamento de Estudos Africanos da Universidade de Cincinnati proveu-lhe um ângulo distinto de visão a respeito da sua própria trajetória acadêmica e do ativismo intelectual como um todo. Esse período também foi fundamental para a definição dos temas centrais abordados em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics*

---

<sup>81</sup> Pesquisa engajada é um termo cunhado por Ernest Boye para descrever o ensino e a pesquisa conectados com o uso dos recursos universitários na solução dos problemas sociais, civis e éticos. A pesquisa engajada prescinde de uma orientação, acadêmicos socialmente comprometidos que direcionarão seus esforços não apenas para a academia, mas também para questões públicas urgentes ou problemas compartilhados pela comunidade envolvida acadêmica, ou para a vida da mente, mas também para questões públicas urgentes ou problemas compartilhados. Para o argumento completo ver: BARKER, Derek. The scholarship of engagement: A taxonomy of five emerging practices. *Journal of Higher Education Outreach and Engagement*, v. 9, n. 2, p. 123-137, 2004. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/af86/4fd5b593e9292f85e87c9fe38c9fba6b9375.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

<sup>82</sup> Bolsas de pesquisa de doutorado oferecidas para pesquisadores negros. Essas bolsas são financiadas por contribuições anuais de diversas instituições e doações de membros da ASA.

*of empowerment*, tanto na construção da primeira edição do livro, como também na preparação da edição comemorativa em razão dos dez anos da publicação<sup>83</sup>. Foi também a partir do seu trabalho na Universidade de Cincinnati que Patricia Hill Collins começou a desenvolver as bases para a articulação de uma perspectiva negra e feminista para as “teorias do ponto de vista”, campo de conhecimento no qual a autora tem atuação destacada e reconhecida.

Importa mencionar que havia uma questão política crítica no período em que Patricia Hill Collins esteve envolvida com o Departamento de Estudos Africanos da Universidade de Cincinnati: a segregação racial estabelecida nos departamentos dedicados aos estudos feministas. Apenas na década de 1990 o Departamento de Estudos Feministas na Universidade de Cincinnati passou a ser mais diverso, o que impulsionou a decisão de Patricia Hill Collins de ofertar disciplinas na área. Foi a partir dessa experiência que suas considerações sobre interseccionalidade começaram a ser formuladas. O trabalho desenvolvido em Cincinnati foi fundamental para a formulação de várias de suas obras, como é o caso de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment*, de *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*<sup>84</sup> e de *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism and Feminism*<sup>85</sup>. Desde 1995, detém o título *Charles Phelps Taft Professor Emerita of Sociology* no Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Cincinnati.

Em 2005, Patricia Hill Collins ingressou na Universidade de Maryland, desenvolvendo junto aos estudantes de graduação pesquisas relativas à raça, pensamento feminista e teoria social. A leitura do trabalho intelectual de Patricia Hill Collins é uma experiência importante para o ativismo de mulheres negras, especialmente pela forma como ela aprofunda conceitos e experiências dos movimentos de mulheres negras. Alguns de seus textos mais aclamados já foram traduzidos para o português e publicados em revistas acadêmicas brasileiras, como é o caso do artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do*

---

<sup>83</sup> Patricia Hill Collins aponta a importância do seu período enquanto professora do Departamento de Estudos Africanos na Universidade de Cincinnati no livro *On Intellectual Activism*, obra na qual a pesquisadora organiza sua trajetória intelectual a partir dos principais conceitos abordados por ela em seus artigos, livros e palestras.

<sup>84</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

<sup>85</sup> COLLINS, Patricia Hill. *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

*pensamento feminista negro*<sup>86</sup>, no qual ela articula os conceitos de raça, classe e gênero como fatores que afetam consideravelmente a localização dos sujeitos dentro das instituições e explica o potencial do pensamento feminista negro para a elaboração do pensamento sociológico. Recentemente, também foi lançado em português o texto *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*<sup>87</sup>, fundamental para compreender o conceito de interseccionalidade e a relevância de recuperar uma agenda política de mulheres negras organizada a partir dessa noção. Esse importante artigo também localiza a interseccionalidade enquanto uma práxis política para a reivindicação de justiça e equidade social, e ainda menciona a relevância do reconhecimento crítico da interseccionalidade como uma matriz de conhecimento. Também foi traduzido o artigo *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*<sup>88</sup> onde a autora discorre sobre a perspectiva mulherista de Alice Walker e a importância de nomear o pensamento de mulheres negras afro-americanas a partir do contexto de maior visibilidade das vozes dessas mulheres no momento histórico específico do neoliberalismo norte-americano dos meados dos anos noventa.

Patricia Hill Collins detém múltiplas premiações relativas ao seu trabalho intelectual. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* é considerado um clássico na área da Sociologia, sobretudo no campo dos estudos feministas. Publicada pela primeira vez em 1990, a obra foi reeditada em 2009 na coleção *Routledge Classics*, coletânea que reúne obras consideradas inovadoras e relevantes para a contemporaneidade. A primeira edição da obra foi contemplada, em 1991, com o prêmio *C. Wright Mills* concedido pela *Society for the Study of Social Problems*. O livro também recebeu outras importantes premiações como o *Letitia Woods Brown Memorial Book, Anthology, and Article Award* concedido pela *Association of Black Women Historians*. Foi premiado pela *Association for*

---

<sup>86</sup> COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>87</sup> COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

<sup>88</sup> COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso\*. *Cadernos Pagu* Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jul 2019.

*Women in Psychology* e recebeu em 1993 o *Jessie Bernard Award Women*, premiação destinada às pesquisas relacionadas a área dos estudos de gênero. Em 2005, Patricia Hill Collins foi premiada pela *American Sociological Association* pela obra *Black Sexual Politics: African Americans, Gender and the New Racism*<sup>89</sup>, cuja tese central é destacar que qualquer política progressista organizada a partir da questão de raça e gênero não pode se basear na subordinação de outra pessoa<sup>90</sup>. Nessa obra, Patricia Hill Collins aprofunda sua análise sobre as *imagens de controle* e expande sua análise sobre a interseccionalidade, dessa vez focando nas interações entre racismo e heterossexismo, utilizando como argumento análises sobre eventos e perfis da cultura pop. Além disso, a autora desenvolve um argumento mais completo a respeito do racismo para além das fronteiras nacionais, compreendendo o mesmo enquanto uma questão global.

É perceptível que a trajetória de Patricia Hill Collins é marcada pela ideia de que o conhecimento é uma arma, uma ferramenta importante para promover mudanças revolucionárias, sendo reconhecida pela sua jornada acadêmica através de várias menções honrosas e premiações. Em 2017, recebeu o *William E. B. Du Bois Career of Distinguished Scholarship Award*. Em 2013, recebeu o *Joseph B. and Toby Gittler Prize* oferecido pela *Brandeis University* pelas suas inestimáveis contribuições nos estudos de raça, gênero e sexualidade. Patricia Hill Collins foi a primeira mulher negra a ocupar o cargo de presidente da *American Sociological Association* em 2009.

As preocupações intelectuais de Patricia Hill Collins não estão organizadas a partir da possibilidade de vender muitos livros, ter um ótimo salário ou receber milhares de dólares para fazer uma palestra. Sua obra e sua vida evidenciam seu alto comprometimento com a justiça social e com o respeito às diferentes possibilidades de lutas emancipatórias. A forma dinâmica com que Patricia Hill Collins constrói teoria a partir da sua própria experiência e das experiências da comunidade negra é marcante e uma contribuição inestimável para o conjunto de pesquisadores e pesquisadoras afetados pela opressão epistêmica que ocorre no interior das instituições de ensino. A metodologia por ela desenvolvida, internacionalmente reconhecida e aclamada, merece ser sistematizada e conhecida no contexto

---

<sup>89</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.

<sup>90</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004, p. 200.

brasileiro, em que ainda são escassas as cátedras, departamentos, disciplinas e profissionais comprometidos com a repercussão do pensamento de mulheres negras.

Uma vez conhecida e apresentada a vida de Patricia Hill Collins, podemos nos dedicar a analisar como seu pensamento permeou a teoria feminista contemporânea, exercício desenvolvido na seção que segue.

## **2.2 A relevância do pensamento de Patricia Hill Collins para os Estudos Feministas e de Gênero**

A obra de Patricia Hill Collins pode ser considerada enquanto uma estrutura analítica que possibilita examinar os conceitos do pensamento feminista negro e os contextos nos quais eles operam. Além disso, parte significativa das questões silenciadas no feminismo branco são reorganizadas e debatidas a partir da complexidade com a qual Patricia Hill Collins propõe uma organização das ferramentas de análise formuladas pelo pensamento articulado a partir dos movimentos de mulheres negras.

As provocações feitas por Patricia Hill Collins no decorrer do desenvolvimento de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment* desafiam o feminismo branco a organizar suas percepções a partir de uma racialização de suas próprias experiências enquanto mulheres. Não obstante, a autora, ao deliberadamente escrever uma obra sobre feminismo a partir de uma centralidade da experiência vivida de mulheres negras, coloca as mulheres brancas fora de uma zona de conforto na qual conceitos, paradigmas e visões filosóficas feministas sempre estiveram organizadas a partir da sua própria vivência.

[...] coloco as experiências e ideias das mulheres negras no centro da análise. Para aqueles acostumados a ter grupos subordinados, como mulheres afro-americanas, moldando as próprias ideias para que estas sejam confortáveis aos grupos dominantes, essa centralidade pode ser inquietante. Por exemplo, leitoras feministas brancas de classe média encontrarão poucas referências ao chamado pensamento feminista branco. Escolhi deliberadamente não começar com princípios feministas desenvolvidos a partir das experiências de mulheres ocidentais brancas de classe média e depois inserir as ideias e experiências de mulheres afro-americanas. Embora eu esteja bem familiarizada com uma série de teóricas feministas brancas históricas e contemporâneas e certamente valorize suas contribuições para nossa compreensão de gênero, este não é um livro sobre o que as mulheres negras pensam das ideias feministas brancas ou como as ideias das mulheres negras se comparam às ideias de destaque



teórico feminista branco. Eu tomo uma posição similar em relação à teoria social marxista e ao pensamento afrocêntrico. A fim de capturar as interconexões de raça, gênero e classe social na vida das mulheres negras e seus efeitos sobre o pensamento feminista negro, eu explicitamente rejeitei fundamentar minha análise em uma única tradição teórica<sup>91</sup>.

Há no pensamento de Patricia Hill Collins uma forma específica de fazer ciência, a partir da teoria crítica, que se estabelece a partir da compreensão que autora apresenta do pensamento feminista negro, enquanto uma práxis teórica voltada para a justiça social. Esse argumento se encontra na perspectiva de emancipação e autonomia que se constitui a partir dos saberes de mulheres negras, organizando um ponto de vista específico desse grupo, mas visando o conjunto da sociedade. Dessa forma, o pensamento feminista negro implica em formulações importantes no campo da teoria do conhecimento, teoria crítica, estudos de gênero e negritude.

30 anos após a primeira edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, a análise empreendida pela autora ainda repercute e reverbera na organização dos estudos feministas em um contexto global. Quando Patricia Hill Collins identifica quais são as matrizes de conhecimento que de alguma forma abordam questões relativas à gênero e raça, mas coloca que elas não são o centro de sua discussão teórica, a autora aponta que há insuficiências nesse campo, as quais serão preenchidas exatamente pelo corpo teórico que ela organiza. O pensamento feminista negro vem promovendo tensões e mudanças na forma com que são abordadas as questões de gênero e sexualidade no pensamento feminista, e parte significativa dessa mudança tem relação com o pensamento de Patricia Hill Collins<sup>92</sup>.

Como um grupo historicamente oprimido, as mulheres negras dos EUA produziram pensamento social projetado para se opor à opressão. Não apenas a forma assumida por esse pensamento diverge da teoria acadêmica padrão – pode tomar a forma de poesia, música, ensaios e coisas semelhantes – mas o propósito do pensamento coletivo das mulheres negras é distintamente diferente. As teorias sociais que surgem em nome das mulheres negras dos EUA e outros grupos historicamente oprimidos visam encontrar maneiras de escapar, sobreviver e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalente. Nos Estados Unidos, por exemplo, análises afro-

---

<sup>91</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. VII – tradução da autora

<sup>92</sup> YOUNG, Iris Marion. *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice* (review). *Hypatia*, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 91-93, 2001.

americanas de pensamento social e político institucionalizaram o racismo, não para ajudá-lo a operar de forma mais eficiente, mas para resistir a ele. O feminismo defende a emancipação e o empoderamento das mulheres, o pensamento social marxista visa uma sociedade mais equitativa, enquanto a teoria *queer* se opõe ao heterossexismo. Além das fronteiras dos EUA, muitas mulheres de grupos oprimidos também lutam para entender novas formas de injustiça. Em um contexto transnacional pós-colonial, as mulheres dentro de novos estados norte-americanos, muitas vezes de maioria negra, no Caribe, na África e na Ásia, lutam a partir de novos significados ligados à etnicidade, ao status de cidadania e à religião. Em estados-nação europeus cada vez mais multiculturais, mulheres migrantes de antigas colônias encontram novas formas de subjugação (Yuval-Davis, 1997). As teorias sociais expressas por mulheres que emergem desses grupos diversos tipicamente não surgem da atmosfera rarefeita de suas imaginações. Em vez disso, refletem os esforços das mulheres para chegar a um acordo de como as de opressões entrecruzadas de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião impactam em suas experiências vividas<sup>93</sup>.

Entre as inúmeras relevâncias do pensamento de Patricia Hill Collins, é importante destacar que a metodologia por ela desenvolvida em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* foi fundamental para incorporar o pensamento de mulheres negras, latinas e asiáticas nos estudos feministas. No que pese a obra de Patricia Hill Collins estar articulada a partir do ponto de vista de mulheres negras, o objetivo de seu trabalho teórico está organizado não apenas em recuperar as vozes silenciadas de mulheres negras, mas em demonstrar que existem múltiplas vozes, as quais precisam ser ouvidas e consideradas. Compreender os processos de supressão do pensamento de mulheres negras permite entender como são construídas as ausências das experiências de mulheres negras dentro do pensamento crítico feminista considerado “geral”. A exclusão histórica de mulheres negras do espaço acadêmico, seja a partir da não contratação dessas pessoas como professoras, seja a partir da negativa de bolsas de incentivo à pesquisa para pesquisadoras negras, seja através da não menção dos estudos desenvolvidos por mulheres negras nas ementas de disciplinas ou nas leituras obrigatórias de processos seletivos que ocorrem no âmbito da educação, contribui para a consolidação de um imaginário popular que não considera as mulheres negras enquanto produtoras de saberes. As mulheres brancas também experimentam esse lugar, mas, paradoxalmente, apesar de serem lidas pelas mesmas lentes

---

<sup>93</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. 11 – tradução da autora.

binárias que historicamente negaram o lugar da produção de conhecimento, não reconhecem como a questão racial as coloca num lugar privilegiado de reivindicações por direito e, frequentemente, utilizam as mesmas ferramentas para suprimir o pensamento de mulheres negras<sup>94</sup>.

[...] essa supressão histórica das ideias das mulheres negras teve uma influência nítida na teoria feminista. Um padrão de supressão é o da omissão. Teorias avançadas como sendo universalmente aplicáveis às mulheres como um grupo após um exame mais detalhado parecem muito limitadas pelas origens brancas, de classe média e ocidentais de suas proponentes. Por exemplo, o trabalho de Nancy Chodorow (1978) sobre a socialização do papel sexual e o estudo de Carol Gilligan (1982) sobre o desenvolvimento moral das mulheres dependem fortemente de amostras brancas de classe média. Enquanto essas duas teóricas tiveram contribuições fundamentais para a teoria feminista, elas simultaneamente promoveram a noção de uma mulher genérica que é branca e de classe média. A ausência de ideias feministas negras desses e de outros estudos os colocou em uma posição muito mais tênue para desafiar a hegemonia da erudição dominante em nome de todas as mulheres<sup>95</sup>.

Os esforços em diálogo e solidariedade de mulheres negras tem permitido que a produção teórica de feministas brancas seja permeada por categorias que historicamente fazem parte da ação política e intelectual de mulheres negras, como é o caso do conceito de interseccionalidade. Para Patricia Hill Collins, a interseccionalidade não é um mero encontro de cruzamentos identitários que se materializam em um mesmo corpo. A autora, entre outras percepções a respeito do conceito, destaca que a interseccionalidade é uma perspectiva epistemológica<sup>96</sup>.

Racismo, sexismo e exploração econômica são interconectados e mutuamente construídos<sup>97</sup>. Essa afirmação constitui parte significativa das análises produzidas por intelectuais negras. A consciência de que nossas condições de vida não são inevitáveis ou naturais se dá a partir de processos coletivos e individuais que forjam

---

<sup>94</sup> REIS, Nathalia Dothling. Revisitando os Estudos de Gênero: Mulheres Negras e o Pensamento Científico. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, v. 3, n. 4, p. 30-46, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22265/15426>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

<sup>95</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 8 – tradução da autora

<sup>96</sup> COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. Annual Review Of Sociology, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 1-20, 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

<sup>97</sup> COLLINS, Patricia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. Investigaciones Feministas, Madrid, v. 8, n. 1, p. 167-192, 29 jun. 2017. Universidad Complutense de Madrid (UCM). Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7)>. Acesso em: 27 out. 2018.

agendas de luta e resistência às consequências desse diagnóstico. O conhecimento produzido por mulheres negras imbricadas no pensamento feminista negro deve estar atento ao fato de que as abstrações que podem ser produzidas a partir da forma com que o conceito de interseccionalidade ganhou o mundo acadêmico e os movimentos sociais acabam negligenciando o que interações específicas das opressões significam na materialidade social. As respostas articuladas por mulheres negras e por grupos historicamente subordinados, de forma similar às opressões, auxiliam na compreensão da natureza da dominação política e visibilizam as formas com que as políticas transversais podem ser construídas.

O genuíno diálogo aberto e franco que Patricia Hill Collins estabelece com as perspectivas de conhecimento dominante em sua principal obra me inspiraram a organizar uma breve revisão bibliográfica em que fosse possível identificar como o pensamento feminista hegemônico recebeu as contribuições do pensamento feminista negro. Esse trabalho foi bastante árduo porque há uma tendência entre os grupos dominantes de reconhecer algumas poucas intelectuais enquanto vozes do feminismo e suprimir todas as outras que não apresentam uma linguagem confortável e suave para os ouvidos daqueles que frequentemente não têm interesse em escutar como a estrutura de privilégios os favorece. Ainda assim, foi possível identificar que a principal absorção do pensamento feminista contemporâneo das contribuições de mulheres negras se dá a partir do conceito de interseccionalidade.

O conceito de interseccionalidade apropriado pelas teóricas feministas brancas<sup>98</sup> geralmente é atribuído à Kimberlé Crenshaw, jurista negra norte-americana que na década de 1990 apresentou uma sistematização do conceito tendo por objeto de análise a violência contra mulheres<sup>99</sup>. A autora, nessa primeira versão de sua

---

<sup>98</sup> Destaco os seguintes trabalhos pela sua reconhecida reverberação no campo dos estudos feministas: HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 13 jan. 2019. PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

<sup>99</sup> CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ulcf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

concepção sobre interseccionalidade<sup>100</sup>, entende-a enquanto o entrecruzamento de diversas opressões as quais produzem uma série de desvantagens sociais e desigualdades. Ou seja, para Kimberlé Crenshaw a interseccionalidade pode ser lida como o aprofundamento de opressões. Para a autora, a interseccionalidade tem uma relação direta com questões relacionadas a identidade. Em última análise, é possível dizer que, na concepção inaugural de Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade, a violência faz parte da identidade de grupos subordinados. A conceitualização a respeito da discriminação de gênero historicamente esteve centralizada na experiência de mulheres brancas e, assim sendo, a forma com que se estruturam os primeiros enquadramentos teóricos de Kimberlé Crenshaw a respeito da interseccionalidade tem por objetivo constituir um padrão de análise que seja contundente o suficiente para demonstrar a multidimensão das experiências vividas pelos sujeitos marginalizados.

O termo interseccionalidade, cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw, ressalta a "multidimensionalidade" das experiências vividas pelos sujeitos marginalizados. Surgiu no final dos anos 80 e início dos anos 1990, no campo dos estudos raciais críticos, um movimento acadêmico nascido no Direito comprometido em problematizar a neutralidade e objetividade. Desde o início, a interseccionalidade tem um interesse em uma abordagem particular: a intersecção entre raça e gênero. Para esse fim, a interseccionalidade rejeita a "estrutura de eixo único" geralmente adotada por estudiosos feministas e antirracistas, em vez de analisar "as várias maneiras em que raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras"<sup>101</sup>.

A interseccionalidade constituiu-se enquanto campo de estudo a partir da própria pluralidade de espaços e discursos de onde o conceito surgiu. Contudo, há

---

<sup>100</sup> Kimberlé Crenshaw reformula sua concepção de interseccionalidade a partir da dimensão do conceito enquanto campo de conhecimento. Nesse sentido, no entendimento da autora, há três compreensões sobre a interseccionalidade: a primeira que consiste em aplicar a interseccionalidade para investigação de dinâmicas sociais interseccionais, a segunda que relaciona-se com a construção de debates discursivos sobre o escopo e conteúdo da interseccionalidade como paradigma teórico e metodológico e a terceira que consiste em intervenções políticas que se pautem na interseccionalidade como lente analítica. Ver: CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. *Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, [s.l.], v. 38, n. 4, p. 785-810, jun. 2013. University of Chicago Press. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod\\_resource/content/1/CHO%2C%20S.%3B%20CRENSHAW%2C%20K.W.%3B%20Mccall%2C%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod_resource/content/1/CHO%2C%20S.%3B%20CRENSHAW%2C%20K.W.%3B%20Mccall%2C%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

<sup>101</sup> NASH, Jennifer. *Re-thinking intersectionality*. *Feminist Review*, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: <[https://www.mackenzian.com/wp-content/uploads/2016/02/Nash\\_Rethinking\\_Intersectionality2008.pdf](https://www.mackenzian.com/wp-content/uploads/2016/02/Nash_Rethinking_Intersectionality2008.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018. p. 1 – tradução da autora.

uma tendência nos projetos de conhecimento hegemônico de atribuir uma autoria aos conceitos que são organizados a partir de grupos subordinados. Dessa forma, é possível controlar de maneira mais acurada a dinâmica do processo de formação de conhecimento de acadêmicos e intelectuais negros. Ao atribuir de forma incontestada a autoria do conceito de interseccionalidade à Kimberle Crenshaw, as formulações a respeito do tema produzidas por mulheres negras que apresentam outras considerações ou até mesmos divergências são consideradas menores ou irrelevantes. Reside nessa forma de controle uma tentativa de ocultar a heterogeneidade das agendas de mulheres, bem como uma política de esvaziamento da multiplicidade de estratégias políticas de combate ao racismo e ao sexismo empreendidas por estas mulheres que, ao serem representadas a partir de uma narrativa unívoca, são lidas como pouco complexas.

O pensamento feminista negro, especialmente a partir da interseccionalidade, criou um espaço analítico para uma compreensão mais robusta dos privilégios e desvantagens associadas aos sistemas de dominação que interagem entre si, bem como a partir de uma abordagem multifacetada das construções das teorias de conhecimento perspectivistas<sup>102</sup>. A influência do pensamento de mulheres negras na teoria feminista hegemônica é perceptível em diversas análises de intelectuais brancas. Nesse sentido

Patricia Hill Collins propõe que o amplo conjunto dos estudos sobre interseccionalidade possa ser analisado como um projeto de conhecimento que se organiza como uma espécie de guarda-chuva, abrigando estudos motivados por diferentes problemas, socialmente localizados de forma diversa, em que estão presentes três preocupações principais: a interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas de conhecimento sobre o mundo social; e a interseccionalidade como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> COLLINS, Patricia Hill; CHEPP, Valerie. Intersectionality. Oxford Handbooks Online, [s.l.], p. 1-36, 12 mar. 2013. Oxford University Press. Disponível em: <[https://sage-pilot.uq.edu.au/files/151/oxford\\_handbook\\_intersectionality.pdf](https://sage-pilot.uq.edu.au/files/151/oxford_handbook_intersectionality.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2018.

<sup>103</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Para Clare Hemmings, a crítica do pensamento feminista negro produziu efeitos na teoria feminista a partir dos anos 80 e significa um momento de mudanças nas estratégias políticas do movimento. Nesse sentido, é possível apontar que a intelectualidade feminina negra promoveu uma correção na historiografia feminista. Para a autora, esse período significou uma ampliação da consciência feminista em relação às distinções sociais que são operadas a partir do critério racial, principalmente a partir da forma com que as diferentes mulheres contam a sua própria história. Clare Hemmings situa como, por exemplo, as elucubrações de Audre Lorde a respeito de sua própria experiência enquanto uma mulher feminista, negra, mãe e lésbica foram relevantes para desmantelar a ideia de uma produção de conhecimento político que é meramente focado em questões relacionadas às demandas ativistas de cunho estrutural, havendo central importância do aspecto emocional para o feminismo.

Particularmente, quando penso em ‘emoção’ e ‘trabalho feminista’ juntos, não posso deixar de refletir sobre o inspirador labor de Audre Lorde em *The Cancer Journals* [Os Diários do Câncer] e em *Sister Outsider* [Irmã Proscrita]. A paixão e o comprometimento de Lorde em viver uma vida feminista, negra e lésbica fazem lembrar às leitoras seus próprios valores e corporeidade. Para Lorde, é o investimento emocional e os laços comunitários produzidos pelo trabalho feminista que possibilitam que as narrativas marginais sejam contadas e sobrevivam. Mais recentemente, Lynne Pearce apontou a importância de analisar o modo como os textos feministas persuadem emocionalmente, ecoando minha própria experiência de que essa é uma maneira como nossos comprometimentos e práticas da escrita são formados.

Teóricas como Clare Hemmings têm interesse em compreender como as ideias a respeito do feminismo circulam e se modificam a partir da perspectiva negra, destacando metodologias que apontam as diferentes maneiras com que o conhecimento é produzido. A interseccionalidade, portanto, tem sido utilizada como uma ferramenta analítica por diversos campos de conhecimento e, nos estudos feministas, tem sido largamente difundida, sendo uma das principais contribuições do pensamento feminista negro aos estudos de gênero e sexualidade.

As contribuições do pensamento feminista nessa seara são citadas por Ina Kerner<sup>104</sup> como fundamentais na compreensão das dimensões múltiplas que apresentam o racismo e o sexismo. A autora apresenta uma discussão sobre intersecções segundo a qual, no contexto europeu, o termo relaciona-se com entrecruzamentos entre as categorias raça, gênero, sexualidade, entre outras, o que deixa evidente que a apropriação europeia da interseccionalidade parte da formulação de Kimberlé Crenshaw.

Na atual discussão europeia, o termo "intersecções" serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de "raça", etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências. Quanto a isso, ao menos originariamente o termo era muito mais restrito e, assim, era conceituado de forma mais precisa. A teórica do direito norte-americana Kimberlé Crenshaw introduziu o conceito no debate sobre a teoria da diferença precisamente para explicar que, nas experiências de discriminação por qual passavam mulheres negras nos Estados Unidos, os fatores de discriminação sexista e de discriminação racista nem sempre eram distinguíveis<sup>105</sup>.

Para além desse diagnóstico, cabe destacar que as formulações de Kimberlé Crenshaw a partir do conceito de interseccionalidade tensionaram o saber jurídico norte-americano. Sua contribuição acadêmica para o campo do Direito é notável e integra um corpo teórico de intelectuais negras estadunidenses que buscam centralizar a experiência multidimensional da opressão de mulheres negras para expressar a forma com que o direito pode discriminar pessoas negras e não observar as próprias leis quando estas podem ser utilizadas em benefício dessa comunidade.

Ina Kerner também reconhece a importância dos estudos de Patricia Hill Collins para a formulação da interseccionalidade enquanto campo de conhecimento, ao mencionar a obra da autora como uma possibilidade de compressão "abrangente e socio teórica da interseccionalidade"<sup>106</sup>. Ina Kerner considera que a obra de Patricia

---

<sup>104</sup> KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

<sup>105</sup> KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019. p. 56.

<sup>106</sup> KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019, p. 56.



Hill Collins tem limitação enquanto teoria geral porque a análise é centralizada a partir das experiências de mulheres negras, o que entendo enquanto um equívoco de leitura, uma vez que a todo momento Patricia Hill Collins demonstra que a centralização das experiências de mulheres negras em seu trabalho teórico surge como uma estratégia político-metodológica que visa reverter a supressão da intelectualidade desse grupo. A intenção de Collins é demonstrar que é possível refletir sobre as dinâmicas sociais a partir das experiências de mulheres negras também, mas não de forma exclusiva. Apesar disso, a autora reconhece que o aprofundamento que Patricia Hill Collins propõe a partir do conceito de matriz de dominação oferece possibilidades de análise a partir de outros contextos. De acordo com Ina Kerner:

Se revisarmos a literatura relevante em busca de uma compreensão abrangente e socio teórica da interseccionalidade, mais cedo ou mais tarde vamos nos deparar com os trabalhos de Patricia Hill Collins, principalmente com as diferentes edições de seu livro *Black Feminist Thought*. Nessa obra, a principal questão de Collins é analisar as condições de vida de mulheres afro-americanas e, portanto, a possibilidade de generalização de sua proposta está limitada aos componentes de conteúdo. No entanto, daqui pode ser extraído um quadro teórico que também pode ser esclarecedor para outros contextos — trata-se de seu conceito de “matriz de dominação”. Por meio do conceito, Collins designa organizações específicas de relações sociais hierárquicas de poder. Nesse sentido, as matrizes de dominação seriam caracterizadas, por um lado, por um arranjo específico de sistemas sobrepostos de opressão, tais como “raça”, estrato social, gênero, sexualidade, estatuto de cidadão, etnia e idade; e, por outro, por uma organização específica de suas esferas de poder. Collins lista quatro esferas diferentes de poder: primeiro a esfera estrutural, relacionada a arenas tais como ocupação profissional, governo, educação, direito, economia e mora- dia, na qual o poder é exercido por meio de leis e políticas públicas; em segundo lugar vem a esfera disciplinar, em que o exercício do poder se dá por meio de hierarquias burocráticas e de técnicas de controle e vigilância; em terceiro, a esfera hegemônica, em que ideias e ideologias atuam no sentido de despolitizar opiniões discrepantes, ou também em que grupos sociais se controlam mutuamente e acabam por produzir o mesmo efeito; e, por fim, em quarto lugar, a esfera interpessoal que abarca o racismo cotidiano, as experiências cotidianas de discriminação e as reações de oposição e de resistência a esses atos<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019, p. 56-57.

Ina Kerner utiliza o pensamento de Patricia Hill Collins para alargar as possibilidades de utilização do conceito de interseccionalidade, bem como para produzir um quadro teórico em que esse conceito não seja utilizado de forma leviana. A autora adverte para as possibilidades de utilização dos critérios de raça e gênero em dinâmicas de conhecimento para além da interseccionalidade, atentando para apropriações equivocadas do conceito feitas pelo feminismo europeu que aplica a ideia de interseccionalidade sem atentar para o contexto próprio da experiência vivida das mulheres em cada território.

Collins, entretanto, destaca que os problemas de uso do conceito de interseccionalidade não estão inscritos apenas numa ausência de contextualização, mas, sobretudo, no ocultamento que a interseccionalidade é resultado da pesquisa crítica e da práxis crítica. A pesquisa crítica está relacionada aos desdobramentos da interseccionalidade no interior das academias, sendo esta utilizada como uma importante ferramenta analítica que transformou as metodologias de pesquisa e a produção de teoria crítica. A práxis crítica diz respeito a maneira com que individual e coletivamente a interseccionalidade é utilizada no cotidiano para produzir política, resistência e justiça social<sup>108</sup>.

A autora também posiciona a interseccionalidade enquanto paradigma. Nesse sentido, a interseccionalidade é vista como um referencial interpretativo que é utilizado para explicar os fenômenos sociais. O paradigma da interseccionalidade é relevante na construção dos conhecimentos de oposição, que segundo a autora refletem temas distintivos presentes nas experiências de grupos subordinados<sup>109</sup>.

Para além do conceito de interseccionalidade e matriz de dominação, o pensamento feminista negro teve influência central na construção das teorias do ponto de vista, as quais se alicerçam em três bases centrais: o conhecimento é socialmente situado; grupos marginalizados estão localizados em posições que lhes possibilitam um maior conhecimento dos fatos sociais produzindo questionamentos de forma mais acurada do que grupos privilegiados; a pesquisa, principalmente aquela voltada a analisar o poder, deve refletir aspectos da vida das pessoas marginalizadas<sup>110</sup>. A

---

<sup>108</sup> COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. John Wiley & Sons, 2016.

<sup>109</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2009. p.269-271

<sup>110</sup> COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. Annual Review Of Sociology, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 1-20, 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

disposição de Patricia Hill Collins em, nesse sentido, propor novas abordagens científicas, especialmente para o campo da sociologia do conhecimento, aparece desde suas primeiras formulações

. No artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*<sup>111</sup>, a autora propõe a categoria de *outsider within* para demonstrar como as experiências de grupos marginalizados são relevantes para a academia. O conceito de *outsider within* é considerado central para os estudos feministas na atualidade<sup>112</sup>, embora ainda seja pouco disseminado no contexto brasileiro, resultado da tardia tradução do artigo, o que considero um aspecto do racismo epistêmico que auxilia na compreensão das dificuldades impostas para acadêmicas negras, sobretudo aquelas oriundas das limitações que se estabelecem a partir dos esforços que empreendemos em conciliar nossas experiências pessoais, identidades, valores e perspectivas com os aspectos que vigoram nas lógicas operantes nas instituições de ensino superior. Não obstante, a noção de *outsider within* tem sido utilizada para descrever locais sociais ou espaços fronteiriços ocupados por pessoas oriundas de grupos sociais caracterizados pela desigualdade em termos de poder. Segundo Claudia Pons Cardoso, essa é a situação na qual estão as mulheres negras na universidade. Para ela, a situação de *outsider within* “permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais<sup>113</sup>”.

A posição de *outsider within* caracteriza-se pela contradição, uma vez que os indivíduos que ocupam essa posição não estão fixados em um único local social. Esse conceito é útil para o pensamento feminista de forma mais ampla, especialmente no que tange aos debates referentes às masculinidades subordinadas, uma vez que evidencia a maneira com que mulheres brancas, por exemplo, podem ocupar tanto a posição de oprimida quanto de opressora, a depender do contexto em que estão

---

<sup>111</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>112</sup> RYAN, J. Michael. *Outsider-Within*. In: STONE, John et al (Org.). *The Wiley Blackwell Encyclopedia Of Race, Ethnicity, And Nationalism*. Hoboken: Wiley, 2015.

<sup>113</sup> CARDOSO, Claudia Pons. *Outras Falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2018, p. 85.

localizadas. Para além disso, embora mulheres brancas estejam localizadas em um lugar de privilégios sociais devido à sua condição racial, fazendo com que aparentemente pertençam unicamente a este grupo social, podendo desfrutar dos direitos e acessos que a branquitude lhes relega, elas não necessariamente irão desfrutar o cômputo dos privilégios dos homens brancos, devido à sua condição de forasteira, que é imposta pelo gênero.

A maneira com que Collins critica a utilização costumeira do conceito de interseccionalidade está inscrita também em uma crítica contundente ao pensamento binário, principalmente no que tange a uma tendência a sobreposição de opressões. São as lógicas inscritas no interior dos binarismo que produzem um ranqueamento de opressões.

Análises aditivas de opressão se sustentam igualmente nos pilares ou esse/ou aquele e da necessidade de quantificar e ranquear todas as relações para saber onde nos posicionamos. Essas abordagens tipicamente classificam as mulheres Afro-Americanas como mais oprimidas, vez que a maioria das mulheres negras vivencia os efeitos negativos das opressões de raça, classe e gênero simultaneamente. Em suma, quando se soma diferentes formas de opressão, se tem uma grande opressão que é maior que a soma de suas partes.

A crítica feminista negra a respeito da maneira com que o feminismo facilmente desafia as ideias produzidas pelo patriarcado branco, mas, ironicamente, suprime as contribuições intelectuais de mulheres racializadas, tem sido fundamental para promover mudanças nas organizações e na produção teórica feminista. A denúncia do racismo presente no feminismo branco a partir da produção de intelectuais como Barbara Smith, Angela Davis e Glória Anzaldúa é também um convite para uma mudança de postura intelectual e ativista por parte das feministas brancas e, apesar de constantemente essas mulheres recusarem-se ao comprometimento com o combate ao racismo, seja a partir da omissão do conhecimento produzido por mulheres negras, seja a partir da apropriação do pensamento dessas mulheres sem o devido reconhecimento, há avanços na construção de coalisões e de novas perspectivas no feminismo que não sejam centralizadas pelo racismo.

No contexto norte-americano, por exemplo, a crítica feminista negra já alcançou a teoria crítica do direito a partir da utilização do paradigma da interseccionalidade. Conforme Alexander-Floyd

Os pesquisadores do direito vêm desenvolvendo a abordagem interseccional com efeito positivo. Hoje, a interseccionalidade é um paradigma bem estabelecido que informa pesquisas sobre mulheres racializadas e suas experiências com respeito à raça, gênero e outras categorias de identidade. Tem sido e continua a ser utilizado em campos tão diversos como desenvolvimento humano, sociologia, psicologia, medicina e ciência política, demonstrando a relevância dessa abordagem para conduzir pesquisas, produzir teorias contemporâneas e desenvolver prescrições políticas. Por outro lado, acadêmicos e ativistas de diferentes partes do mundo estão encontrando maneiras de utilizar os *insights* únicos fundamentados por essa abordagem[...] Embora a interseccionalidade venha sendo utilizada como paradigma de pesquisa em uma ampla gama de disciplinas, a análise interseccional tem sido particularmente útil em aplicações jurídicas em termos de assédio e discriminação no local de trabalho<sup>114</sup>.

No contexto brasileiro temos a perspectiva do direito anti-discriminatório, informado centralmente pelo pensamento de Kimberlé Crenshaw , como uma possibilidade de paradigma jurídico centrado na interseccionalidade. Contudo, uma vez que a maioria dos juristas que tem utilizado essa abordagem são acadêmicos brancos, o potencial de aprofundamento crítico proporcionado pela visão da práxis-crítica da experiência de mulheres negras resta subtraído. Uma vez que o conhecimento especializado das experiências de mulheres negras não é absorvido pelas próprias formulações dessas mulheres , o diagnóstico a respeito de como as instituições jurídicas aplicam um tratamento diferenciado à esse grupo não se constitui de forma a possibilitar ferramentas efetivas de mudança e justiça social. Destaca-se que a proximidade que intelectuais negras têm da própria comunidade negra é uma marca distintiva do pensamento feminista negro, a ação pragmática de mulheres negras na busca por justiça social adquire uma relevância decisiva na luta por direitos. Conforme Collins:

[...]nossas experiências enquanto afro-americanos nos proporcionam uma perspectiva específica sobre a condição de mulher negra, uma perspectiva que não é acessível a outros grupos, caso a adotemos. É mais provável que as mulheres negras, como membros de um grupo oprimido, tenham uma compreensão mais crítica de nossa condição de opressão que mulheres que vivem fora dessas estruturas<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> ALEXANDER-FLOYD, Nikol G. Critical race Black feminism: A “jurisprudence of resistance” and the transformation of the academy. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 35, n. 4, p. 814-815, 2010 – tradução da autora

<sup>115</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2009. p.39 – tradução da autora.

Mesmo que as experiências de mulheres negras possam ter características que as aproximam das experiências de mulheres brancas, como por exemplo os impactos do sexismo no acesso à justiça, a condição e a experiência de mulheres negras continua sendo distintas. A relevância do protagonismo de mulheres negras nas lutas por direitos está relacionada com a centralidade da ação intelectual dessas mulheres para construir conhecimentos e ferramentas de mudança social que estejam informadas por essas experiências singulares. Isso não significa que o pensamento feminista negro e as lutas por justiça para mulheres negras devam ser informados exclusivamente por mulheres negras. “Significa apenas que a responsabilidade pela definição da realidade de cada um cabe sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências<sup>116</sup>”

Por mais bem-intencionadas que possam ser as intelectuais brancas, elas ainda são mulheres brancas, passíveis, portanto, de privilegiar o acesso às hierarquias de poder. São essas hierarquias de poder que consubstanciam a supressão intelectual e o silenciamento de mulheres negras dentro da teoria feminista, é por isso que as tensões e mudanças do pensamento feminista perpassam necessariamente pelo conhecimento coletivo articulado pelas mulheres negras. É a partir da autodefinição dessas mulheres, do seu empoderamento e de sua autonomia que é possível constituir coalizões entre mulheres brancas e negras para a construção de uma teoria feminista que se articule a partir de múltiplas experiências.

---

<sup>116</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2009. p.40 – tradução da autora.

### **3 IMAGENS DE CONTROLE: UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE PARA COMPREENDER A MATRIZ DE DOMINAÇÃO**

As imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às inequidades sociorraciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade<sup>117</sup>. Isso se dá porque as imagens de controle estão articuladas no interior da histórica matriz de dominação que caracteriza a dinâmica intersectada na qual as opressões se manifestam. O conceito de *imagens de controle* é o alicerce central desse trabalho, a definição dada por Patricia Hill Collins para este conceito indica uma representação específica de gênero para pessoas negras, que se articula a partir de padrões estabelecidos no interior da cultura ocidental branca eurocêntrica. O conceito de imagens de controle se diferencia das noções de representação e estereótipo a partir da forma com que as mesmas são manipuladas dentro dos sistemas de poder articulados por raça, classe, gênero e sexualidade<sup>118</sup>.

As imagens de controle atribuem significados às vidas de mulheres negras que solidificam a matriz de dominação. Essas figuras, cuja gênese é o período escravocrata, continuam a ser reformuladas com o intuito de disseminar na sociedade contemporânea as justificativas que estruturam o sistema de vigilância e violência que atravessam o cotidiano das mulheres negras. Patricia Hill Collins evidencia que a ideologia dominante durante o período escravocrata fomentou a criação de imagens de controle, interconectadas socialmente e relacionadas à feminilidade negra, cada uma refletindo o interesse do grupo dominante em manter a subordinação dessas

---

<sup>117</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009

<sup>118</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Mammies, matriarchs, and other controlling images*. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. 69-96.

mulheres. As imagens de controle mascaram as contradições das relações sociais, afetando não apenas as mulheres negras como também as mulheres brancas<sup>119</sup>.

As ideologias sexuais são responsáveis por criar definições opostas de feminilidade, que são dependentes, mas articulam hierarquias entre mulheres. A ideia de uma verdadeira feminilidade, que é configurada a partir de pressupostos definidos pelas elites masculinas brancas, controla os comportamentos de mulheres independentemente de sua condição racial. A forma com que esses controles irão operar é que estão articulados a partir da matriz de dominação, o que vai fazer com que, por exemplo, a pureza sexual de mulheres brancas esteja diretamente relacionada com uma narrativa de lascividade das mulheres negras. As imagens de controle são centrais para que os sistemas interconectados de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe perpetuem um simbólico estrutural que controla o comportamento de mulheres negras e sustenta as falácias da superioridade racial a partir da opressão de gênero. Além disso, a classe desempenha um papel significativo, interpelando a raça, a fim de moldar imagens de mulheres negras. A forma com que Patricia Hill Collins, por exemplo, discorre sobre as imagens de controle da *mammy* e da *welfare mother* evidencia como a exploração econômica se apropria das imagens de controle como uma forma de justificar as consequências do capitalismo no cotidiano de mulheres negras.

O propósito desse capítulo é apresentar o conceito de imagens de controle como central ao desenvolvimento da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, bem como visualizar as limitações impostas pelo processo de frustração da subjetividade de mulheres negras, que se dá a partir da dinâmica interconectada das opressões através da matriz de dominação<sup>120</sup> que se articula em consonância às imagens de controle.

Na primeira parte, descrevo pormenorizadamente esse conceito tanto na obra em comento quanto a partir de outras formulações de Patricia Hill Collins. Logo após, apresento como as diferentes imagens de controle são utilizadas na mídia, principal

---

<sup>119</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2009.

<sup>120</sup> Em linhas gerais, a matriz de dominação é um conceito sociológico relacionado aos níveis de poder, controle e opressão entre os diferentes grupos da sociedade. Esse conceito é cunhado por Patricia Hill Collins como uma forma de ampliar o debate sobre interseccionalidade. Na obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, a autora desdobra esse conceito para examinar como as opressões afetam as mulheres negras. Aprofundo a discussão entre *imagens de controle* e matriz de dominação no terceiro capítulo desse trabalho.



veículo de disseminação dessas figuras, que acabam por reforçar as ideologias racistas a partir da massificação dessas representações. Segundo Stuart Hall<sup>121</sup>, a principal esfera de atuação da mídia é a produção ou transformação de ideologias, logo, discutir sobre racismo e mídia é necessariamente abordar a dimensão ideológica do racismo, que, no pensamento de Patricia Hill Collins, são as imagens de controle. Artigo o conceito de *imagens de controle* com os outros conceitos que organizam a obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, especialmente os conceitos de “autodefinição”. “espaço seguro” e “matriz de dominação”. Esses conceitos são fundamentais em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* e na obra de Patricia Hill Collins como um todo, porque apresentam marcos que possibilitam compreender não apenas a experiência de mulheres negras, mas também as dinâmicas sociais envolvidas na maneira como o Direito interage com as vivências desse grupo. Para além disso, esses conceitos respondem o problema dessa pesquisa, que busca mostrar que o pensamento de Patricia Hill Collins pode ser uma chave analítica que preenche as insuficiências teóricas a respeito do racismo e do sexismo, para compreender os sentidos da emancipação para grupos subordinados e, especialmente, para a luta por direitos.

Por fim, demonstro quais são as estratégias elencadas por Patricia Hill Collins como ferramentas de resistência às imagens de controle, as quais são formuladas por mulheres negras tanto em uma perspectiva individual quanto em uma esfera coletiva.

### **3.1 O conceito de *imagens de controle* em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment***

O patriarcado, o colonialismo, o racismo e o sexismo constituíram formas de dominação que caracterizaram o período de escravização e que, no que pese apresentarem dinâmicas diferentes em cada contexto nacional, influenciaram a formação dos aspectos da vida social. Segundo Patricia Hill Collins<sup>122</sup>, os diferentes sistemas de dominação apresentam a própria malha de poder, o que irá criar

---

<sup>121</sup> HALL, Stuart. The whites of their eyes: Racist ideologies and the media. Silver linings: Some strategies for the eighties, p. 28-52, 1981.

<sup>122</sup> COLLINS, Patricia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. Investigaciones Feministas, Madrid, v. 8, n. 1, p. 167-192, 29 jun. 2017. Universidad Complutense de Monadrid (UCM). Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7)>. Acesso em: 27 out. 2018.

implicações distintivas em cada contexto social. Por exemplo, o sistema escravocrata no Brasil e nos Estados Unidos tem características que, analisadas numa perspectiva global, apresentam contornos semelhantes. Contudo, ainda assim, não é possível meramente entender esses dois contextos de forma igualitária, como se os impactos produzidos na vida social dos sujeitos localizados em cada um desses países fossem os mesmos.

[...] as intersecções entre racismo, capitalismo e sexismo nos EUA diferem daquelas no Brasil, produzindo uma matriz distintiva de dominação dentro de cada estado-nação, bem como relações entre os dois estados-nação. Ambas as nações podem compartilhar histórias gerais de dominação, por exemplo, como o seu extenso envolvimento com o tráfico de escravos africanos, como colônias e como estados-nação democráticos livres, foi essencial para sua incorporação no capitalismo global. No entanto, os padrões distintivos que a dominação assumiu dentro de cada estado-nação diferem dramaticamente – a dominação racial, de classe e de gênero nos EUA e no Brasil não pode ser reduzida uma a outra, nem a alguns princípios gerais de dominação sem as especificidades de suas histórias<sup>123</sup>.

Desde o processo de escravização, as mulheres negras têm desafiado as imagens de controle, as quais vão se modificando conforme a dinâmica dos sistemas de opressão se altera. As experiências das mulheres negras em enfrentar as opressões constituem-se enquanto uma tradição intelectual, a qual mantém-se suprimida com o intuito de sustentar as inequidades raciais e os sistemas de opressão que afetam a vida dessas mulheres. Para Patricia Hill Collins, as imagens de controle constituem a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, sendo que o processo de resistência a esse fenômeno articula-se a partir da autodefinição que mulheres negras constroem nos espaços seguros. O processo de constituição da autodefinição apresenta uma dimensão individual e outra coletiva, o que possibilita que mulheres negras respondam às violências articuladas pelas imagens de controle de forma distinta. Isso ocorre com outras questões relevantes para a agenda política de mulheres negras, constituindo uma característica própria da sua ação política e intelectual. Conforme Patricia Hill Collins,

---

<sup>123</sup> COLLINS, Patricia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. *Investigaciones Feministas*, Madrid, v. 8, n. 1, p. 167-192, 29 jun. 2017. Universidad Complutense de Madrid (UCM). Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7)>. Acesso em: 27 out. 2018 – tradução da autora.

Apesar dos desafios comuns enfrentados pelas mulheres negras como um grupo, elas não têm experiências idênticas nem interpretam experiências de maneira semelhante. A existência de temas centrais não significa que elas respondam a esses temas da mesma maneira. Diferenças entre mulheres negras individuais produzem padrões diferentes de conhecimento experiencial que, por sua vez, moldam reações individuais aos temas centrais.<sup>124</sup>

Essa premissa é fundamental para desmistificar o essencialismo que geralmente caracteriza as observações a respeito das experiências de mulheres negras. A análise de Patricia Hill Collins, por exemplo, alicerça-se no feminismo negro enquanto estratégia política de justiça social e emancipação de mulheres negras. Essa, contudo, não é a única possibilidade de articulação política de mulheres negras, sendo possível que elas se identifiquem e busquem saídas para suas questões em outros campos, como é o caso da mulherisma africana<sup>125</sup>, por exemplo.

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. São uma forma potente de atacar a assertividade e a resistência de mulheres negras à sua objetificação enquanto o outro da sociedade. Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as inequidades sociais e violências que eles impõem às mulheres negras em todo o globo. As imagens de controle fazem parte de uma ideologia generalizada de dominação, que opera a partir de uma lógica autoritária de poder, que nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas.

Patricia Hill Collins explica que as imagens de controle possuem um significado central que distingue esse conceito dos conceitos de representações e estereótipos,

---

<sup>124</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. P.30 – tradução da autora.

<sup>125</sup> O termo *mulherisma africana* é proposto por Clenora Hudson em *Africana Womanism: Reclaiming Ourselves*. Importa destacar que a perspectiva de Alice Walker, nomeada enquanto mulherismo e analisada por Patricia Hill Collins no artigo *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*, não é a mesma do exemplo que citei. O mulherisma africana centra-se totalmente na África, entendendo as mulheres negras enquanto africanas em diáspora. Nessa perspectiva, a raça é uma questão central. Entre as características do mulherisma africana figuram centramento familiar e uma companhia masculina positiva, flexível e desejável: Para a completude do conceito ver: HUDSON-WEEMS, Clenora. *Africana womanist literary theory*. Trenton: Africa World Press, 2004.

uma vez que a articulação das imagens de controle se dá a partir da autoridade que os grupos dominantes possuem para nomear os fatos sociais. Segundo a autora:

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, imagens estereotipadas da feminilidade negra adquirem um significado especial. Como a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite, no exercício do poder, manipulam ideias sobre a feminilidade negra. Isso se dá a partir da exploração de símbolos já existentes ou a partir da criação de novos símbolos<sup>126</sup>.

As imagens de controle também podem ser consideradas enquanto símbolos que buscam restringir a autonomia de mulheres negras, também sendo utilizados como uma forma de naturalização das consequências do racismo e do sexismo a partir da inevitabilidade. Trudier Harris<sup>127</sup>, citada por Patricia Hill Collins na abertura do capítulo destinado à descrição das imagens de controle em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, evidencia como o exercício da autodefinição é restringido para as mulheres negras. Sempre existe um outro sujeito, com maior autoridade, para falar sobre as experiências de mulheres negras no lugar das mulheres negras. O saber das mulheres negras, suas próprias experiências, os sentidos que suas vivências adquirem na particularidade e na vida coletiva não é suficiente para que as mesmas possam nomear a própria história.

Manter imagens de mulheres negras como o outro fornece justificativa ideológica para as opressões de raça, classe e gênero, determinadas ideias básicas atravessam estas e outras formas de opressão. Uma dessas ideias é o pensamento binário que categoriza as pessoas, coisas e ideias em termos de diferença um do outro (Keller 1985, a 8). Por exemplo, binários brancos/preto, masculino/feminino, razão/emoção, cultura/natureza, fato/opinião, mente/corpo e sujeito/objeto ganham significados somente em relação ao seu homólogo (Halpin 1989). Outra ideia básica diz respeito à forma com que o pensamento binário molda entendimentos da diferença humana. Nesse sentido, a diferença é definida em termos de oposição. Uma parte não é simplesmente diferente de sua contraparte; são inerentemente opostas ao seu “outro”. Brancos e negros, homens e mulheres, pensamento e sentimento não são complementares homólogos, eles são fundamentalmente diferentes, entidades

<sup>126</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p.76 – tradução da autora.

<sup>127</sup> Chamada de matriarca, castradora, e *hot momma*, às vezes irmã, *pretty baby*, tia, *mammy* e garota. Chamada de mãe solteira, *welfare recipient* e *inner city consumer*. A mulher negra norte americana teve que admitir que por mais que ninguém conhecesse os problemas que ela passou, todo mundo, de seu irmão a seu cachorro, sentia-se qualificado para explicá-la, até para ela mesma.

relacionadas só através da sua definição como opostos. Sentimentos não podem ser incorporados ao pensamento ou mesmo funcionar em conjunto, porque no pensamento binário, sentimentos retardam o pensamento e validam fatos obscuros<sup>128</sup>.

O pensamento binário é parte central da estrutura organizativa das imagens de controle, especialmente porque também organiza políticas econômicas de dominação que estruturaram a escravização de negros e negras, o colonialismo e o neocolonialismo. Patricia Hill Collins, através dos estudos de Dona Richards, destaca como o pensamento ocidental se articula a partir da objetificação. Segundo Richards, a separação do “conhecimento de si” do “conhecimento do objeto” é a forma através da qual esse fenômeno acontece. A autora ainda destaca que, para Richards, a intensa objetificação é um pré-requisito para a desespirtualização do universo, o que justifica a crescente materialização do universal. Dentro dessa argumentação, Patricia Hill Collins destaca que os estudos feministas e estudos sobre raça e racismo têm demonstrado como a objetificação de mulheres e de negros e negras a partir da identificação destes com a natureza, colocada em oposição à intelectualidade, tem servido como justificativa para a opressão destes grupos.

Uma avaliação marxista sobre o binário cultura/natureza aponta que a história pode ser vista como aquilo que os seres humanos constantemente objetificam: o mundo natural, a fim de controlar e explorar o mesmo (Brittan e Maynard 1984, 198). Cultura é definida enquanto o oposto da natureza objetificada. Se não domesticada, essa natureza selvagem e primitiva pode destruir a cultura mais civilizada. Pesquisadoras feministas apontam que a identificação das mulheres com a natureza tem sido central para a objetificação das mulheres e para a dominação masculina (McClintock 1995). Pesquisadores negros e teóricos pós-coloniais sugerem que a definição de pessoas socialmente racializadas<sup>129</sup> como menos humanos, animalescos, ou mais “selvagens” nega a subjetividade dos povos africanos e asiáticos e dá suporte à política econômica de dominação que caracteriza a escravidão, o colonialismo e o neocolonialismo (Torgovnick 1990; Chow 1993, 27-54; Disse 1993; Bannerji 1995, 55-95)<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 77 – tradução da autora.

<sup>129</sup> No texto original o termo utilizado é *people of color*. Traduzi para *pessoas socialmente racializadas* pelos contornos racistas que o termo *pessoas de cor* tem no português pátrio.

<sup>130</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 78 – tradução da autora.

O pensamento binário será o sustentáculo da objetificação das mulheres negras como o outro da sociedade, o que irá balizar a justificativa ideológica que organiza as opressões de raça, gênero e classe. A forma com que o pensamento binário é utilizado para criar categorias que só existem em relação a outra e a partir de uma lógica de opostos é fundamental para a articulação das imagens de controle, uma vez que os comportamentos e a sexualidade de mulheres negras serão não apenas utilizados como justificativas para a sua opressão como também como modelos desviantes em relação aquilo é considerado “normal”, “humano”, “civilizado”. As imagens de controle informam um processo de diferenças que se dá a partir das lógicas do pensamento binário, e a objetificação de mulheres negras enquanto o Outro da sociedade é o que organiza o controle. Conforme Collins:

A objetificação é fundamental para esse processo de diferenças formadas por oposição. No pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro e visto como um objeto a ser manipulado e controlado[...] Segundo uma análise marxista do binário cultura/natureza, a história pode ser vista como processo em que os seres humanos objetificam constantemente o mundo natural para controlá-lo e explorá-lo. Se não for domesticada, essa natureza selvagem e primitiva pode destruir uma cultura mais civilizada. Pesquisas feministas apontam que a identificação de mulheres com a natureza é fundamental para a objetificação e a conquista das mulheres pelos homens. Já os estudos raciais e a teoria pós-colonial sugerem que definir as pessoas racializadas como menos humanas, animais ou mais “naturais” nega a subjetividade dos povos africanos e asiáticos e corrobora a economia política de dominação que caracterizou a escravidão<sup>131</sup>.

As mulheres negras são atingidas por essa objetificação, enquanto mulheres e enquanto pessoas racializadas, produzindo uma dinâmica específica de opressão. Vale dizer que os processos de dominação estão relacionados necessariamente com a possibilidade de objetificação do grupo subordinado, podendo a mesma atingir contornos que levam ao ocultamento da existência daquele que é objetificado<sup>132</sup>. A dominação, portanto, ao se articular pelo processo de diferenciação informado por categorias em oposição cria hierarquizações que irão informar a matriz de dominação específica onde se articulam as imagens de controle. De acordo com Collins:

---

<sup>131</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p.77- 78 – tradução da autora.

<sup>132</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p.78

[...] os binarismo raramente representam relações diferentes, mas paritárias, eles são inerentemente instáveis. A tensão pode ser temporariamente aliviada pela subordinação de uma parte do binarismo à outra. Assim, os brancos governam os negros, os homens dominam as mulheres, a razão é superior à emoção na averiguação de verdade, os fatos substituem a opinião na avaliação do conhecimento, e os sujeitos governam os objetos. As bases fundantes das opressões interseccionais se articulam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social. Dado que a dominação baseada na diferença forma um substrato central para esse sistema de pensamento, esses conceitos implicam invariavelmente em relações de superioridade e inferioridade, vínculos hierárquicos que se misturam a economias políticas de opressão de raça, gênero e classe<sup>133</sup>

É a partir do pensamento binário que parte significativa das imagens de controle irá se articular e encontrar sustentação, especialmente porque o binarismo informa discursos de modernidade que são moldados para justificar a opressão de mulheres negras. A divisão entre público/privado é um exemplo importante, especialmente quando analisamos o trabalho de mulheres negras e as imagens de controle que são articuladas para a exploração econômica do mesmo. Para Collins, a própria ideologia de gênero norte-americana é sustentada a partir destes binarismos que acabam por tratar como desviante e fora da norma os arranjos familiares das comunidades negras e a feminilidade de mulheres negras. Dessa forma, o trabalho exercido por essas mulheres tanto no interior de suas famílias e comunidades quanto no emprego remunerado é explorado pelo capitalismo de forma aprofundada, justificada a partir de imagens de controle. Conforme Patricia Hill Collins:

Dois elementos do ideal tradicional de família são especialmente problemáticos para as mulheres negras. Primeiro, a divisão presumida entre esfera “pública” do emprego remunerado e a esfera “privada” das responsabilidades familiares não remuneradas nunca se aplicou a elas. [...] Em segundo lugar o par público/privado que separa o lar familiar do mercado de trabalho remunerado é fundamental para explicar a ideologia de gênero nos Estados Unidos. Se partíssemos do princípio que homens de verdade trabalham e mulheres de verdade cuidam da família, então os negros sofreriam de ideias deficientes em relação a gênero. Em particular, as mulheres negras se tornariam menos “femininas” porque trabalham fora de casa, são remuneradas-

---

<sup>133</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p.78 – tradução da autora.

e, portanto, competem com os homens – e porque seu trabalho as obriga a ficar longe dos filhos<sup>134</sup>.

A animalização de mulheres negras é um processo de objetificação que tem sido manipulada para justificar as violentas opressões que os corpos dessas mulheres recebem historicamente. Já na escravização, as mulheres negras eram lidas como “mulas”, meras unidades de trabalho semoventes, cuja qualidade de vida era irrelevante, desde que estas exercessem suas tarefas. Ser tratadas como mulas da sociedade é o centro da opressão que atinge as mulheres negras, dessa forma podemos dizer que a resistência as imagens de controle é o centro do pensamento feminista negro. Esse tratamento desumanizante está diretamente relacionado com a esfera do trabalho, a qual é analisada pelo pensamento feminista negro estadunidense a partir de duas temáticas : como as opressões interseccionais são definitivas para a organização do trabalho remunerado de mulheres negras e a forma como o trabalho doméstico de mulheres negras é, ao mesmo tempo, emancipador e opressor<sup>135</sup>.

Em outra esfera, é importante destacar que a opressão de gênero exercida pelos homens negros em relação às mulheres negras também está conformada a partir da objetificação, especialmente a partir da naturalização do corpo negro feminino como um receptáculo natural da virilidade do homem, estando permeadas por uma lógica opressiva, a qual se estabelece a partir da ideologia hegemônica que hierarquiza corpos e sujeitos. A ideia de realização de sujeito do homem negro, portanto, escora-se na objetificação da mulher negra também. Não é sem razão que há uma supressão do pensamento de mulheres negras no interior dos movimentos negros. A opressão de gênero é uma constante nas narrativas das mulheres dos movimentos negros. Casos mais emblemáticos, como a experiência do Partido dos Panteras Negras, demonstram que o caráter progressista de um determinado movimento social não é garantia de imunidade às dinâmicas das opressões. As narrativas de Ella Baker, Septima Clark e Elaine Brown são importantes exemplos.

Nem mesmo organizações negras progressistas ficaram imunes à discriminação de gênero. As experiências da ativista pelos direitos

---

<sup>134</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p 53-54 – tradução da autora.

<sup>135</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Work, Family, and Black Women's Oppression*. In: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.



civis Ella Baker na Conferência de Lideranças Cristãs do Sul ilustram uma forma que a supressão de ideias e talentos das mulheres negras pode tomar. Baker praticamente dirigia a organização inteira e ainda assim precisou submeter a autoridade de tomada de decisões ao grupo de liderança exclusivamente masculino (Cantarow 1980). A ativista pelos direitos civis Septima Clark descreve experiências semelhantes: “Eu constatei em todo o Sul que qualquer coisa que os homens dissessem tinha que estar certo. Eles tinham a palavra. A mulher não podia dizer nada.” (C. Brown 1986, 79). Mulheres afro-americanas radicais também se viram submetidas à autoridade masculina. Em sua autobiografia, Elaine Brown (1992), uma participante e mais tarde, nos anos 1960, líder da organização radical Partido Pantera Negra Para Autodefesa, discute o sexismo expresso pelos homens Panteras. No geral, ainda que as intelectuais negras tenham afirmado seu direito de falar tanto como afro-americanas quanto como mulheres, historicamente essas mulheres não mantiveram uma posição alta de liderança das organizações negras e frequentemente lutaram dentro dessas organizações para expressar ideias do feminismo negro. (Giddings 1984)<sup>136</sup>

A objetificação das mulheres negras pelos homens negros progressistas não é uma particularidade do contexto norte-americano. A resistência dos homens negros às pautas das mulheres dentro dos movimentos negros é uma marca constitutiva da formulação do feminismo negro no Brasil. Um episódio notório da forma como as imagens de controle são também manipuladas pelos homens negros para objetificar mulheres negras é desdobrado no artigo *Gênero, Raça e Ascensão Social*, de Sueli Carneiro<sup>137</sup>. O historiador e ativista do movimento negro Joel Rufino dos Santos, em seu livro *Atrás do Muro da Noite – Dinâmica das Culturas Afro-brasileira*, dedica um capítulo para explicar porque os homens negros preferem as mulheres brancas. Em seu texto, Joel Rufino dos Santos opera uma coisificação dura, sem nenhuma sutileza, na qual compara mulheres com carros; as negras com um modelo mais popular à época, o Fusca, e as mulheres brancas com um modelo mais luxuoso, o Monza. No que pese Joel Rufino dos Santos ter sido um ativista do movimento negro, investido em profundos debates sobre a situação social dos negros e negras no Brasil, não se furtou a estabelecer um comparativo desumanizante para mulheres, as quais são lidas como objetos a serem apropriados pelos homens. Conforme Sueli Carneiro:

---

<sup>136</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p.9-10 – tradução da autora.

<sup>137</sup> CARNEIRO, Sueli. *Gênero, Raça e Ascensão Social*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>>. Acesso em: 28 out. 2018, p. 544.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros<sup>138</sup>.

Essa forma de objetificação das mulheres negras, a partir de um comparativo inferiorizante em relação com as mulheres brancas, serve como uma justificativa para que homens negros rejeitem mulheres negras como parceiras afetivas. As imagens de controle, portanto, não são utilizadas apenas pelas elites dominantes brancas, sendo também manipuladas pela própria comunidade negra, que acaba introjetando determinadas imagens em seu cotidiano. Contudo, quando homens negros optam em retratar mulheres negras a partir de estereótipos que desumanizam e coisificam essas mulheres, eles também estão objetificando a si mesmos. Segundo Patricia Hill Collins:

O antagonismo que muitas mulheres e homens afro-americanos sentem e expressam um para o outro reflete as contradições que caracterizam a masculinidade negra e a feminilidade negra dentro da política sexual predominante nos EUA. O heterossexismo racializado objetifica tanto os homens negros quanto as mulheres negras. Assim, quando homens negros veem as mulheres negras como pouco mais do que *mammies*, matriarcas ou “*hoochies*”, ou mesmo se insistem em colocar mulheres negras no mesmo pedestal reservado para as mulheres brancas, eles objetificam não apenas as mulheres, mas a eles mesmos (Gardner 1980)<sup>139</sup>.

A dominação ideológica exercida pelos grupos dominantes a partir das imagens de controle adquire significados específicos para mulheres negras a partir das opressões interseccionais de raça, gênero, idade, classe e sexualidade. A maternidade, por exemplo, é o centro de várias imagens de controle, uma vez que a relação das mulheres negras com suas filhas constitui frequentemente o primeiro momento de elaboração da autodefinição de mulheres negras. Logo, constituir estereótipos negativos a respeito de mães negras é útil para a manutenção dos privilégios das elites dominantes.

---

<sup>138</sup> CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018, p. 120.

<sup>139</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009. p. 168-169 – tradução da autora.

Patricia Hill Collins descreve imagens de controle específicas, de forma pormenorizada, a partir de como elas foram historicamente utilizadas para suprimir de mulheres negras a possibilidade de acesso à justiça social, as instituições, ao poder de nomear suas próprias experiências e a cidadania. A partir das imagens de controle formam-se políticas e comportamentos institucionais que estabelecem barreiras estruturais nos mais variados campos, consolidando o *status* de pobreza e precariedade desse grupo. A estratégia de dominação utilizada pelas elites, portanto, perpassa a disseminação das imagens de controle, que acaba culpabilizando as mulheres negras pela situação socioeconômica desigual em que vivem. Ao manipular as narrativas a respeito do cotidiano dessas mulheres, os grupos dominantes criam pressupostos que têm por objetivo silenciar e imobilizar as lutas e estratégias que as mulheres negras articulam para sobreviver ao cenário de injustiça social. De acordo com Patricia Hill Collins:

Retratar as mulheres negras como *mammies* estereotipadas, matriarcas, mães beneficiárias do assistencialismo e mães gostosas ajuda a justificar a opressão dessas mulheres. Desafiar essas imagens de controle tem sido um tema central no pensamento feminista negro<sup>140</sup>.

Importa destacar que, de acordo com o pensamento de Patricia Hill Collins, as imagens de controle estão diretamente relacionadas com a matriz de dominação. A forma com que as imagens de controle operam no interior dos sistemas de raça, gênero, sexualidade e classe, de forma mútua e correlacionada, sustenta as práticas sociais que caracterizam o que Patricia Hill Collins denomina matriz de dominação. O conceito de matriz de dominação constitui uma mudança paradigmática na forma com que os estudos feministas vão analisar as opressões, conforme demonstrado no capítulo anterior. A forma como Patricia Hill Collins compreende raça, classe, gênero, sexualidade, não como categorias identitárias, mas como sistemas interligados de opressão, permite reformular as análises sobre as relações sociais de dominação e resistência. A matriz de dominação localiza as estruturas de raça, classe, gênero e sexualidade a partir de como elas operam enquanto sistemas de dominação social e não a partir dos efeitos cumulativos que se manifestam na vida dos indivíduos que experienciam múltiplas vivências de opressões. O caráter interligado dos sistemas de

---

<sup>140</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. 76 – tradução da autora.

dominação, na concepção de Patricia Hill Collins, é central na estrutura social. Compreender o conceito de matriz de dominação é fundamental para entender a dinâmica das imagens de controle, pois elas organizam ideologicamente a forma com que as opressões se cruzam, independentemente da maneira com que intersecções específicas podem ou não estar contidas em cada imagem de controle. A partir da ideia de matriz de dominação é possível compreender como os diferentes domínios de poder se rearticulam em experiência identitárias distintas<sup>141</sup>. Contudo, Patricia Hill Collins adverte:

As mulheres negras dos EUA encontram um conjunto distinto de práticas sociais que acompanham nossa história particular dentro de uma matriz única de dominação caracterizada por opressões que se cruzam. A raça está longe de ser o único marcador significativo de diferença entre grupos – classe, gênero, sexualidade, religião e cidadania –, todos importam muito nos Estados Unidos (Andersen e Collins, 1998). No entanto, para as mulheres afro-americanas, os efeitos do racismo institucionalizado permanecem visíveis e palpáveis. Além disso, o racismo institucionalizado que as mulheres negras enfrentam depende fortemente da segregação racial e das práticas discriminatórias que o acompanham, destinadas a negar à comunidade negra americana tratamento equitativo. Apesar de importantes avanços para dessegregar a sociedade estadunidense desde 1970, a segregação racial permanece profundamente arraigada em moradia, escola e emprego (Massey e Denton 1993)<sup>142</sup>.

A primeira imagem de controle descrita por Patricia Hill Collins na obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* consiste na figura da *mammy*<sup>143</sup>. Essa imagem de controle é articulada desde o início do século XIX, como uma forma de ocultar as violências incutidas na exploração do trabalho de mulheres negras escravizadas. A figura da *mammy* permitiu que os senhores e senhoras de escravizados controlassem a narrativa do sistema escravista significando-o a partir de um discurso paternalista em que escravizadores e escravizados constituíam relações de afeto e cuidado. A *mammy* é a trabalhadora doméstica, escravizada ou liberta, obediente e fiel à família branca à qual serve com amor e zelo. Frequentemente é retratada enquanto uma mulher negra gorda, de pele

<sup>141</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

<sup>142</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 200, p. 26 – tradução da autora.

<sup>143</sup> Em inglês existem vários termos que em português significam “mamãe”. O termo *mammy*, entretanto, tem um significado sempre estereotipado. Optei em manter a grafia original para marcar que essa grafia tem relação direta com a imagem de controle descrita.

retinta, que não tem um companheiro e nem ao menos uma sexualidade. A *mammy* é solitária, não tem uma história própria, o que facilita uma série de narrativas mitificadas criadas pelos grupos dominantes. A *mammy*, sem família, sem parceiro sexual, sem afeto, tem tempo suficiente para cuidar da casa e das crianças dos brancos, em troca do afeto limitado dessas crianças. O objetivo por trás dessa imagem de controle é manter as mulheres negras submissas ao trabalho doméstico e ensinar seus filhos a apresentarem o mesmo comportamento, o que também é articulado a partir de imagens de controle destinadas às crianças negras. Ou seja, o processo educativo interno das famílias negras, geralmente centralizado pela relação mãe-filhos, também é vigiado a partir das imagens de controle.

A imagem da *mammy* é central para as opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe. Em relação à opressão racial, imagens de controle como a *mammy* visam influenciar o comportamento materno das mulheres negras. Uma vez que as mulheres negras são os membros das famílias afro-americanas que estão mais familiarizadas com as tarefas necessárias para o acolhimento, mães negras são encorajadas a transmitir aos seus filhos o comportamento de deferência que muitas são obrigadas a manifestar em seus empregos. Ao ensinar as crianças negras seu lugar atribuído nas estruturas de poder branco, as mulheres negras que internalizam a imagem da *mammy* potencialmente se tornam transmissoras eficazes das lógicas que perpetuam a opressão racial. A figura da *mammy* sustenta hierarquias raciais de outras maneiras. Empregar mulheres negras em ocupações diretamente relacionadas com a imagem da *mammy* alicerça a superioridade racial dos empregadores brancos, encorajando as mulheres brancas de classe média em particular a se identificarem mais de perto com o privilégio racial e de classe proporcionado a seus pais, maridos e filhos. Em uma situação em que, como Patricia Williams (1995) coloca, “aqueles negros que de fato sobem para a classe média acabam sendo lidos apenas como aqueles que receberam o que gostam, e os negros 'subclasse' se tornam aqueles cuja única atividade a vida está tomando” (p. 61), não é de admirar que os brancos da classe trabalhadora esperem que as mulheres negras exibam comportamento deferente, e se ressentem profundamente daquelas que não o fazem. A figura da *mammy* é a face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam para eles<sup>144</sup>.

A imagem da *mammy* sustenta a lógica de fixação das mulheres negras no trabalho doméstico, naturalizando essa função à cor das mulheres que a desempenham. Também constitui um critério normativo para avaliar o comportamento

---

<sup>144</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 80 – tradução da autora.

das mulheres negras. Opera um mito no qual a mulher negra cuida e dedica amor à família branca, sobretudo às crianças, cujo cuidado é sua responsabilidade, de forma mais responsável e afetuosa do que dedica a sua própria família. Essa imagem cristaliza um tipo de relacionamento ideal entre as mulheres negras, grupo dominado, e as elites brancas, grupo dominante.<sup>145</sup> A figura da *mammy*, assim como outras imagens de controle, está diretamente ligada às ideologias dominantes no período da escravização. Segundo Patricia Hill Collins:

A ideologia dominante no período escravocrata fomentou a criação de várias imagens de controle interrelacionadas e socialmente construídas da feminilidade negra, cada uma refletindo o interesse do grupo dominante em manter a subordinação de mulheres negras. Além disso, como as mulheres negras e brancas eram importantes para a continuação da escravidão, controlar as imagens da feminilidade negra também funcionava para mascarar as relações sociais que afetavam todas as mulheres. De acordo com o culto da verdadeira feminilidade que acompanhava o tradicional ideal da família, as mulheres “verdadeiras” possuíam quatro virtudes cardeais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas proprietárias e as da classe média emergente foram encorajadas a aspirar a essas virtudes<sup>146</sup>.

A imagem da *mammy* está centralizada na lógica do mito da aceitação da subordinação. Essa figura foi fortemente difundida tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, tendo a mídia um papel preponderante nesse fenômeno, conforme explicarei no segundo item desse capítulo. No contexto norte-americano, Angela Davis<sup>147</sup> destaca que a ideologia da feminilidade fortificava o lugar da mulher a partir da maternidade, do cuidado, da relação de parceria com seus maridos e da afabilidade. Nesse sentido, mulheres negras eram vistas como anomalias, uma vez que eram consideradas trabalhadoras em tempo integral, as quais não podiam ser puras e afáveis. Angela Davis ainda explica como a figura da *mammy* se destinava a essencializar as mulheres negras no período da escravização a partir de um mito, o da escrava doméstica que obtinha benefícios ao se manter dentro das casas das famílias brancas.

---

<sup>145</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 72.

<sup>146</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 72 – tradução da autora.

<sup>147</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 18.

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou mammy na “casa-grande”. Pai Tomás e Sambo sempre tiveram como companheiras fiéis Tia Jemima e Mammy – estereótipos que pretendem capturar a essência do papel da mulher negra durante o período de escravidão. Como em geral acontece, porém, a realidade se opõe diametralmente ao mito. Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos uma quantidade significativa de escravas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do extremo Sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura<sup>148</sup>.

No contexto brasileiro, as teorias sociológicas clássicas a respeito de raça se sustentaram a partir de imagens de controle que apresentam contornos muito semelhantes às figuras descritas por Patricia Hill Collins. A narrativa de uma escravização à brasileira, cordial e menos segregatória do que a experiência da escravidão no sul dos Estados Unidos, foi alicerçada em estereótipos a respeito do comportamento de mulheres negras que foram mobilizados academicamente como forma de justificar o cenário social consequente da escravização. Teóricos como Gilberto Freyre tiveram papel central na construção do mito da democracia racial, que coloca mulheres negras como centrais na conciliação dos conflitos raciais, como se elas não oferecessem resistência às violências às quais eram submetidas. Conforme Maria Aparecida Bento:

Estudos clássicos das relações raciais tais como os de Gilberto Freyre e Roger Bastide destacaram o papel da mulher negra ora na manutenção ou preservação dos nichos culturais de origem africana ora como sujeito essencial no processo de miscigenação que resultaria segundo estes autores em uma espécie de arrefecimento dos conflitos raciais<sup>149</sup>.

Patricia Hill Collins, a partir dos estudos da feminista negra Barbara Cristian, explica como a imagem de controle da *mammy* é utilizada simbolicamente para a manutenção das opressões de gênero e sexualidade. A imagem coisificada da

---

<sup>148</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 18.

<sup>149</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 8 jan. 2019, p. 479.

*mammy* é um artefato simbólico para as dicotomias binárias que sustentam o pensamento ocidental. Essas diferenciações, conforme já mencionado, acabam sendo utilizadas para diferenciar as mulheres negras de todos os outros grupos, especialmente a partir do seu corpo, que em última análise representa uma ferramenta de trabalho. As funções desempenhadas pela *mammy* na objetificação das elites brancas são todas extremamente físicas e assexualizadas. O exercício da sexualidade, em uma sociedade pautada por dogmas cristãos de castidade e pureza, acaba se constituindo enquanto uma ameaça. Portanto, retratar essas mulheres como assexuadas é central tanto para a afirmação de um padrão de sexualidade feminina branca, quanto para a anulação da esfera de ameaça que os corpos negros representam, a qual é ironicamente criada pelos próprios brancos. A imagem da *mammy*, em última análise, opera também junto à opressão feminina branca, vez que a partir dessa imagem se fortalece a feminilidade branca orientada pela inexistência do prazer sexual, o que frustra o exercício autônomo da sexualidade por essas mulheres.

A coisificação das mulheres negras a partir da imagem de controle da *mammy* também foi importante para a manutenção dos brancos em situações econômicas favoráveis em relação aos negros, mesmo em períodos de recessão econômica. A fixação das mulheres negras em trabalhos domésticos ou postos de emprego cujas características das tarefas são adstritas à figura da *mammy* tem uma função de mitigar a exploração econômica profunda da qual as mulheres negras são alvo. De acordo com Patricia Hill Collins:

Não importa a quão amada elas foram por suas famílias brancas, trabalhadoras domésticas negras permaneceram pobres porque foram exploradas economicamente enquanto trabalhadoras em uma economia política capitalista. A economia restruturada pós-Segunda Guerra Mundial, quando mulheres negras norte-americanas mudaram seus postos de trabalho das casas das famílias brancas para empregos de baixa remuneração produziu uma exploração econômica diferente organizada de forma similar. Historicamente, muitas famílias brancas, tanto as da classe média quanto as da classe trabalhadora, foram capazes de manter sua posição de classe porque eles usaram as mulheres negras trabalhadoras domésticas como fonte de mão de obra barata (Rollins 1985; Byerly 1986). A imagem da *mammy* foi



projetada para mascarar essa exploração econômica social (King 1973)<sup>150</sup>.

As mulheres negras podem desempenhar o papel da *mammy* no seu ambiente de trabalho, mas no interior de suas comunidades desarticular todos os sentidos que estão inscritos nessa imagem de controle. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência bastante inteligente e criativa, uma vez que ao mesmo tempo que possibilita o sustento próprio e da família, a posição dentro do âmbito privado das famílias brancas acaba por fornecer uma visão única para essas mulheres, que fortalece a consciência de que a situação de pobreza e vulnerabilidade na qual se encontram não é uma questão da “obra de Deus” ou um destino natural e permanente. A partir dessa compreensão, portanto, acabam transmitindo para os seus filhos e filhas não o comportamento de servidão, gratidão e subserviência, mas o estímulo a romper com esse ciclo, negando o trabalho doméstico e buscando outras possibilidades de ser e estar na sociedade. Conforme Patricia Hill Collins:

Por razões de sobrevivência financeira, as mulheres negras americanas podem performar a imagem da *mammy* dentro das configurações do trabalho remunerado. Mas dentro das famílias e bairros negros, essas mesmas mulheres frequentemente ensinam a seus próprios filhos algo bem diferente. O trabalho de Bonnie Thornton Dill (1980) sobre padrões de educação infantil entre as empregadas domésticas negras evidencia que ao mesmo tempo que as participantes de seu estudo mostraram comportamento de deferência no trabalho elas desencorajaram seus filhos a acreditarem que eles deveriam ser deferentes aos brancos e encorajaram seus filhos a evitar o trabalho doméstico. A análise de Barbara Christian sobre a mãe em narrativas de negros escravizados revela que, “ao contrário da imagem branca sulista da *mammy*, ela é esperta, propensa a envenenar seu mestre e não se contenta com a sua sorte”<sup>151</sup>.

Atrelada à imagem de controle da *mammy* opera a figura da matriarca. A diferença é que a *mammy* é a mulher negra exercendo os estereótipos maternos no interior das famílias brancas, dedicando-se ao cuidado dos filhos das mulheres brancas em detrimento dos seus próprios. Já a matriarca é a mãe agressiva, que não presta os devidos cuidados aos seus filhos, o que justifica a manutenção da negritude

---

<sup>150</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 81 – tradução da autora.

<sup>151</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 82 – tradução da autora.

na pobreza. Conforme Patricia Hill Collins<sup>152</sup>, “enquanto a *mammy* tipifica a figura da mãe negra nas casas brancas, a matriarca simboliza a figura materna nos lares negros. Assim como a *mammy* representa a ‘boa’ mãe negra, a matriarca simboliza a mãe negra ‘má’”.

A partir dessa imagem, transfere-se a responsabilidade social para as mulheres negras, que acabam sendo consideradas as grandes responsáveis pela miserabilidade e vulnerabilidade das comunidades negras. A imagem de controle da matriarca também é utilizada como uma justificativa ao excesso de punibilidade com que os jovens negros são tratados. Uma vez que as mães não cumpriram seus papéis de educadoras e não vigiaram devidamente o comportamento dos seus filhos, resta a eles a criminalidade, a qual é corrigida pelo Estado a partir das punições penais. A figura da matriarca também tem por objetivo anular a feminilidade negra, sendo retratada enquanto mulheres agressivas, castradoras, violentas, que não possuem relações afetivas porque exigem a submissão dos homens negros.

Patricia Hill Collins discorre sobre a matriarca a partir dos estudos de Du Bois e Frazier, dois intelectuais negros que analisaram as conexões entre a importância das mulheres na composição coletiva das famílias negras, a persistência da miserabilidade da comunidade negra e o alto número de mulheres negras chefes de família. Entretanto, a autora destaca que nenhum intelectual negro interpretou o papel central das mulheres negras nas famílias como a causa do *status* social de pobreza dos negros norte-americanos. Ao contrário, estes teóricos compreendiam a organização das famílias matriarcais como um resultado da opressão racial e de classe. Patricia Hill Collins explica que a conjuntura social na qual Du Bois e Frazier desenvolveram seus estudos era tão profundamente adversa para as mulheres negras que não havia a necessidade da manipulação da imagem de controle da matriarca pelas elites econômicas brancas. Contudo, a partir da década de 60, período no qual ocorre uma significativa mobilidade social para os negros e negras nos Estados Unidos, as altas porcentagens de mulheres negras solteiras chefes de famílias passam a ser estereotipadas a partir da imagem da matriarca.

Ironicamente, os estudiosos negros, como William E B DuBois (1969) e E. Franklin Frazier (1948) descreveram as conexões entre a importância que as mulheres negras assumem nas redes de famílias

---

<sup>152</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 83.

negras, o número mais elevado de famílias lideradas por mulheres nas comunidades afro-americanas e a persistência da pobreza da negritude. No entanto, nenhum dos intelectuais interpretou a centralidade das mulheres negras nas famílias negras como uma *causa* para o status social afro-americano. Ambos viram as chamadas famílias matriarcais como um resultado da opressão racial e da pobreza. Durante o período que DuBois e Frazier escreveram que a privação dos direitos políticos e a exploração econômica dos afro-americanos era tão arraigada que o controle sobre as mulheres negras podia ser mantido sem o estereótipo da matriarca. Mas o que começou como um tema silenciado nos trabalhos desses estudiosos afro-americanos se transformou em uma imagem racializada plena na década de 1960, período de mobilidade política e econômica significativa para os afro-americanos. Racialização envolve vincular um significado racial a uma prática social, relacionamento, ou grupo que anteriormente não era racialmente classificado. (Omi e Winant, 1994). Antes da década de 1960, comunidades negras continham maiores percentuais de famílias mantidas por mães solteiras do que as comunidades brancas, mas não havia uma ideologia que determinava a raça das chefes de família como um fator relevante para manutenção da pobreza das comunidades negras. Curiosamente, a inserção da tese do matriarcado negro em discussões sobre a pobreza do negro veio em meio a considerável ativismo dos movimentos negros. Além disso, a representação pública das mulheres negras como matriarcas sem feminilidade veio exatamente no mesmo momento em que o movimento das mulheres avançou sua crítica ao patriarcado norte-americano<sup>153</sup>.

O excerto acima é importante porque demonstra duas importantes características das imagens de controle, que são relevantes para conceituá-las de maneira mais ampliada. Primeiro: imagens de controle são dinâmicas. Os estereótipos negativos que são utilizados para estruturar a dimensão ideológica do sistema de opressões são articulados de acordo com a necessidade dos grupos dominantes de controlar a assertividade e os processos de resistência dos grupos dominados. Segundo: há uma espécie de dialética envolvida na dinâmica das imagens de controle. Assim como uma imagem de controle pode ser apropriada pelos sujeitos submetidos a ela e ressignificada, é possível que uma imagem de controle surja pela distorção dos grupos dominantes de categorias que outrora possuíram um significado não negativo ou até mesmo um conteúdo de resistência para os grupos subalternizados.

O estereótipo da mulher negra enquanto forte, resistente, apta a superar todas as privações e necessidades é um exemplo nesse sentido. O conteúdo que outrora tinha um significado de resistência para essas mulheres passa a ser operado como

---

<sup>153</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 82 – tradução da autora.

uma imagem de controle, que, por exemplo, justifica a precariedade do sistema de saúde para mulheres negras grávidas<sup>154</sup>.

A imagem de controle da matriarca atua como uma justificativa à precariedade do acesso às condições básicas de cidadania para a população negra, sobretudo para mulheres negras. A imagem da mãe agressiva é fundamental para culpabilizar as mulheres negras pelos problemas oriundos do desenvolvimento do capitalismo. Para Patricia Hill Collins,

Assim como a *mammy*, a imagem da matriarca é central para opor oprimidos de classe, gênero e raça. Embora à primeira vista a matriarca possa parecer distante das questões do desenvolvimento capitalista dos EUA, essa imagem é realmente importante para explicar as consequências do status de classe social dos negros. Assumindo que a situação de pobreza da negritude nos Estados Unidos é transmitida intergeracionalmente através dos valores que os pais ensinam aos filhos, a ideologia dominante sugere que as crianças negras não têm a atenção e o cuidado supostamente dedicados às crianças brancas de classe média. Essa suposta deficiência cultural atrapalha profundamente as conquistas das crianças negras. Tal visão desvia a atenção das desigualdades políticas e econômicas que caracterizam cada vez mais o capitalismo global. Também sugere que qualquer um pode sair da pobreza se receber apenas bons valores em casa. Habitação inferior, escolas subfinanciadas, discriminação no emprego e racismo quase desaparecem da vida das mulheres negras. Nesta visão higienizada da sociedade americana, os afro-americanos que permanecem pobres causam sua própria vitimização. Nesse contexto, retratar mulheres afro-americanas como matriarcas permite que homens e mulheres brancas culpem mulheres negras pelos fracassos de seus filhos na escola e perante a justiça, ocasionando a pobreza das crianças negras. Usar imagens de mães negras más para explicar a desvantagem econômica dos negros liga a ideologia de gênero a explicações para as inequidades na distribuição de renda que caracteriza o capitalismo americano<sup>155</sup>.

É exatamente este o mito por trás da imagem de controle da matriarca, a ideia de que a responsabilidade pelas condições de vida precárias da negritude é das mulheres negras, sobretudo das mães que, ao não estarem em casa, vigiando suas famílias, vulnerabilizam seus filhos. A forma com que cotidianamente mães negras

---

<sup>154</sup> Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) de 2012 indicam que as mulheres negras são 62,8% das vítimas de morte materna, considerada por especialistas como uma ocorrência evitável com acesso a informações e atenção adequada do pré-natal ao parto. 65,9% das mulheres submetidas a algum tipo de violência obstétrica no Brasil também são pretas ou pardas, segundo o estudo *Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar*, publicado em 2014, nos *Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz*.

<sup>155</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 85-86 – tradução da autora.

são culpabilizadas pelas condições de miserabilidade, violência e até mesmo pela morte de seus filhos exemplifica de maneira bastante didática as consequências dessa imagem de controle na vida das mulheres negras. A imagem da matriarca talvez seja uma das mais perversas formas de controle, uma vez que, ao assumir essa imagem, mulheres negras sentem-se constantemente insuficientes, inferiorizadas e compulsoriamente responsáveis por garantir todos os aspectos do bem-estar de suas famílias, filhos e até mesmo de suas comunidades. É uma imagem que suprime a assertividade das mulheres negras, mobilizada como uma resposta das classes dominantes às experiências e vivências que permitem a sobrevivência das mulheres negras, no que pese as profundas adversidades a que estão expostas. Para Patricia Hill Collins,

Uma das causas do fracasso da matriarca é sua incapacidade de performar o comportamento adequado de gênero. Assim, rotular as mulheres negras como pouco femininas e muito fortes atua para destruir a assertividade das mulheres negras americanas. Muitas mulheres negras que mantêm suas famílias sozinhas sentem que fizeram algo errado. Se elas não fossem tão fortes, de alguma forma, poderiam ter encontrado um parceiro masculino, ou seus filhos não teriam tantos problemas com a lei. Essa crença mascara a culpabilidade do sistema de justiça criminal dos EUA, descrito por Angela Davis (1997) como uma “indústria de punição fora de controle” que trancafiava um número desproporcional de negros. Afro-americanos são quase oito vezes mais presos do que os brancos (p. 267), uma política social que deixa muito menos homens para as mulheres negras se casarem do que a proporção de homens brancos disponíveis para mulheres brancas. Além disso, a imagem da matriarca procura regular o comportamento das mulheres negras, mas também parece influenciar as identidades de gênero das mulheres brancas. Na era pós-segunda Guerra Mundial, um número crescente de mulheres brancas entrou no mercado de trabalho, limitou sua fertilidade e, em geral, desafiou seus papéis proibidos como ajudantes subordinadas em suas famílias e locais de trabalho. Nesse contexto, a imagem da matriarca negra serve como um símbolo poderoso para as mulheres negras e brancas a partir do qual o poder patriarcal é desafiado. Mulheres agressivas e assertivas são penalizadas - são abandonadas por seus homens, acabam empobrecidas e são estigmatizadas como não femininas. A matriarca ou mulher negra excessivamente forte também tem sido utilizada para manipular o exercício da masculinidade negra. Muitos negros rejeitam as mulheres negras como parceiras conjugais, alegando que são menos desejáveis que as brancas porque são muito assertivas<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 84-85 – tradução da autora.

Importa destacar que a figura da matriarca enquanto uma imagem de controle não deve ser confundida com as configurações familiares nas quais inexistem a figura do pai, como ocorre significativamente nas famílias negras que são conformadas apenas por mães, avós e outras figuras femininas que exercem a maternidade de forma compartilhada em famílias estendidas. A falácia por trás da imagem de controle reside no fato de que nem homens negros, nem mulheres negras tiveram a possibilidade de serem chefes de família durante o período da escravização, exatamente pelas consequências da sociedade escravocrata. Segundo Patricia Hill Collins:

A centralidade das mulheres nas redes familiares negras não deve ser confundida com unidades familiares dominadas por mulheres ou matriarcais (Collins 1989; Dickerson 1995b). Teses matriarcais pressupõem que alguém deve “governar” para que as famílias funcionem efetivamente. Nem os homens negros nem as mulheres negras governaram as redes familiares negras (Davis, 1981; Burnham, 1987). Em vez disso, as posições de homens e mulheres afro-americanos dentro das economias políticas escravistas tornaram improvável que a dominação patriarcal ou matriarcal pudesse criar raízes<sup>157</sup>.

A figura da matriarca também é utilizada como uma forma de despotencializar as lutas por direitos de grupos subalternizados, especialmente dos movimentos feministas e negros. Segundo Patricia Hill Collins, essa imagem de controle foi utilizada como uma justificativa para sustentar teses no campo das ciências sociais que subordinavam culturalmente as conformações familiares negras. A partir da manipulação da caracterização de mulheres negras como matriarcas, foi possível sustentar que a destruição da família negra no período escravocrata se deu a partir da reversão de papéis de gênero dentro das comunidades negras. Dessa forma, as famílias negras são lidas como desajustadas porque não reproduzem os pressupostos patriarcais hegemônicos, sendo consideradas inferiores devido a essa questão. Para a autora:

A partir do racismo científico, os negros têm sido considerados como inferiores, e sua inferioridade tem sido atribuída a causas biológicas ou diferenças culturais. Assim, localizar a fonte da diferença cultural nas relações de gênero imperfeitas fornece uma base poderosa para o racismo dos EUA. O fracasso das mulheres negras em se conformar

---

<sup>157</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 58 – tradução da autora.

ao culto da verdadeira feminilidade pode então ser identificado como uma fonte fundamental de deficiência cultural negra. O avanço das ideias sobre a desvantagem cultural negra através da imagem matriarcal funcionou para contrabalançar os esforços de afro-americanos que identificaram aspectos políticos e sociais como uma importante fonte de desvantagem econômica dos negros. A imagem das mulheres negras como mães perigosas, desviantes e castradoras dividiu a comunidade negra em um período crítico na luta pela libertação dos negros. Tais imagens promoveram uma reação similar dentro do ativismo político das mulheres e criaram uma lacuna maior entre os mundos das mulheres negras e brancas em um período igualmente importante na história das mulheres<sup>158</sup>.

A partir dos estereótipos mobilizados pela figura da matriarca se sustentam as estratégias de desempoderamento e despotencialização política de mulheres negras nas mais variadas esferas. Balizo essa afirmativa a partir da pesquisa de Maria Aparecia Silva Bento<sup>159</sup>, que analisou as condições de mulheres negras no mercado de trabalho, particularmente a partir das discriminações a que são expostas. Ao serem interpeladas enquanto agressivas, especificamente quando não se submetem ao tratamento degradante que lhes é destinado por seus empregadores, essas mulheres são desencorajadas a articular estratégias que subvertam o *status* de inferioridade que articula as relações de submissão entre brancos e negros. A naturalização de mulheres negras enquanto pessoas agressivas gera sérios prejuízos sociais e pessoais para essas mulheres. Não é sem razão que este estereótipo constitui uma série de imagens de controle relacionadas à feminilidade negra.

A terceira imagem de controle descrita por Patricia Hill Collins também está relacionada com o comportamento materno das mulheres negras. Além disso, a imagem da *welfare mother*<sup>160</sup>, especialmente no contexto norte-americano, tem um forte conteúdo intersectado de raça e classe. É uma imagem mobilizada diretamente para mulheres negras pobres e tem um papel central na política econômica, uma vez que ela surge a partir do acesso de mulheres negras às políticas de bem-estar social nos Estados Unidos. O conteúdo ideológico da imagem de controle da *welfare mother*

---

<sup>158</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 85 – tradução da autora.

<sup>159</sup>BENTO, Maria Aparecida Silva. *Mulher Negra no Mercado de Trabalho*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 01 março 2019.

<sup>160</sup> *Welfare Mother* pode ser traduzido como “mães da assistência social” ou “mães beneficiárias do Estado”, entretanto, o conteúdo extremamente elitista e racista que é emanado a partir desse termo perde um pouco do sentido a partir da tradução. Considerarei mais eficaz manter o termo no idioma original para que o leitor possa compreender as implicações desse estereótipo como uma imagem de controle resultante das opressões de raça, classe e gênero.

é bastante conhecido no contexto brasileiro, sobretudo a partir das políticas de redistribuição de renda formuladas nos governos Lula e Dilma, especialmente as oriundas do programa Bolsa Família. Assim como a imagem de controle da matriarca, o uso da *welfare mother* como um estereótipo negativo precariza a vida de mulheres negras. Ele é mobilizado a partir de uma necessidade específica de controle ideológico dessas mulheres. No caso dessa imagem, o seu uso é mobilizado a partir do maior acesso às políticas de bem-estar social, as quais auxiliam no empoderamento e na busca de autonomia para mulheres negras. Segundo Patricia Hill Collins,

Em seu cerne, a imagem da *welfare mother* constitui uma imagem de controle, desenvolvida especificamente para mulheres negras pobres, da classe trabalhadora, que fazem uso de benefícios sociais. Antes desses benefícios sociais serem garantidos por lei, não havia a necessidade desse estereótipo. Mas quando as mulheres negras dos EUA ganharam mais poder político e exigiram igualdade no acesso aos serviços do Estado, surgiu a necessidade dessa imagem de controle<sup>161</sup>.

A *welfare mother* tem uma relação direta com o controle de fertilidade das mulheres negras. A dimensão histórica dessa imagem de controle merece uma descrição atenta pela sua relação com o período de escravização norte-americano. Patricia Hill Collins destaca que a imagem de controle da *welfare mother* é oriunda de um outro estereótipo controlador utilizado durante a escravização de negros e negras, o estereótipo da mulher negra reprodutora. Essa imagem de controle histórica foi central para a manutenção da economia escravocrata após o término do tráfico internacional de escravos, pois a capacidade reprodutiva das mulheres negras passou a ser vista como uma mercadoria a ser explorada. Tratar as mulheres negras enquanto reprodutoras naturalmente mais hábeis do que mulheres brancas justificava inclusive a exploração sexual de que as mulheres negras escravizadas eram vítimas. A consolidação desse estereótipo no imaginário coletivo contribuiu para os altos índices de violência sexual experienciados por mulheres negras trabalhadoras domésticas. Ou seja, há um nexos casual muito bem estruturado para a manutenção da dominação socioeconômica das elites brancas.

---

<sup>161</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 87 – tradução da autora.



A proibição da entrada de africanos escravizados nos Estados Unidos a partir de 1808 fez com que os proprietários de escravos investissem na “reprodução natural” como forma de manutenção e expansão dos plantéis de trabalhadores escravizados. Conforme Angela Davis:

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função da sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinha como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX- não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo o valor monetário poderia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] está no mesmo nível de outros animais”<sup>162</sup>.

Verifica-se que a atualização da imagem da mulher negra como reprodutora conecta-se com a imagem de controle da *welfare mother* pela sua utilização para justificar uma mudança de cunho econômico. Conforme demonstrado anteriormente, a imagem da mulher negra enquanto reprodutora serviu para justificar a exploração da sua fertilidade, estabelecendo um controle da vida das mulheres negras a partir das necessidades econômicas das elites brancas. A imagem de controle da *welfare mother* é acionada a partir da conquista de direitos dos negros e negras norte-americanos que, no pós Segunda Guerra mundial, a partir de muita luta, conquistam um nível básico de acesso a direitos sociais altamente expandidos para a classe média branca. Entretanto, esse cenário se dá num momento de estrangulamento dos

---

<sup>162</sup> DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 20-21.

recursos públicos norte-americanos, logo, a imagem da *welfare mother* funciona como uma forma de relacionar a precariedade do estado com as mulheres negras.

A imagem da *welfare mother* se dá a partir de justificativas ideológicas intersectadas a partir das opressões de raça, gênero e classe. A culpabilização das *welfare mother* em não repassar a ética do trabalho para os afro-americanos implica no estereótipo da preguiça. Além disso, a *welfare mother* não tem uma figura de autoridade masculina para ajudá-la. Tipicamente retratada como uma mãe solteira, ela viola um dogma fundamental da ideologia branca masculina dominante :ela é uma mulher sozinha. Como resultado, seu tratamento reforça a ideologia de gênero dominante, afirmando que o verdadeiro valor e a segurança financeira de uma mulher devem ocorrer através do casamento heterossexual. Por fim, em média, na economia política pós-Segunda Guerra Mundial, uma em cada três famílias afro-americanas foi oficialmente classificada como pobre. Com níveis tão altos de pobreza da negritude, as políticas do estado de bem-estar social que auxiliam mães negras e pobres tornaram-se mais dispendiosas. A imagem da *welfare mother*, portanto, fornece uma justificativa ideológica para a pobreza da mulher negra e a estigmatização dela como a causa de sua própria pobreza e das comunidades afro-americanas, afastando o ângulo de visão das fontes estruturais de pobreza. O interesse dos grupos dominantes em limitar a fertilidade de mulheres negras se dá a partir da visão de que essas mulheres dão à luz a muitas crianças economicamente improdutivas<sup>163</sup>.

Para a autora, as políticas de bem-estar social foram fundamentais para que os negros e negras norte-americanos pudessem exercer escolhas sobre suas próprias vidas, especialmente aquelas relativas ao mercado de trabalho, uma vez que esses benefícios significaram incrementos sociais relevantes que auxiliavam no empoderamento das comunidades negras. A partir dessas políticas, a comunidade negra norte-americana passa a rejeitar postos de trabalho extremamente precarizados, nos quais a exploração da mão de obra mantinha as lógicas opressivas vivenciadas por seus antepassados. Os benefícios sociais conquistados pela população negra no pós-guerra foram importantes para que, mesmo sobre os constantes ataques oriundas da visão política mais conservadora dos republicanos, negros e negras norte-americanos resistissem ao trabalho precário que garante apenas sua subsistência.

Na economia política pós-Segunda Guerra Mundial, os afro-americanos lutaram e conquistaram direitos que lhes foram negados

---

<sup>163</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 87-88 – tradução da autora.

historicamente (Squires, 1994). Ao contrário da crença popular, as mulheres negras dos EUA não “receberam” benefícios sociais, mas tiveram que lutar por direitos rotineiramente oferecidos a outros cidadãos (Amott 1990; Quadagno 1994). Afro-americanos adquiriram com sucesso proteções políticas e econômicas básicas em um estado de bem-estar social muito ampliado, particularmente Segurança Social, indenização por desemprego, programas de alimentação na escola, bolsas de estudos na educação superior, ações afirmativas, direito a voto, legislação antidiscriminatória, programas de bem-estar infantil e salário mínimo. Apesar da oposição constante das administrações republicanas na década de 1980, esses programas de bem-estar social permitiram que muitos afro-americanos rejeitassem os empregos de exploração de nível de subsistência ocupados anteriormente por seus pais e avós. No entanto, esses direitos de cidadania negra ocorreram em um momento de redução das oportunidades econômicas na indústria e na agricultura dos EUA. Exportação de trabalho, desqualificação e aumento do uso da mão de obra de imigrantes ilegais têm sido usados para substituir a força de trabalho barata e dócil que costumavam ser representada pelos negros norte-americanos. (Nash e Fernandez-Kelly 1983; Brewer 1993; Squires 1994). Até meados da década de 1990, o grande número de afro-americanos guetizados nas cidades do interior com baixa escolaridade e desempregados, especialmente mulheres e crianças, não podiam ser forçados a trabalhar. Essa população excedente não representava mais mão-de-obra barata; representando na perspectiva das elites uma ameaça dispendiosa à estabilidade política e econômica. Homens afro-americanos tornaram-se cada vez mais alvo de uma crescente indústria de punição (Davis, 1997). Na ausência de empregos legítimos, muitos homens trabalhavam no setor informal, servindo como funcionários de baixo escalão de uma indústria farmacêutica global crescente que introduzia o crack nos bairros negros americanos na década de 1980. Para muitos, estar envolvido com a criminalidade era um custo para manter os negócios<sup>164</sup>.

Assim como ocorre com a imagem de controle da matriarca, a figura da *welfare mother* é utilizada para justificar a criminalização da população negra, especialmente dos homens negros, sustentando a indústria punitivista norte-americana, que cresce profundamente. O documentário *A décima terceira emenda*, dirigido pela cineasta negra Ava Duvernay, demonstra as conexões da utilização de estereótipos racistas na mídia para substanciar o uso de políticas de encarceramento em massa para a população negra norte americana. Ainda, descreve com profundidade o cenário apresentado por Patricia Hill Collins na citação anterior. A intensa criminalização de negros e negras entre as décadas de 80 e 90 significou uma nova forma de

---

<sup>164</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 87-88 – tradução da autora.

segregação racial, também sustentada por estereótipos negativos acerca da população negra

Patricia Hill Collins destaca que há aspectos correlatos entre a imagem de controle da *welfare mother* e da matriarca. De um lado, temos a imagem da mãe irresponsável, que compromete o estado com sua numerosa prole. Do outro, temos o estereótipo de uma mãe agressiva, despreocupada com seus filhos, que não lhes fornece os valores devidos para o desenvolvimento de sua cidadania e onera o Estado, que acaba tendo que responder por sua inaptidão em educar suas crianças.

A partir da década de 80, com a eleição de Reagan, a imagem da *welfare mother* é substituída pela *welfare queen*, que, assim como a imagem de controle da matriarca e da *welfare mother*, apresenta uma dimensão do controle de fertilidade das mulheres negras. A diferença entre a *welfare mother* e a *welfare queen* pode ser resumida da seguinte forma:

Em contraste com a *welfare mother* que se baseia no capital moral ligado à maternidade americana, a *welfare queen* constitui uma mulher negra da classe trabalhadora altamente materialista, dominadora e sem homens. Contando com os recursos públicos, as *welfare queens* negras se contentam em aceitar o suado dinheiro dos contribuintes americanos e permanecem casadas com o Estado. Assim, a imagem *welfare queen* assinala esforços para usar a situação das mulheres negras da classe trabalhadora como um sinal da deterioração do estado<sup>165</sup>.

Operou no Brasil, especialmente durante o período de ascensão das políticas de redistribuição de renda operadas nos governos presidenciais de Lula, a manifestação de um estereótipo semelhante ao da *welfare queen*, que é a ideia de que as mulheres beneficiárias dos programas sociais, sobretudo do Bolsa Família, seriam acomodadas, preguiçosas e reproduziam para aumentar o valor do benefício social recebido. É um estereótipo que possui uma dimensão de raça e classe, uma vez que as destinatárias do Programa Bolsa Família são mulheres de baixa renda que em sua massiva maioria são negras.

As imagens de controle descritas até então tem um conteúdo diretamente relacionado com a maternidade, um dos temas considerados por Patricia Hill Collins como centrais no pensamento feminista negro. O lugar da maternidade nas reflexões

---

<sup>165</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 92 – tradução da autora.

produzidas por mulheres negras tem outros contornos em relação ao feminismo ocidental branco. Em linhas gerais, podemos dizer que, para o feminismo branco, a maternidade é lida enquanto uma instituição do patriarcado<sup>166</sup>. Dessa forma, há uma perspectiva de resistência à figura da mãe porque ela está imbricada em uma ideologia opressiva.

Essa visão sobre a maternidade, por óbvio, é restrita à experiência de mulheres brancas. Considerando o histórico de opressões destinado a mulheres negras, especialmente aquelas que se originam a partir do legado da escravidão, é possível compreender a maternidade para essas mulheres como uma forma de empoderamento e resistência à violência colonial. Durante eras, a população negra escravizada nas Américas não possuía o direito de constituir uma unidade familiar. O próprio Direito não considerava essas mulheres enquanto mães e esposas. A produção de conhecimento no Brasil consolidou mitos a respeito da vivência de mulheres negras que até o presente reverberam em estereótipos que retiram dessas mulheres a possibilidade do exercício da maternidade de forma segura. A negativa rotineira da existência de famílias escravas no contexto do sistema escravocrata no Brasil integra esse diagnóstico. Ao negar à mulher negra a condição de mãe, nega-se uma série de políticas públicas de saúde, seguridade e proteção.

A maternidade, para mulheres negras, tem uma dimensão histórica complexa, que merece atenção. Diferentemente do que estava colocado para mulheres brancas, cuja maternidade sempre foi exaltada, a maternidade de mulheres negras é uma característica que fundamenta estereótipos controladores sobre os corpos e os comportamentos dessas mulheres, conforme visto anteriormente a partir das imagens de controle que se sustentam em estereótipos relativos à maternidade negra. O exemplo de Esperança Garcia, citado anteriormente nesse texto, é indicativo de como essas dinâmicas se davam no contexto brasileiro. O não reconhecimento da família escrava e da maternidade de mulheres negras autorizava os senhores de escravos a separarem as famílias e, inclusive, apartarem maridos de esposas através da venda. A recusa em reconhecer e respeitar as relações entre os escravizados apresentava uma dimensão maior do que uma simples negativa, pois esse não reconhecimento constituía-se também como um indicativo da ciência dos senhores de escravos da potência questionadora e revolucionária do amor entre negros e negras. As relações

---

<sup>166</sup> O'REILLY, Andrea. *Encyclopedia of Motherhood*. Los Angeles: Sage, 2010.

entre negros e negras, constituídas enquanto famílias, dificultava as violências sexuais às quais as mulheres negras eram submetidas.

Compreender a maternidade a partir do pensamento feminista negro possibilita ao feminismo refletir sobre a existência de uma variação histórica, cultural, étnica e social sobre esse tema, a qual permeia conflitos e disputas sobre as concepções e condições sobre as quais a maternidade se realiza. Não irei aprofundar esse tema aqui, mas trago essa reflexão no sentido de corroborar a ideia de que não é mais possível organizar um pensamento feminista que não se atente para as particularidades culturais e sócio históricas das múltiplas experiências e vivências de mulheres.

O pensamento feminista negro tem sido contundente em apontar como parte significativa da teoria feminista falhou em reconhecer a diversidade na maternidade e, sobretudo, projetou na experiência de mulheres brancas oriundas da classe média as preocupações a respeito dessa questão, universalizando-as e suprimindo desse debate a forma com que outros grupos de mulheres enfrentarão essa questão. Patricia Hill Collins destaca duas hipóteses nascidas da experiência da classe média branca que acabam por ser problemáticas para refletir sobre a maternidade: a questão da segurança econômica e o privilégio da autonomia individual.

Para comunidades que historicamente lutam por sobrevivência, a autonomia individual não significa emancipação. Da mesma forma, para mulheres negras, questões como o isolamento materno nas relações mãe-filha, a onipotência das mães nas famílias e temas correlatos não são lidos como canais de perpetuação da opressão de gênero. Ao contrário, para Patricia Hill Collins, as relações mãe-filha constituem-se enquanto locais de promoção da subjetivação das mulheres negras, as quais irão constituir imagens autodefinidas que desafiam a lógica das *imagens de controle*. Essas relações, portanto, devem ser estimuladas e protegidas e não desqualificadas como meros produtos do patriarcado.

Para o pensamento feminista negro, o enfoque das experiências de mulheres negras a respeito da maternidade apresenta outros debates que são invisibilizados pela teoria feminista. Questões como a importância da luta pela sobrevivência física das crianças e da comunidade, a dialética do poder e da impotência na estruturação dos padrões de maternidade e o significado das definições construídas a partir da própria vivência de mulheres negras sobre suas experiências, visando a construção

de uma identidade racial individual e coletiva, são centrais para refletir sobre a maternidade<sup>167</sup>.

Não é possível analisar as questões relativas à maternidade sem atentar-se para a condição racial das mães. As relações interligadas entre raça, classe, sexualidade, condição de cidadania, nacionalidade e idade irão impactar a forma com que mulheres irão experienciar a vivência materna. Conforme Patricia Hill Collins:

A maternidade ocorre em situações históricas específicas emolduradas por estruturas entrelaçadas de raça, classe e gênero, nas quais os filhos e filhas de mães brancas têm "todas as oportunidades e proteção", e as filhas e filhos "coloridos" de mães racializadas "não conhecem seu próprio destino". A dominação racial e a exploração econômica moldam profundamente o contexto materno, não apenas para as mulheres racializadas nos Estados Unidos, mas para todas as mulheres<sup>168</sup>.

O padrão de análise sobre maternidade que coloca o homem no lugar de provedor e a mulher no lugar do cuidado sustenta o arquétipo da família tradicional, o qual tem consequências profundas em aspectos políticos e sociais que acabam excluindo a população negra do acesso pleno à cidadania. A família normativa consiste na idealização de um pai trabalhador, que recebe dinheiro suficiente para permitir que sua esposa e seus filhos não precisem vender a própria força de trabalho. É essa lógica que sustenta a ideia de domínio de poder masculino sobre o feminino, pois o poder aquisitivo superior do homem lhes dá o direito de exercer poder sobre as mulheres tanto na esfera da família quanto no mercado de trabalho. É também a partir desse paradigma que a luta por autonomia individual será considerada enquanto o grande ensejo humano. Em última análise, o que se deseja é atingir a mesma autonomia que homens adultos bem-sucedidos atingem. A maternidade, para mulheres brancas, é organizada de forma a suprimir o processo de construção da sua autonomia.

Mulheres, crianças e homens menos bem-sucedidos, ou seja, aqueles que são da classe trabalhadora ou de grupos étnicos raciais, são vistos como pessoas dependentes, menos autônomas e, portanto, como

---

<sup>167</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009 – tradução da autora.

<sup>168</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing About Motherhood*. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie. *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. New York: Routledge, 1993. Cap. 3. p. 45-65. p. 46.

objetos apropriáveis para a dominação masculina da elite. Dentro da família nuclear, essa luta pela autonomia toma a forma de crescente oposição à mãe, o indivíduo responsável pela socialização das crianças a partir desses princípios orientadores<sup>169</sup>.

Para comunidades negras essa dinâmica tem outros contornos, os quais são invisibilizados quando as teorias a respeito da maternidade se centralizam na figura de um patriarca em uma família nuclear. Opera-se uma distorção a respeito de estruturas familiares distintas, em que esses padrões não estão colocados e que apresentam economias políticas organizadas de outras formas. O trabalho e a família para o pensamento feminista negro não se fundamentam em dicotomias que colocam o homem como sinônimo de trabalho e a mulher como sinônimo de cuidado. Na realidade, essas questões apresentam-se de forma interlaçada. O pensamento feminista negro enfatiza que a experiência subjetiva da maternidade, para as mulheres negras, está relacionada de forma intrínseca às questões socioculturais das comunidades nas quais elas estão inseridas. Logo, o exercício da maternidade está conectado com as dinâmicas da comunidade e a comunidade está ligada à forma com que essas mulheres exercem a maternidade.

Outra imagem de controle que tem contornos relativos com o comportamento afetivo de mulheres negras, relacionada também às conquistas de direitos das mulheres é a imagem da *black lady*. A *black lady* é caracterizada enquanto a mulher negra classe média, profissionalmente bem-sucedida, qualificada e bem instruída. Em um primeiro momento, essa descrição não parece caracterizar uma imagem de controle, uma vez que aparentemente todas essas características são tidas como elogios. Entretanto, essa imagem de controle tem um significado que opera tanto no interior das comunidades negras, sobretudo a partir da manipulação dessa imagem pelos homens negros, quanto externamente. Patricia Hill Collins descreve a *black lady* como

mulheres negras de classe média que representam uma versão moderna da política de respeitabilidade promovida pelas mulheres dos clubes negros<sup>170</sup> (Shaw, 1996), essa imagem pode não parecer uma

---

<sup>169</sup> COLLINS, Patricia Hill. Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing About Motherhood. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie. *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. New York: Routledge, 1993. Cap. 3. p. 45-65. p. 46 – tradução da autora.

<sup>170</sup> Sobre a importância dos clubes negros e a representação de mulheres negras na história norte-americana, recomendo a leitura da tese de doutorado da Dra. Giovana Xavier: XAVIER, Giovana. *Branças de almas negras? = beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação*



imagem de controle, mas um elogio. Estas são as mulheres que ficaram na escola, trabalharam duro e alcançaram muito. No entanto, a imagem da *black lady* baseia-se em imagens anteriores da feminilidade negra de muitas maneiras. Por um lado, esta imagem parece ser mais uma versão da *mammy* moderna, ou seja, a trabalhadora negra que trabalha duas vezes mais que todos os outros. A imagem da *black lady* também se assemelha a aspectos da tese do matriarcado – as *black ladies* têm empregos que são tão consumíveis que não têm tempo para os homens ou que se esqueceram de como tratá-los. Como elas rotineiramente competem com os homens e são bem-sucedidas nisso, eles se tornam menos femininas. As *black ladies* altamente educadas são consideradas muito assertivas – é por isso que não conseguem que os homens se casem com elas<sup>171</sup>.

A imagem de controle da *black lady* também é útil como uma justificativa para os homens negros preterirem afetivamente mulheres negras bem-sucedidas. No campo dos relacionamentos afetivos, assim como a imagem da matriarca opera como uma justificativa para que os homens negros não estabeleçam relações afetivas com mulheres negras, uma vez que o estereótipo acaba retirando a feminilidade dessas mulheres, que são consideradas ameaçadoras e castradoras, a imagem de controle da *black lady* é manejada pelos homens negros a partir do conteúdo de classe. Como essas mulheres são bem-sucedidas em suas carreiras e ascendem socialmente, elas são consideradas como antipáticas, extremamente exigentes e arrogantes.

A socióloga Ana Cláudia Lemos Pacheco, em sua tese de doutoramento<sup>172</sup>, investigou os contornos da solidão afetiva das mulheres negras, especificamente no que diz respeito à questão do preterimento exercido pelos homens negros. A pesquisadora entrevistou 25 mulheres negras de diversos contextos sociais, a fim de saber como o preterimento afetivo afeta a vida das mulheres negras. A pesquisa de Pacheco é interessante para as observações que fazemos aqui porque parte das narrativas das mulheres que foram por ela entrevistadas e demonstra como a imagem de controle da *black lady* também é manifestada no contexto brasileiro, assim como a

---

(EUA, 1890-1930). 2012. 464 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280975>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

<sup>171</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 88-89 – tradução da autora.

<sup>172</sup> PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. 2008, Campinas, 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

figura da matriarca<sup>173</sup>. As entrevistadas pertencentes à chamada classe média apresentam características que são mobilizadas na imagem de controle da *black lady*. A mobilidade social consequente do acesso à educação e a postos de trabalho que normalmente não são ocupados por mulheres negras acaba resultando em uma barreira para o desenvolvimento de relações afetivas do tipo matrimônio, sobretudo com homens negros. A figura da *black lady* também está relacionada com a tese do matriarcado negro, uma vez que essas mulheres serão responsáveis pela manutenção de toda a família, muitas vezes responsabilizando-se inclusive pelo sustento financeiro dos sobrinhos e de seus irmãos.

Outra dimensão das consequências da imagem de controle da *black lady* está relacionada com as ações afirmativas. Nesse aspecto, a mobilização dessa imagem de controle pelas elites dominantes serve como uma forma de subordinação e supressão da assertividade das mulheres negras, especialmente em espaços de poder. A ideia de que a ascensão dessas mulheres se dá em razão de uma política pública, esvaziando o conteúdo de mérito da sua trajetória, tem um conteúdo de silenciamento. Além disso, é a partir da imagem da *black lady* que se sustenta o discurso de “racismo reverso” utilizado pelas elites dominantes brancas. Patricia Hill Collins explicita:

À primeira vista, a imagem da *black lady* parece muito distante das acusações de dependência estatal a qual tantas vezes são submetidas as mulheres negras norte-americanas da classe trabalhadora através da imagem da *welfare queen*. No entanto, existem paralelos. Através da ação afirmativa, as mulheres negras supostamente assumem empregos que deveriam ser destinados a brancos mais dignos, especialmente homens brancos dos EUA. Dada a situação política das décadas 1980 e 1990, os programas antidiscriminatórios passaram a ser reinterpretados como exemplos de um “racismo reverso” injusto. Dessa forma, não importa o quanto as *black ladies* fossem altamente instruídas ou comprovadamente competentes, suas realizações permaneciam questionáveis. Além disso, muitos homens negros acreditam erroneamente que as *black ladies* estão assumindo empregos reservados para eles. Aos seus olhos, ser negra, mulher e aparentemente menos ameaçadora para os brancos beneficia as *black ladies*. Wahneema Lubiano aponta como as imagens da *welfare queen* e da *black lady* evoluíram em conjunto com os esforços persistentes para reduzir os gastos sociais com a população negra da classe trabalhadora e limitar as oportunidades de ação afirmativa para os negros da classe média: “Seja em virtude de não alcançar e, assim, transmitir a má cultura como *welfare mothers*,

---

<sup>173</sup> Sobre a influência da imagem de controle da matriarca nos relacionamentos afetivos entre homens e mulheres negras, verificar as páginas 104 a 106 dessa dissertação.

ou por virtude de conseguir alcançar o sucesso da classe média. . . as mulheres negras são responsabilizadas pela situação de desvantagem dos afro-americanos” (Lubiano 1992, 335) “Assim, quando tomadas em conjunto, a *welfare queen* e a *black lady* constituem versões específicas de classe de uma tese do matriarcado cuja finalidade fundamental é despotencializar o pleno exercício dos direitos de cidadania das mulheres negras. Essas imagens interconectadas deixam as mulheres negras americanas em uma situação difícilíssima<sup>174</sup>.

A atualização da imagem da *mammy* a partir da *black lady* cria ainda uma terceira imagem de controle correlata, importante no contexto contemporâneo, que é a “*mammy*” moderna, abordada por Patricia Hill Collins na obra *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*<sup>175</sup>. A *mammy* moderna sacrifica sua vida pessoal em prol da lealdade inabalável ao seu chefe ou a instituição para quem presta serviço. Essa figura justifica a exploração econômica de mulheres negras a partir do conteúdo da imagem de controle da *mammy*, que estabelece a ideia de que mulheres negras são facilmente exploráveis e submissas. Quando essas mulheres se negam a desempenhar esse papel, a elas é atribuída a imagem da negra agressiva.

A última imagem de controle analisada por Patricia Hill Collins é a imagem da jezebel, que contemporaneamente é nomeada nos Estados Unidos como *hoochie*. Esta imagem de controle está relacionada com o controle da sexualidade das mulheres negras e tem um papel central nas ideologias racistas mobilizadas pelas classes dominantes para naturalizar e perpetuar as violências e as injustiças sociais às quais as mulheres negras estão historicamente submetidas. Patricia Hill Collins descreve a imagem de controle da jezebel a partir da sua pertinência com a escravização de negros e negras. O estereótipo da jezebel foi utilizado como justificativa para a exploração sexual das mulheres negras, especialmente as mulheres escravizadas, e ainda sustentou o incremento dos plantéis de escravizados ao término do tráfico internacional de escravos no contexto norte-americano. Nesse sentido, a imagem de controle da jezebel está conectada com a imagem de controle da *mammy*. Contudo, há uma distinção importante nos sentidos de cada uma dessas imagens de controle. Enquanto a *mammy* é uma mulher negra assexuada, desprovida de qualquer conteúdo de beleza, nada atraente e, portanto, nem um pouco

---

<sup>174</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 89 – tradução da autora.

<sup>175</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.

ameaçadora aos ideários hegemônicos das famílias brancas, a jezebel é a mulher negra sexualmente agressiva, insaciável, lasciva, que, portanto, deve ser domada de qualquer forma.

A imagem da jezebel constitui uma objetificação que se dá a partir da animalização dos corpos e das condutas das mulheres negras, sendo estas consideradas inadequadas dentro dos parâmetros do pensamento binário ocidental. Enquanto as mulheres brancas são consideradas o exemplo da feminilidade, inclusive no campo da sexualidade, sendo lidas como respeitáveis, meigas, doces e modestas, as mulheres negras são lidas como promíscuas e até mesmo como predadoras sexuais. A descrição de Patricia Hill Collins a respeito da imagem da jezebel permite uma compreensão mais detalhada das dimensões do significado dessa imagem de controle para a dominação ideológica racista:

A imagem de jezebel se originou sob a escravidão, quando as mulheres negras foram retratadas como sendo, para usar as palavras de Jewelle Gomez, "amas-secas molhadas sexualmente agressivas" (Clarke et al. 1983, 99) A função de jezebel era relegar todas as mulheres negras para a categoria de mulheres sexualmente agressivas, fornecendo assim uma razão poderosa para as agressões sexuais generalizadas dos homens brancos tipicamente relatados por mulheres negras escravizadas (Davis 1981; D. White 1985). A imagem da jezebel teve ainda outra função. Se as escravas negras pudessem ser retratadas como sexualmente insaciáveis, então o aumento da fertilidade deveria ser o resultado esperado. Suprimindo o carinho que as mulheres afro-americanas poderiam dar aos seus próprios filhos, o que fortaleceria as comunidades negras e forçando as mulheres negras a trabalhar como "ama de leite" das crianças brancas, também nutrindo emocionalmente seus donos brancos, os proprietários de escravos amarraram efetivamente as imagens de controle da jezebel e da *mammy* para exploração econômica inerente à instituição da escravidão<sup>176</sup>.

É importante destacar que a crença de que negros e negras são sexualmente insaciáveis e naturalmente predispostos à conjunção carnal é anterior a escravização negra nas Américas. Os viajantes europeus, ao se depararem com a nudez ou a escassez de vestimentas dos nativos africanos e indígenas, consideravam esse fato enquanto uma obscenidade. O etnocentrismo europeu do século XVII considerava as práticas e vivências dos povos africanos como prova da luxúria sexual descontrolada

---

<sup>176</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 89-90 – tradução da autora.

dos negros e negras. Os contornos dessas articulações teóricas sobreviveram com força, inclusive no interior das academias brasileiras, até meados dos anos 1920<sup>177</sup>, ou seja, a desumanização de negros e negras através da sexualidade apresenta um contínuo histórico que consolida as injustiças sociais para essa população. No contexto brasileiro imagens de controle semelhantes à jezebel foram utilizadas como argumento para articular a ideia de democracia racial.

O histórico de violências sexuais impingidas às mulheres negras e indígenas na história das Américas é uma característica compartilhada em todos os contextos pátrios. Contudo, no contexto brasileiro, a violência sexual que essas mulheres sofreram durante o período colonial transformou-se em romance e mito, criando uma dinâmica específica das relações sociais no Brasil. A miscigenação, fruto desse histórico de violências, ainda hoje é celebrada e alicerça o mito da democracia racial<sup>178</sup>. Não obstante, é esse sistema de dominação que organiza as hierarquias de raça e gênero no país. Conforme Sueli Carneiro:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance<sup>179</sup>.”

<sup>177</sup> Nesse sentido remetemos às considerações de Nina Rodrigues nas obras *Os Africanos no Brasil* (2010) e *O animismo fetichista dos negros baianos* (1935).

<sup>178</sup> O mito da democracia racial consiste na ideia de que no Brasil não existiriam conflitos raciais. A partir de uma comparação com a realidade norte-americana, onde houve legislações abertamente racistas, no Brasil, segundo o que é veiculado pela ideia da democracia racial, não existiram óbices legais para a ascensão social da população negra. Em outras palavras significa dizer que no Brasil o critério racial nunca foi relevante para definir as chances de participação social dos brasileiros. É a partir desse critério que se articulam parte dos argumentos contrários às políticas públicas de reparação étnico-raciais, como as ações afirmativas de cotas utilizadas no serviço público e na educação superior. Para o argumento completo ver: BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&scriptsci\\_abstract&tng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&scriptsci_abstract&tng=pt)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>179</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 49-58, 2003.

A miscigenação enquanto uma celebração de todas as raças, cunhada de forma romântica e ufanista, é parte da matriz de dominação brasileira constituída a partir de estereótipos sexuais, os quais são utilizados para justificar a exploração de negros e negras e estão diretamente relacionados com a negação da subjetividade desses sujeitos. A objetificação sexual de homens e mulheres negras é altamente desumanizante. Ao sermos interpelados a partir dos mitos sobre as nossas sexualidades, somos jogados em um vazio de sentidos do ser.

O teórico martinicano Frantz Fanon descreve como a erotização dos homens negros é um instrumento de alienação. Para Fanon, as consequências da anti-negritude para a população negra estão inerentemente ligadas à objetificação sexual desses corpos. É possível estabelecer uma aproximação de Fanon com o pensamento de Patricia Hill Collins nesse aspecto, uma vez que ambos destacam a centralidade da sexualidade para a manutenção do racismo. Para Patricia Hill Collins, os estereótipos relacionados à sexualidade são o nexos central das imagens de controle da feminilidade negra. A razão desse diagnóstico se dá em razão dos esforços que os grupos dominantes empreendem para controlar a sexualidade das mulheres negras, o que constitui o núcleo das opressões históricas a que essas mulheres estão submetidas<sup>180</sup>. Fanon indica como a compreensão das dimensões individuais do racismo se dá centralmente a partir do conteúdo racista expresso nos estereótipos sexuais.

Para se compreender psicanaliticamente a situação racial, concebida não globalmente, mas sentida por consciências particulares, é preciso dar uma grande importância aos fenômenos sexuais. Com respeito ao judeu, pensa-se no dinheiro e nos seus derivados. Com respeito ao negro, no sexo<sup>181</sup>.

O estereótipo da jezebel foi utilizado como uma racionalização das relações sexuais entre brancos e negros, especialmente entre escravizadores e escravizados. A insaciabilidade da jezebel, que não se contentava em manter relações sexuais apenas com seus iguais, aplacava-se com a conjunção carnal com os homens brancos. Logo, a partir desse raciocínio, essas mulheres não eram violentadas por

---

Disponível em: <<http://latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018. p. 49.

<sup>180</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 89.

<sup>181</sup> FRANTZ, FANON. *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA, 2008.p.110

seus escravizadores que, em última análise, estavam realizando o controle da agressividade sexual das mulheres negras. Ou seja, a imagem tinha uma utilidade bastante grande para os grupos dominantes brancos, uma vez que a partir dela operava inclusive uma absolvição dos horrores sexuais que eles cometiam com as mulheres negras. A partir dessa ideia, não se tratava de estupro, mas sim de saciar os desejos sexuais das mulheres negras incontroláveis. Uma escravizada que recusasse os avanços sexuais de seu proprietário corria o risco de ser vendida, espancada, estuprada e ter seu companheiro ou filhos vendidos. Muitas mulheres escravas admitiam relações sexuais com os brancos, reforçando assim a crença de que as mulheres negras eram lascivas e disponíveis. Essa admissão, entretanto, constituía-se enquanto uma estratégia de sobrevivência<sup>182</sup>.

No contexto brasileiro, a imagem da mulata é o correspondente mais próximo da jezebel, embora tanto mulheres negras de tez mais clara, quanto mulheres negras de pele mais escura tenham sido retratadas como máquinas sexuais incansáveis. Em termos de representação midiática, a versão da década de 1990 da novela *Xica da Silva* é um exemplo relevante para analisar os contornos do impacto da imagem da jezebel na mídia brasileira. A atriz Taís Araújo, à época relativamente incapaz, protagonizou a novela que retratava a história da escrava que se tornou nobre no estado de Minas Gerais no século XVIII. A novela foi a primeira da história da teledramaturgia brasileira a trazer uma mulher negra como protagonista, entretanto as narrativas estabelecidas nesse produto consolidam a imagem de controle da jezebel, inclusive porque a pouca idade da atriz à época da novela possibilita a manifestação do estereótipo da *pretty baby*, o qual também está associado com a imagem de controle da jezebel. A *pretty baby* é uma imagem de controle que diz respeito à sexualização de crianças e jovens negros, a qual se dá de maneira mais naturalizada e precoce exatamente em razão da imagem da jezebel. Uma vez que pessoas negras teriam uma sexualidade exacerbada, descontrolada e excessiva, as meninas negras acabam sendo afetadas sensivelmente por essas representações. Há na imagem de controle da *pretty baby* a ideia de que meninas negras são sexualmente ativas e sexualmente irresponsáveis desde a tenra idade.

---

<sup>182</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

A atualização da imagem da jezebel é o estereótipo da *hoochie*<sup>183</sup>, o qual tem contornos muito específicos uma vez que essa imagem de controle é consolidada na cultura negra norte-americana. A forma com que a imagem da *hoochie* é constituída apresenta relações estreitas com as opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe. Patricia Hill Collins explicita todos os aspectos problemáticos da consolidação dessa imagem de controle a partir de uma análise detalhada da canção *Hoochie Mama*, produzida por um grupo de rap norte-americano chamado *2 live Crew*. Esta é uma imagem de controle altamente misógina mas que não é desafiada pela comunidade negra com a mesma assertividade que as outras imagens de controle que vimos anteriormente, o que se constitui enquanto um grave problema, uma vez que a partir da justificativa do enraizamento dessas imagens de controle na cultura interna das comunidades negras norte-americanas há uma consolidação desse estereótipo, desde dentro, o que torna mais difícil para mulheres negras construir outros significados para si a partir de suas próprias comunidades. A imagem de controle da *hoochie* é tão fortemente consolidada no cotidiano da negritude norte-americana que é possível estabelecer categorias de *hoochies*.

A misoginia contida na canção *Hoochie Mamma* é evidente desde os primeiros versos, que fazem menção direta ao corpo das mulheres negras de forma objetificada. As mulheres retratadas como *hoochie* são estereotipadas como algo para ser usado. Há uma função sexual nessas mulheres negras, que pode ser livremente acessada pelos homens negros. Há um desprezo evidente pelas mulheres negras, que se torna ainda mais sério uma vez que é expressado por homens negros.

Tanto a *hoochie* quanto a jezebel são imagens de controle estabelecidas a partir de uma normatização da heterossexualidade. Essas imagens de controle são fundamentais para inscrever a sexualidade das mulheres negras como desviante, o que tem uma significação profunda nos aspectos do racismo institucional.

As imagens de controle descritas por Patricia Hill Collins obviamente não são fixas. Constantemente, novos estereótipos são mobilizados pelos grupos dominantes, com o intuito de justificar as violências experienciadas pelas mulheres negras em razão de sua raça, origem, sexualidade, idade, etnia e condição física. Contudo,

---

<sup>183</sup> Não há um termo equivalente em português para essa palavra. O conteúdo pode ser considerado semelhante com a imagem da mulher *cachorra* das periferias cariocas, também consolidada partir de produtos culturais que fazem parte do cotidiano da negritude brasileira. Contudo, como esse é um termo bastante norte-americano, especialmente dos contextos urbanos das regiões dos guetos estadunidenses, optei por manter a grafia original.



conhecer a forma com que os estereótipos são mobilizados para suprimir direitos e obstaculizar o acesso à cidadania é fundamental para compreender as opressões para além do simplismo da leitura interseccional como um aprofundamento de opressões que se acumulam nos corpos de mulheres negras. A leitura das imagens de controle enquanto uma categoria de análise permite compreender as práticas que caracterizam a matriz de dominação na qual as opressões operam. Ao estudar a maneira com que essas imagens são formuladas, reconstituídas e utilizadas historicamente, fica evidente que retratar mulheres negras a partir de figuras organizadas pelas imagens de controle é uma estratégia para obstaculizar os processos de subjetivação de mulheres negras, pois, a partir dela, o empoderamento político dessas mulheres, bem como a constituição de sua autonomia, se dá de forma incompleta. Impedir esses processos é uma estratégia fundamental porque eles constituem uma ameaça aos sistemas de poder que são centralizados nas perspectivas ideológicas engendradas pela masculinidade branca hegemônica, a qual se mantém no controle dos recursos sociais e das instituições também a partir dessas estratégias de representação dos grupos subordinados como o outro da sociedade.

O conceito de imagens de controle apresenta um potencial importante para refletir como os sistemas criam figuras de perversão do direito<sup>184</sup> para justificar suas ações. Ao combinar o argumento desenvolvido por José Rodrigo Rodriguez com o conceito de imagens de controle é possível produzir pesquisas empíricas que analisem como as demandas de mulheres negras são tratadas pelos sistemas legais. Considerando que as imagens de controle atuam no interior dos sistemas de poder e, entendendo o sistema de justiça dessa forma, tem-se um modelo analítico para compreender como as percepções sociais a respeito de mulheres negras influenciam na manutenção de práticas reacionárias e punitivas, que excluem as mulheres negras dos recursos sociais e do exercício da cidadania. A reação conservadora às políticas de bem-estar social, como é o caso do programa Bolsa Família, também são passíveis de análises a partir desses conceitos. Uma vez que os programas sociais são fundamentais para a elevação do status econômico de negros e negras, relacionar o acesso a essas políticas a figuras que estigmatizam mulheres negras podem ser considerados uma forma de racismo institucional.

---

<sup>184</sup> RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. *Prolegómenos Derechos y Valores*, Bogotá, v. 19, n. 37, p. 99-124, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/prole/v19n37/v19n37a07.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Nesse subtítulo, foquei em demonstrar como as imagens de controle desumanizam mulheres negras a partir dos estereótipos negativos que são mobilizados no interior dessas figuras. Cabe reforçar, no entanto, que imagens de controle nem sempre estarão ancoradas em estereótipos negativos, é possível existir imagens de controle que se organizam a partir de virtudes e comportamentos considerados positivos. Ainda assim, são figuras prejudiciais à autodefinição de mulheres negras, porque são formuladas a partir de uma definição externa. A imagem da mulher negra como uma mãe forte e resistente é um exemplo nesse sentido. Segundo Patricia Hill Collins, não importa quão sinceras sejam as imagens externamente definidas da feminilidade negra, sejam aquelas manipuladas por homens negros simpatizantes das agendas feministas negras, sejam aquelas manipuladas por mulheres brancas bem-intencionadas: toda definição exterior a respeito das vivências e experiências de mulheres negras vem acompanhada de um pacote de problemas para essas mulheres solucionarem<sup>185</sup>.

No próximo item verificaremos como a mídia consolida as imagens de controle, sendo um dos principais mecanismos de sua atualização e redefinição.

### **3.2 Controle, mídia e o Outro: Os corpos e os comportamentos de mulheres negras a partir de definições externas**

No coração das memórias das elites ainda persistem centenas de imagens de controle que neutralizam em suas mentes os impactos que a manutenção de seus privilégios econômicos e sociais causaram na vida da população negra. As imagens de controle são propagadas de forma tão massiva e constante na mídia por uma razão bastante específica: é confortável para a comunidade branca que existam justificativas que lhes retirem a responsabilidade de responder pelo contínuo de violência que a exploração econômica dos povos negros significou na construção do *status quo* da branquitude. A *mammy* de *E o vento levou*, a tia Jemmina das caixas de massa de panqueca norte-americanas e a tia Anastácia de *O sítio do Pica Pau Amarelo*<sup>186</sup> são

---

<sup>185</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 190.

<sup>186</sup> Tia Anastácia é a personagem de Monteiro Lobato que melhor exemplifica a presença da *mammy* na literatura brasileira. Mulher negra de pele retinta, gorda, cozinheira, sem uma vida própria, cuja narrativa está sempre associada aos seus patrões ou às crianças que cuida. A tia Jemmina é oriunda de um musical do século XIX. A personagem virou logotipo de uma marca de produtos alimentícios,

irmãs de nações diferentes, mas que foram imaginadas pelos mesmos senhores que precisavam manter acesas suas fantasias mais românticas a respeito do período de desumanização e violência caracterizado pela escravização de negros e negras.

A figura da *mammy* é bastante conhecida na mídia. Ela constituiu a representação da mulher negra que dedica todo seu carinho emocional ao branco. São mulheres cuja história está diretamente relacionada aos dramas do personagem branco da narrativa, a quem aconselham, cuidam e auxiliam de forma abnegada e quase sempre sem nenhuma grande reciprocidade. Essa narrativa é comum nos filmes, novelas, séries e outras produções da mídia de massas. Assim como as imagens de controle foram utilizadas durante o período escravocrata para justificar as violências produzidas pelo racismo, na atualidade, a mídia de massas reproduz as ideologias necessárias para a manutenção das estruturas de segregação racial. As imagens de controle contêm a substância das ideologias racistas na conformação de novas formas de racismo. A mídia reproduz e circula essas imagens que, ao mesmo tempo em que são assimiladas, são resistidas, inclusive dentro da própria mídia<sup>187</sup>.

Desde o século XIX<sup>188</sup>, uma das imagens de controle mais repercutida nos meios de comunicação de massa tem sido a figura da *mammy*. Como já vimos, esse estereótipo foi criado durante a escravização de forma correlacionada com a figura da jezebel, tendo por objetivo desumanizar as mulheres negras. A *mammy* era a mulher negra escravizada que estava satisfeita com a sua condição e conhecia seu lugar, sendo um contraponto às senhoras brancas das casas grandes cujas imagens, também estereotipadas, constituíam padrões de feminilidade e beleza. A representação mais conhecida da *mammy*, e dessa contraposição de feminilidades é a personagem de Hattie Mc Daniel em *E o vento levou*. É interessante notar que a personagem em questão nem ao menos tinha um nome próprio, sendo apenas a

---

expressando todas as características físicas que estão adstritas à imagem de controle da *mammy*. Outro exemplo importante na mídia internacional é a personagem da atriz Hattie McDaniel em *E o vento levou*. A personagem em questão nem ao menos nome próprio tinha, sendo apenas a *mammy*. Sua carreira foi permeada por papéis semelhantes, o que demonstra a fixação das mulheres negras como eternas empregadas não apenas nos seus postos de trabalho reais, mas também nos fictícios.

<sup>187</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge, 2004, p. 33.

<sup>188</sup> De acordo com os estudos de Marquita Marie Gammage sobre a representação de mulheres negras na mídia, é possível encontrar a imagem da *mammy* como um sinônimo da feminilidade negra desde os produtos cinematográficos do século XIX. Ao lado da representação demonizada do homem negro enquanto um agressor sexual por natureza, a figura da *mammy* simboliza a incivilidade da população negra. Para o argumento completo, verificar: GAMMAGE, Marquita Marie. *Representations of Black Women in the Media: The Damnation of Black Womanhood*. New York: Routledge, 2016

*mammy*. Antes de sua morte, Hattie McDaniel<sup>189</sup> interpretou centenas de escravas, cozinheiras e empregadas, tendo sido primeira mulher negra a ser congratulada com um Oscar, exatamente pelo papel desempenhado em *E o vento levou*.

A imagem da *mammy* é, portanto, a primeira representação de mulheres negras gerada na indústria do entretenimento. Constituiu-se enquanto um símbolo da feminilidade negra, ainda que a comunidade de mulheres negras nunca tenha se definido a partir das características estereotipadas e das ações submissas que são encontradas nas performances dessa figura. Segundo Karen Jewell,

Historicamente, a mídia de massas nos Estados Unidos retratou a mulher afro-americana de uma forma estereotipada, projetando características da *mammy* que sugerem submissão ao seu proprietário (durante a escravidão) ou ao seu empregador (após a emancipação). Além disso, ela exibe agressividade em suas relações com outros afro-americanos, particularmente em relação aos homens. Outros atributos relacionados à *mammy* incluem características físicas associadas à masculinidade. Seu comportamento tem a conotação de satisfação e contentamento com a sua posição na vida, onde ela é designada a desempenhar tarefas domésticas<sup>190</sup>.

É evidente, conforme já foi argumentado nesse trabalho, que a representação das mulheres negras enquanto criadas submissas e conformadas ainda permanece como uma forma de sustentar que as violências da escravidão não foram tão duras ou humilhantes quanto a intelectualidade negra retrata. Esse estereótipo foi utilizado por toda a América como uma forma de desabonar o Estado da responsabilidade de reparação social aos descendentes de negros e negras escravizados.

Ao retratar as mulheres escravas como satisfeitas, conformadas e felizes com as relações estabelecidas com seus escravizadores, a sociedade cria uma narrativa confortável que mascara o tratamento desumano, degradante e humilhante que pessoas brancas destinaram a pessoas negras. Considerando que o processo de escravização de negros e negras ocorreu em um momento em que o pensamento social estabelecia paradigmas sobre liberdade, fraternidade e humanidade, o retrato de mulheres negras como *mammy* busca desconstituir a contradição racista que o projeto de emancipação ocidental apresenta desde seu cerne: a humanidade defendida pela Europa é limitada aos brancos europeus. Da mesma forma, o cerne

<sup>189</sup> Sobre a vida de Hattie McDaniel ver: WATTS, Jill. Hattie McDaniel: Black Ambition, White Hollywood. New York: HarperCollins, 2007.

<sup>190</sup> JEWELL, Karen Sue Warren. From Mammy to Miss America and Beyond: Cultural images and the shaping of US social policy. New York: Routledge, 1993 – tradução da autora.

da ideia de justiça não contempla a totalidade da sociedade, ele é destinado a um conjunto específico de seres humanos.

A persistente imagem de controle da matriarca constituiu uma série de crenças sociais, políticas e econômicas sobre mulheres negras. Sendo retratada de maneira diametralmente oposta ao exercício da masculinidade negra, essa figura auxilia no controle do comportamento, corpos e sexualidade de mulheres negras de maneira dupla, tanto a partir de definições manipuladas por estruturas institucionais dominadas pelos padrões hegemônicos ocidentais brancos, quanto a partir de formulações engendradas no interior das comunidades negras. A ideia do matriarcado operou uma contradição nesse sentido. Se por um lado há uma perspectiva positiva, relacionada à centralidade das mulheres negras no interior de suas famílias, por outro lado, a manipulação do estereótipo da matriarca na mídia de massas fundamentou o mito da assertividade de mulheres negras independentes e autônomas como um obstáculo à estrutura da família negra. A mulher negra que não tem interesse em constituir uma família nuclear nos moldes sociais orientados pelas lógicas heteronormativas, portanto, é vista como uma ameaça ao ideal de família afro-centrado. Nesse sentido, as mulheres negras lésbicas são diretamente afetadas por esse estereótipo, uma vez que, ao não exercerem sua sexualidade a partir da heteronormatividade, podem ser interpeladas de maneira estereotipada e desumanizante tanto pelo olhar da branquitude quanto pelos seus pares.

A sexualidade não é simplesmente uma função biológica; ao contrário, é um sistema de ideias e práticas sociais profundamente implicado na formação das desigualdades sociais. Como as ideias sobre sexualidade são tão essenciais para a compreensão da categoria gênero, tanto numa perspectiva voltada para a negritude quanto de forma mais ampla, é necessário compreender os operativos políticos da sexualidade para entender a feminilidade negra e como operam os controles ideológicos a partir dela<sup>191</sup>.

O tema da sexualidade é levantado pelo pensamento feminista negro a partir de uma dinâmica particular entre raça e gênero. Já no que tange aos padrões de produção de conhecimento e político, a partir da sexualidade, é possível dizer que ela se configura enquanto um conjunto de ideias e práticas sociais que são moldadas com a finalidade de enquadrar a forma com que homens e mulheres são percebidos e

---

<sup>191</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.

tratados. Uma vez que a comunidade negra é tão profundamente afetada pelo racismo, o pensamento feminista negro terá esse critério como central para levantar considerações e estratégias políticas sobre essa temática.

Para Patricia Hill Collins, as políticas da sexualidade negra consistem em um conjunto de ideias que organiza padrões de tratamento entre negros e negras como também cria arquétipos que influenciam na forma com que esses homens e mulheres serão lidos pelo restante da sociedade, sobretudo pela população branca. Essas políticas estão no centro dos mitos que se criam a respeito da masculinidade e da feminilidade negra, os quais estão deslocados das experiências específicas de gênero da negritude, sendo as mesmas fundamentais para articular novas dinâmicas que articulam o racismo na contemporaneidade<sup>192</sup>. A relevância de compreender as dinâmicas da sexualidade para a população negra reside no fato de que parte significativa dos problemas sociais apresentam formas específicas que são ordenadas por gênero. Sendo assim, não há como solucionar esses problemas sem atentar seriamente para essa questão. Segundo Patricia Hill Collins, o empoderamento político de mulheres negras jamais será possível em um contexto em que os homens negros estejam sendo prejudicados, como é o caso do número de assassinatos de jovens homens negros no Brasil. Da mesma forma, não há possibilidade de autonomia para os homens negros se as mulheres não puderem exercer plenamente suas capacidades. Considerando que o racismo também é um fenômeno que se especifica através do gênero, as políticas antirracistas que não atentem para essa questão de forma comprometida já nascem fracassadas. A justiça social só é possível se ninguém for deixado para trás: se há subordinação de um grupo pelo outro, não há justiça social.

A discussão a respeito da representação de mulheres negras na mídia ocidental tem por centro a sexualidade das mulheres negras em duas dimensões extremas: a assexualidade ou a hipersexualidade. Patricia Hill Collins analisa essa dicotomia em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* principalmente a partir de duas figuras: a matriarca e a jezebel. A matriarca, como já vimos, é a mulher excessivamente agressiva, infame, que castra

---

<sup>192</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.

os homens do exercício de sua masculinidade<sup>193</sup>. A jezebel, na outra ponta dessa dicotomia, é a representação da mulher negra prostituta e sexualmente agressiva<sup>194</sup>.

Historicamente, os corpos de mulheres negras têm sido apropriados pela branquitude como forma de lazer. As narrativas a respeito da Vênus Hotentote são indicativas do longo período em que nossos corpos são exotizados e fetichizados a partir dos padrões de feminilidade brancos europeus. A visão do ocidente branco a respeito de mulheres negras, sobretudo de mulheres negras africanas, permanece sendo orientada a partir das imagens de controle que se originaram no século XIX. A imagem da Vênus Hotentote, uma mulher negra de pele retinta, nádegas grandes e genitália considerada “anormal”, serviu de base às fantasias sexuais dos brancos europeus a respeito das mulheres negras africanas. Suas características físicas estavam em desconformidade com os padrões de feminilidade europeus, criando um fetiche oriundo do exotismo. Esse exotismo e a exploração dos corpos de mulheres negras a partir dessa lógica estabelece um panorama no qual não importa a realidade em que as mulheres negras vivam, seus corpos sempre estarão mediados pelos padrões sexuais estabelecidos pelas convenções formuladas a partir do olhar branco. O retrato da Vênus Hotentote é a base que irá formular as representações midiáticas oriundas das imagens de controle da jezebel, da negra reprodutora e da *welfare mother*.

Ainda que as mulheres negras tenham incessantemente negado as imagens de controle, elas persistem no imaginário popular e seguem sendo reverberadas. No que pese não nos depararmos mais com tias Anastácia e Jeminnas tão facilmente veiculadas na mídia, o significado dessas imagens ainda se mantém. Basta analisar a repetição dos papéis de empregada doméstica em famílias de brancos que são constantemente interpretados por atrizes negras nas novelas brasileiras<sup>195</sup>. As narrativas sobre essas mulheres são homogêneas e pouco se alteram, reproduzindo e consolidando estereótipos de submissão na representação popular. A figura da *mammy* cumpre um papel fundamental na perpetuação das ideologias racistas construídas pelas elites dominantes, pois a permanência desse estereótipo permite a

---

<sup>193</sup>COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 83.

<sup>194</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 89.

<sup>195</sup> Sobre esse tema, recomendo o excelente trabalho do cineasta Joel Zito Araújo, sobre a participação de negros e negras nas telenovelas brasileiras. ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: SENAC, 2004.

construção de um lembrete constante sobre as formas de subordinação às quais as mulheres negras estiverem submetidas historicamente. Além disso, a partir dessas imagens de controle, foi possível construir representações da negritude associadas à acomodação perante a situação de injustiça social.

A forma mais rotineira de utilização da imagem de controle da matriarca negra na mídia se dá a partir da figura da *sapphire*. Essa imagem retrata mães negras como mulheres fortes, compulsoriamente trabalhadoras, sem instinto maternal, violentas e castradoras da masculinidade de homens negros.

Retratar mulheres negras enquanto matriarcas agressivas valida o tratamento social, político e jurídico destinado às mães negras. Uma vez que esses estereótipos são articulados para criminalizar mulheres negras, o exercício da maternidade por parte dessas mulheres sempre será questionado, inclusive quando elas perdem seus filhos para as ações policiais que eliminam jovens negros em favelas e comunidades periféricas. A mãe é constantemente culpabilizada pelo assassinato de seus filhos nos comentários proferidos em redes sociais e páginas da internet. É possível encontrar uma correlação entre as figuras relacionadas com a maternidade e a forma com que jovens negros são tratados pelas instituições jurídicas e representados na mídia. Um caso que exemplifica a questão é o assassinato de Tamir Rice, jovem negro norte-americano que foi executado aos 12 anos na cidade de Cleveland, Ohio. O estereótipo de ameaça que é mobilizado aos corpos negros é justificado também a partir da ideia de que a maternidade negra é irresponsável e narcísica. Esses padrões, da ameaça e da inexistência da família, são utilizados para justificar a ação das polícias. São frequentes os casos de jovens negros brasileiros atingidos por balas disparadas por policiais militares. O caso mais recente divulgado na mídia foi o de Kauan Peixoto, morto após ser baleado em uma comunidade da Baixada Fluminense. Kauan saiu da casa de seu pai para comprar um lanche e foi atingido por três tiros que, de acordo com as notícias divulgadas até então, foram proferidos por policiais.

Da mesma forma, ao classificar mulheres negras como usurpadoras da assistência social, as imagens de controle repercutidas na mídia deslegitimam a maternidade negra e criminalizam as mulheres negras que recebem auxílios do governo, o que é útil para o desmantelamento dessas políticas nos momentos de crise econômica e aumento do conservadorismo político. Para além disso, retratar mulheres negras como matriarcas reduz as múltiplas dimensões da maternidade na vida dessas mulheres e cria uma narrativa de uma forma de parentalidade que é disfuncional. Há



uma condenação da maternidade negra por parte da mídia, a qual é sustentada a partir das imagens de controle<sup>196</sup>.

Também é a partir da mídia que a objetificação da mulher negra como o outro da sociedade aprofunda seus contornos. Esse fenômeno aparece especialmente a partir da definição do que é beleza, fazendo com que as mulheres negras recaiam na categoria “outro” quando se trata dos padrões ocidentais. Essa questão é verificável quando refletimos a respeito da representação das mulheres negras em revistas como a *National Geographic*. Segundo estudo conduzido por Catherine Lutz e Jane L. Collins<sup>197</sup> há uma repetição da representação de mulheres africanas nuas ou com os seios à mostra nos meios de comunicação, o que alude a uma natureza incivilizada nos sistemas de valores ocidentais. Há um propósito ideológico ao retratar as mulheres negras africanas dessa forma. Para as autoras, o olhar da revista para o chamado “terceiro mundo” possibilita à audiência americana sustentar uma imagem de si mesma como moderna e civilizada<sup>198</sup>.

O racismo apresenta contornos globais que também estão estabelecidos a partir da proliferação massiva de imagens de controle na mídia de massas, que possibilita um controle transnacional e cada vez menos local. É possível encontrar imagens de controle a respeito da feminilidade negra por todo o globo, as quais vão sendo modificadas conforme o contexto local. Por exemplo, em momentos de crise econômica, as imagens de controle são uma ferramenta importante para justificar alternativas de recuperação financeira que passam necessariamente pelo corte de verbas e recursos em setores chave para a vida da população negra. Essas alterações são justificadas em discursos que se valem das imagens de controle para o fortalecimento de argumentos que se organizam a partir de uma visão que coisifica e reduz a humanidade de mulheres negras numa perspectiva transnacional, tendo a mídia e os recursos do campo da comunicação um papel central na repercussão transnacional das imagens de controle.

As imagens de controle são basicamente formuladas a partir da categoria gênero. Dessa forma, ao retratar mulheres negras a partir de estereótipos

---

<sup>196</sup> GAMMAGE, Marquita Marie. *Representations of Black Women in the Media: The Damnation of Black Womanhood*. New York: Routledge, 2016.

<sup>197</sup> LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago: University Of Chicago Press, 1993.

<sup>198</sup> LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago: University Of Chicago Press, 1993.

relacionados com agressividade, hipersexualidade e mesquinhez, criam-se poderosos símbolos como a mãe agressiva, a *bitch* materialista e manipuladora da cultura hip-hop norte americana, a mulher negra ambiciosa e sexualmente desenfreada obstinada pelo casamento heterossexual ou a *mammy* moderna que defende as estruturas, instituições e as políticas formuladas pela agenda da sociedade branca em detrimento das lutas políticas da comunidade negra<sup>199</sup>.

A partir desse diagnóstico é possível compreender por que a autodefinição de mulheres negras é um tema ainda tão relevante para o pensamento feminista negro. Ainda hoje somos compelidas a negociar aspectos importantes de nossas vidas para que possamos sobreviver. Resistir às definições externas que são mobilizadas para o controle dos nossos comportamentos e corpos, buscando a manutenção dos sistemas de dominação como hierarquias que nos impossibilitam de exercer nossas autonomias, é fundamental para desconstituir a ideia de mulheres negras enquanto o outro da sociedade.

Na próxima sessão, analiso as estratégias de resistência que historicamente as mulheres negras têm empreendido para articular narrativas próprias, independentes e autodefinidas, que sejam capazes de garantir a sobrevivência coletiva não apenas de si, mas da comunidade negra.

### **3.3 A resistência às *imagens de controle* a partir do ponto de vista autodefinido**

Os processos de resistência que as mulheres negras precisam articular para sobreviver às dinâmicas impostas pela matriz de dominação em suas vidas são multifacetados e caracterizados pela dupla consciência que informa o ativismo da negritude. A noção de dupla consciência utilizada por Patricia Hill Collins é originada dos estudos de W. E. B. Du Bois, intelectual negro pioneiro no campo da sociologia, que articula este conceito para descrever as subjetividades de pessoas negras. Na obra “As Almas da Gente Negra”, Du Bois argumenta que a consciência americana é dependente das relações, do diálogo e das interações entre as subjetividades minoritárias e majoritárias; como duas formas separadas, mas entrelaçadas de

---

<sup>199</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.

consciência. Além disso, para Du Bois, é essa dialética que determina o curso da história norte-americana<sup>200</sup>.

[...] o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhoadada com uma visão de segundo grau neste mundo americano - , um mundo que não lhe coincide uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre sentir a sua duplicidade – americano, e Negro, duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados, dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe. A história do Negro americano é a história dessa luta – este anseio por atingir a humanidade consciente, por fundir sua dupla individualidade em um eu melhor e mais verdadeiro<sup>201</sup>.

A forma com que Du Bois concebe a noção de dupla consciência é importante para compreender como Patricia Hill Collins localiza a autodefinição como uma política importante de resistência para as mulheres negras. A luta e o anseio por humanidade que caracteriza a história dos movimentos negros também caracterizam a trajetória de mulheres negras. Contudo, para Patricia Hill Collins, a dupla consciência dessas mulheres, articulada a partir da matriz de dominação, faz com que elas possam apresentar, ao mesmo tempo, a linguagem do opressor como forma de resistência e sobrevivência nos espaços inscritos nos sistemas de dominação, como é o caso da esfera pública, e manifestar um ponto de vista próprio nos espaços onde podem de fato apresentar uma “verdadeira consciência de si”, conforme Du Bois menciona. De acordo com Patricia Hill Collins,

Para sobreviver, aquelas dentre nós para as quais opressão é tão americana quanto uma torta de maçã, sempre tiveram que ser vigilantes, afirma a poeta Negra e feminista Audre Lorde (1984, 114). Essa “vigilância” gera uma consciência dual nas mulheres afro-americanas, em que as mulheres Negras “familiarizam-se com a linguagem e os modos do opressor, chegando a adotá-los algumas vezes para ter certa ilusão de proteção” (p. 114), ao mesmo tempo em que escondem um ponto de vista autodefinido dos olhos curiosos dos grupos dominantes. Ella Surrey, uma trabalhadora doméstica idosa e negra resume a energia necessária para manter autodefinições

---

<sup>200</sup> MEER, Nasar. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the ‘spirit’ of recognition. *The Sociological Review*, [s.l.], v. 67, n. 1, p. 47-62, 19 abr. 2018.

<sup>201</sup> DUBOIS, W.e.b. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999, p. 54.

independentes de forma eloquente: “Nós sempre fomos os melhores atores do mundo... Acho que nós somos muito mais espertas do que eles porque nós sabemos que temos que jogar o jogo. Nós sempre tivemos que viver duas vidas – uma para eles e uma para nós mesmas” (Gwaltney 1980, 238, 240)<sup>202</sup>.

A sobrevivência de mulheres negras neste mundo que a todo momento lhes impõe violências que silenciam suas experiências e buscam nomear por elas como suas vidas se constituem demanda estratégias complexas de resistência que também vão se modificando conforme a dinâmica da matriz de dominação. A autora articula essas ferramentas muito particularmente a partir das experiências de mulheres afro-americanas, mas é possível localizar contornos bastante semelhantes por toda a experiência da diáspora. Há uma longa tradição de resistência por trás de um aparente comportamento de conformidade, que é informada pela autora a partir do conceito de autodefinição.

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras.<sup>203</sup>

Uma das estratégias mais centrais nas políticas de resistência empreendidas pelas mulheres negras é a construção do chamado *conhecimento de oposição*<sup>204</sup>. O conceito de *conhecimento de oposição* pressupõe que para haver mudanças nos discursos dominantes é preciso que os grupos subalternizados organizem de forma corriqueira e sistemática novas formas de expressão da fala e da escrita, as quais

<sup>202</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 107 – tradução da autora.

<sup>203</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p.102, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>204</sup> A própria Patricia Hill Collins classifica o livro ora em comento como conhecimento de oposição. Para a autora, a construção do livro foi uma forma de contribuição mais ampla para o pensamento feminista negro. Sobre o processo de construção da obra enquanto conhecimento de oposição, ver: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought as Oppositional Knowledge*. 2016. Disponível em: <<https://dcqr.ucpress.edu/content/ucpqcr/5/3/133.full.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019

combinam a crítica ao pensamento convencional com alternativas de produção de conhecimento que deem sentido aos fatos sociais e ao comportamento humano. A crítica social ligada aos pontos de vistas distintos desses grupos é que forma o conhecimento de oposição<sup>205</sup>. Esse é um dos argumentos a partir dos quais é possível compreender o pensamento feminista negro enquanto uma teoria crítica social. Além disso, esse artifício é fundamental na resistência às imagens de controle. Segundo Patricia Hill Collins:

Como mães, outras mães<sup>206</sup>, professoras e religiosas em essencialmente todas as comunidades rurais e bairros urbanos, as mulheres negras americanas participaram da construção e reconstrução desses conhecimentos oposicionistas. Por meio das experiências vividas em suas famílias e comunidades, mulheres afro-americanas formaram suas próprias ideias sobre o significado da feminilidade negra. Quando essas ideias encontraram expressão coletiva, as autodefinições das mulheres negras permitiram que elas reformulassem as concepções de autoconhecimento e comunidade influenciadas pela negritude. Essas autodefinições da feminilidade negra foram projetadas para resistir às imagens negativas controladoras da feminilidade negra promovida pelos brancos, bem como às práticas sociais discriminatórias que essas imagens controladoras sustentavam. Ao todo, a participação das mulheres negras na elaboração de uma cultura afro-americana em constante mudança promoveu visões de mundo distintamente negras e centralizadas por mulheres<sup>207</sup>.

Ao incorporar cantoras, romancistas e ativistas enquanto intelectuais, Patricia Hill Collins desafia as *imagens de controle* sobre mulheres negras a partir de uma outra concepção de intelectualidade, organizada no conhecimento produzido por mulheres negras ainda que elas tenham vivenciado um longo período de supressão e diminuição de suas experiências e vivências enquanto passíveis de construção de conhecimento social. Uma vez que as instituições de produção de conhecimento reforçam essas imagens e acabam atuando para destituir essas mulheres de seus processos de autodefinição, formular uma teoria em que a intelectualidade é reconhecida para além dos parâmetros estabelecidos pelos grupos dominantes é uma

---

<sup>205</sup> COY, Patrick G.; WOEHRLE, Lynne M.; MANEY, Gregory M.. A Typology of Oppositional Knowledge: Democracy and the U.S. Peace Movement. *Sociological Research Online*, [s.l.], v. 13, n. 4, p.1-15, jul. 2008.

<sup>206</sup> O termo no idioma original é *othermothers*. *Othermothers* são mulheres que exercem a maternidade com crianças que não são suas filhas biológicas. Essa narrativa é comum no interior das famílias entendidas negras.

<sup>207</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 13 – tradução da autora.

forma poderosa de negar os estereótipos racistas e sexistas sobre essas mulheres e construir uma perspectiva autodefinida que possibilita o resgate da autonomia. Quando, por exemplo, Jurema Werneck mobiliza o conceito de *lalodê* para narrar a trajetória de mulheres negras no samba em sua tese de doutoramento, a autora desafia imagens de controle que são constantes no contexto brasileiro e que se organizam a partir de uma ideologia jurídica que criminaliza as expressões religiosas de matriz africana. O estereótipo da “negra macumbeira”, perigosa, abjeta e desprezível socialmente é substituído por uma categoria que centraliza o protagonismo feminino negro na resistência política e cultural ao racismo sexista. Essa estratégia intelectual é importante porque tem uma dimensão múltipla que não apenas indica o longo histórico de resistência de mulheres negras, como também contribui para a desconstituição das expressões religiosas das tradições de matriz africana como um aspecto da alienação da negritude.

*lalodê* é uma palavra em ioruba, língua utilizada em diversos contextos das expressões religiosas de matriz africana. Essa palavra é uma titulação dada à Oxum e Nanã, divindades que tem uma relação importante de contraposição política com o masculino. Segundo Jurema Werneck,

Oxum e Nanã, são notáveis por suas ações de confronto ao poder masculino e pela reafirmação da igualdade e dos poderes das mulheres. Daí serem chamadas de *lalodês*. Ou seja, o título decorre de sua ação política em defesa da condição feminina como detentora de poder e de capacidade de luta<sup>208</sup>.

Mulheres negras têm desafiado o complexo de opressões que articula o controle de seus corpos e de suas vidas para produzir uma percepção autônoma e política a respeito de si mesmas. O controle que é exercido pelos grupos dominantes nas mais variadas dimensões das vidas de mulheres negras apresenta um comportamento dinâmico que se altera conforme vão se modificando as estruturas sociais que sustentam as posições de poder articuladas na matriz de dominação. Compreender como as interações entre os sistemas de dominação produzem violências históricas é fundamental para aprofundar as análises sociais avaliando

---

<sup>208</sup> WERNECK, Jurema Pinto. O Samba Segundo as lalodês: mulheres negras e cultura midiática. 2007. 318 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=10](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10)>. Acesso em: 01 dez. 2018. p. 69.

como a dinâmica das opressões se apresenta para os diversos grupos subordinados. Segundo Patricia Hill Collins, a intelectualidade de mulheres negras desafia não apenas a fixação dessas mulheres em estereótipos confinados em uma política sexual dominante e hegemônica voltada à negritude, mas também articulam posições críticas mais amplas<sup>209</sup>.

A luta pela abolição da escravatura nas Américas é um marco histórico na constituição do pensamento feminista negro. Essa forma de resistência que, entre outras coisas, envolveu petições, defesa legal, esforços educacionais e provisões de segurança para escravizados foi um dos espaços onde mulheres negras, através de escritos e palestras, começaram a apresentar um ponto de vista autodefinido sobre suas estratégias políticas e intelectuais.

Entre as lideranças abolicionistas no contexto norteamericano, destacam-se mulheres como Harriet Tubman, Sojourner Truth, Frances Harper e Maria Stewart, a primeira pensadora feminista negra que é mencionada por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Maria Stewart convocava as mulheres negras a desafiar as lógicas opressivas que controlavam suas vidas e a serem detentoras de suas próprias narrativas e definições sobre si mesmas. Ou seja, são as próprias mulheres negras que irão questionar o sistema e a si mesmas a respeito das *imagens de controle*, constituindo uma política emancipatória pujante que se centra no enfrentamento aos estereótipos racistas que operam ideologicamente a partir da feminilidade negra. O chamado de Maria Stewart pela libertação e exaltação da comunidade negra se dava a partir do chamado pela autonomia de mulheres negras.

Maria Stewart desafiava as mulheres negras norte-americanas a rejeitarem as imagens negativas sobre a feminilidade negra, as quais eram tão preponderantes naquele tempo, destacando como as opressões de raça, gênero e classe eram as causas fundamentais da miserabilidade das mulheres negras. [...] Maria Stewart não se contentava em apontar a fonte da opressão das mulheres negras. Ela incentivava as mulheres negras a estabelecerem definições próprias de autoconfiança e independência<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

<sup>210</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 1 – tradução da autora.

A resistência às *imagens de controle* é parte central da constituição do pensamento feminista negro desde os seus primórdios, como visto. Patricia Hill Collins descreve como as figuras estereotipadas a respeito da feminilidade de mulheres negras tem sido fortemente contestada pelas intelectuais negras norte-americanas, tanto a partir de trabalhos que se destinam a observar como as imagens de controle reverberam no meio cultural – produção de análises que se dedicam a descrever quais são as estratégias das mulheres negras para constituir definições próprias – como também através de pesquisas que avaliam o impacto desse fenômeno na vida social das mulheres negras. Tratando especificamente das pesquisas a respeito das imagens de controle da matriarca e da *mammy*, Patricia Hill Collins afirma:

As intelectuais negras que estudam famílias afro-americanas e maternidade geralmente relatam ter encontrado poucas matriarcas e um número ainda menor de *mammies* (Myers, 1980; Sudarkasa, 1981b; Dill, 1988b). Em vez disso, eles retratam as mães afro-americanas como indivíduos complexos que frequentemente demonstram uma força tremenda sob condições adversas, ou que ficam abatidas pelas incessantes exigências de prover suas famílias. Em *A Raisin in the Sun*, a primeira peça apresentada na Broadway escrita por uma mulher negra, Lorraine Hansberry (1959) examina as lutas da viúva Lena Younger para concretizar seu sonho de comprar uma casa para sua família. Em *Brown Girl, Brownstones*, a romancista Paule Marshall (1959) apresenta a Sra. Boyce, uma mãe negra que negocia uma série de relacionamentos com o marido, as filhas, as mulheres da comunidade e o trabalho acerca de como ela deve se portar fora de casa. *Loving Her* (1974) de Ann Allen Shockley retrata a luta de uma mãe lésbica tentando equilibrar suas necessidades de autorrealização com as pressões da criação de filhos em uma comunidade homofóbica<sup>211</sup>.

Historicamente, retratar pessoas negras como empregados fiéis, abnegados, dependentes e enternecidos pelos seus senhores tem sido uma representação constante nas narrativas populares e acadêmicas nas Américas. A partir da imagem de controle da *mammy* os sistemas de opressão mantêm-se em uma justificativa ideológica que controla um discurso sobre a forma com que mulheres negras visualizam o trabalho.

A maneira como as diferentes experiências de trabalho entre mulheres escravizadas moldou sua resistência de forma múltipla é uma característica que

---

<sup>211</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Epistemology. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 83 – tradução da autora.



atravessou os tempos e auxiliou na construção das estratégias políticas do movimento negro. O sistema de ganho, por exemplo, é um fator que implicou na presença das mulheres negras no âmbito público em um momento histórico no qual as mulheres brancas eram proibidas de trabalhar. Dessa forma, a emancipação que as mulheres brancas buscavam através do trabalho não contemplava a agenda política das mulheres negras, pois seus corpos sempre estiveram no espaço público.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de suas existências ofuscado pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras<sup>212</sup>.

As escravas de ganho apropriavam parte do dinheiro recebido em suas tarefas, o que possibilitava que elas pudessem comprar sua própria liberdade<sup>213</sup>. Essa ação por si só tem significados bastante importantes para a luta das mulheres, uma vez que a visão romantizada a respeito da salvação das mulheres resta desmantelada, já que essas mulheres resgatavam a si mesmas. Não apenas a si mesmas, como também às suas companheiras, aos seus maridos e até mesmo outros negros e negras com as quais as mesmas não tinham nenhum tipo de relação a não ser o laço solidário da experiência da escravização.

O ativismo intelectual de mulheres negras, tem desempenhado o papel de desafiar as imagens de controle, significando, a partir da própria experiência, narrativas mais autênticas sobre a vida e o cotidiano da população negra. É importante destacar, contudo, que apesar da busca pelo exercício da própria voz ser uma política de resistência importante, o silêncio não deve ser visto como uma forma de submissão quando se trata de mulheres negras.

O silêncio, muitas vezes, também é uma ferramenta de resistência. Basta pensar no impacto que a negativa em demonstrar sofrimento quando das violências exercidas por senhores de escravos aos corpos de mulheres negras produziram na

---

<sup>212</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

<sup>213</sup> SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-71, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20856/13456>>. Acesso em: 10 out. 2018.

resistência contra a escravidão. O simples ato de não gritar ao ser chicoteada, é uma forma de autodefinição. Contudo, essa é uma estratégia que reconhecemos enquanto um exercício de coragem e autoridade, mas que não romantizamos. A insistência em apresentar outras narrativas sobre a vida de mulheres negras que estejam alicerçadas para além da dor também é uma forma de autodefinição. Sobretudo, a luta para que a mercantilização das dores de mulheres negras não seja uma constante, maquiada em suposto empoderamento, é significativa nesse sentido<sup>214</sup>.

Intelectuais negras dos Estados Unidos exploraram por muito tempo esse espaço privado e oculto da consciência da mulher negra, das ideias “interiores” que permitem às mulheres negras aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que se interseccionam. Como as mulheres afro-americanas enquanto grupo conseguiram encontrar a força para se oporem à nossa objetificação como “as mulas do mundo”? Como conseguimos justificar as vozes de resistência de Audre Lorde, Ella Surrey, Maria Stewart, Fannie Barrier Williams e Marita Bonner? Que base serviu de sustentação para que Sojourner Truth pudesse perguntar “Não sou eu uma mulher?” As vozes dessas mulheres afro-americanas não são de vítimas, mas de sobreviventes. Suas ideias e ações não só sugerem que existe um ponto de vista autodefinido e de grupo de mulheres negras, mas que sua presença foi essencial para a sobrevivência das mulheres negras norte-americanas<sup>215</sup>.

No contexto brasileiro, o questionamento ao culto à mãe preta é parte do processo de autodefinição de mulheres negras. Intelectuais como Lélia Gonzalez se dedicaram a problematizar essa imagem que no Brasil era utilizada como um símbolo da harmonia racial brasileira<sup>216</sup>. Lélia, ao problematizar a figura da mãe preta, também demonstra como em verdade é exatamente essa mulher que irá engendrar estratégias de resistência, algo que Patricia Hill Collins também aponta a partir da noção de autodefinição. Conforme Gonzáles:

É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade

---

<sup>214</sup> HOOKS, bell. Moving Beyond Pain. 2016. Disponível em: <<http://www.bellhooksinstitute.com/blog/2016/5/9/moving-beyond-pain>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

<sup>215</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 108-109 – tradução da autora.

<sup>216</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983.

de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o português. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas<sup>217</sup>.

Lélia Gonzáles rearticula a imagem de controle da mãe preta a partir de um conteúdo próprio, organizado pelas mulheres negras, e que demonstra com bastante evidência os motivos pelos quais a figura da mãe preta, estereotipada, é acionada pelas elites como forma de naturalização do racismo e do sexismo. A forma com que Lélia Gonzales redefine a figura da mãe preta é uma demonstração concreta do desafio permanente que as mulheres negras encontram em suas trajetórias: o enfrentamento às imagens de controle. Conforme Patricia Hill Collins:

As experiências de mulheres negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia-a-dia e as imagens de controle da condição de mulher negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação<sup>218</sup>.

A produção literária de mulheres negras tem sido uma ferramenta potente de desarticulação das imagens de controle. As obras de Toni Morrison e Conceição Evaristo são exemplos potentes nesse sentido. Em *Sula*<sup>219</sup>, por exemplo, as relações estabelecidas entre as mulheres da narrativa desarticulam uma série de imagens de controle que são construídas pela hegemonia branca, tendo destaque a

<sup>217</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 235.

<sup>218</sup> COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 99 – tradução da autora.

<sup>219</sup> MORRISON, Toni. Sula. New York: Vintage, 2015.

desconstrução da imagem da matriarca. O processo de constituição da identidade da personagem principal está diretamente relacionado com as relações que ela estabelece com outras mulheres negras, o que é uma representação literária dos processos de autodefinição a partir dos espaços seguros, conforme Patricia Hill Collins descreve. Para além disso, a forma com que Toni Morrison descreve as famílias negras que estão envolvidas na narrativa demonstra sua preocupação em desmistificar a ideia de que as trajetórias de pessoas negras são homogêneas, inexistindo complexidades<sup>220</sup>.

Para Patricia Hill Collins, as respostas que a comunidade negra articula em relação às imagens de controle apresentam-se de forma múltipla e contraditória. A estratégia de convencimento que os grupos dominantes utilizam para que mulheres negras apresentem a si mesmas a partir de uma imagem que reforça estereótipos sexuais, mas que aparenta independência e empoderamento, são vitórias da lógica de dominação encerrada nas imagens de controle. Ou seja, na concepção de Patricia Hill Collins, é possível que individualmente as pessoas negras sejam partícipes da sua própria opressão. É comum que a narrativa do empoderamento a partir do exercício da sexualidade de forma explícita e exacerbada apareça nas vivências das mulheres negras que se consagram no mundo dos negócios do entretenimento, especialmente na música. Contudo, nesse sentido, é importante pensar na agência que esses indivíduos exercem. Conforme a autora:

Os afro-americanos expressam respostas bastante diversas e muitas vezes contraditórias aos desafios levantados pela política sexual negra predominante. Como Jennifer Lopez e Destiny's Child podem ser mulheres independentes e *bootylicious*<sup>221</sup> ao mesmo tempo? Se Sarah Bartmann, Josephine Baker, Destiny's Child e Jennifer Lopez puderem ser convencidas a se perceberem apenas em termos do valor de suas "bundas" nas relações de mercado, então a opressão está completa. Se os homens afro-americanos aceitarem as imagens de si mesmos como garotos sexualmente irresponsáveis como os

---

<sup>220</sup> CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. Uma história de mulheres: a genealogia feminina em Sula, de Toni Morrison. Revista da ANPOLL, Florianópolis, v. 1, n. 28, p. 265-284, 2010. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/168>>. Acesso em: 28 out. 2018.

<sup>221</sup> Referência à canção *Bootylicious*, do grupo Destiny's Child, que integra o álbum *Survivor*, em que também está a canção *Independent Woman*. Tanto nas canções de Beyoncé, Destiny's Child e Jennifer Lopez, a referência ao corpo sexualmente atraente é constante. Evidentemente que esse corpo obedece a um padrão que é estabelecido a partir dos critérios do que é vendável na mídia hegemônica, padrões que estão articulados a partir de uma lógica branca. O corpo é tratado nessas canções como uma ferramenta de poder que é articulada para a submissão dos homens às mulheres. *Bootylicious* é um termo norte americano introduzido pela cultura hip hop.

retratados em Montel Williams, Maury Povich e Jerry Springer, então eles também participam da estruturação de sua própria opressão. Mas será que alguém alguma vez já esteve sem agência a este ponto?<sup>222</sup>

É importante retomar que para a própria Patricia Hill Collins a resistência às imagens de controle não se constitui de forma uniforme para mulheres negras. Sendo assim, quando a autora questiona a forma com que mulheres negras que tem um maior alcance midiático se apropriam dos estereótipos a respeito de sua feminilidade e sexualidades, ainda que repetindo determinados padrões, acaba descartando essa possibilidade enquanto estratégia política. Considerando que ser uma mulher negra já é estar em uma posição social de desprestígio, manipular esses estereótipos de forma individual para gerar visibilidade a artistas que durante muito tempo foram ignoradas pela indústria da música pop pode ser considerado uma resposta política às imagens de controle<sup>223</sup>.

A forma profunda com a qual a vida de mulheres negras é impactada pelas imagens de controle cria experiências contraditórias nas quais a fuga da imposição de um estereótipo pode significar a recaída em outro. Patricia Hill Collins, ao mencionar a importância da formulação da sexualidade da população negra numa perspectiva política, retoma o exemplo de Josephine Baker como pano de fundo para refletir os potenciais das ferramentas de resistência de que mulheres negras têm lançado mão para a sua sobrevivência. Josephine Baker nasceu em uma comunidade pobre norte-americana e mudou-se para Paris. Atriz, cantora, dançarina e espiã, foi inúmeras vezes a “primeira”. Foi para a França na perspectiva de fugir da imagem de controle da *mammy*, buscando na audiência parisiense a possibilidade de controlar a própria história. Ainda hoje é reconhecida muito mais por suas performances de dança com pequenas saias ornadas por bananas do que pela sua inestimável contribuição enquanto ativista dos movimentos por direitos civis norte-americanos e pelo serviço de espionagem que prestou à resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial. A partir da história de Josephine Baker, é perceptível que o pioneirismo de mulheres negras por si só não significa que o pensamento hegemônico está disposto a reconhecer os processos de emancipação dessas mulheres, sendo necessário

---

<sup>222</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. New York: Routledge, 2004.p. 51 – tradução da autora.

<sup>223</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 30-31.

fortalecer estratégias políticas no interior das comunidades negras e nos espaços seguros de mulheres negras, os quais garantam que a autodefinição e valoração dessas mulheres tenha maior importância do que as definições externas que recaem sobre suas trajetórias<sup>224</sup>. A agência de Josephine Baker, contudo, lhe deu a possibilidade de escolher não reproduzir a imagem da *mammy*, tão recorrente na mídia americana em sua época. Conforme Patricia Hill Collins:

As mulheres negras lutavam para exercer agência e autodefinição em relação a essas imagens e às práticas sociais que defendiam. Evidentemente ciente dos estereótipos sexuais aplicados às mulheres de ascendência africana, Josephine Baker desempenhou o papel da "primitiva", mas por suas próprias razões. Baker entretinha os franceses com sua franqueza sobre seu corpo, um exemplo importante de como uma sexualidade imaginada, incivilizada e selvagem permanecia associada à negritude no pensamento social ocidental e continuava como um sinal de diferença racial. Mas Baker foi realmente libertada sexualmente, ou sua performance foi uma ilusão cuidadosamente planejada que, na tradição trapaceira afro-americana, foi projetada para manipular os gostos de seu público europeu? A biografia de Baker sugere um nível de sofisticação que lhe permitiu ir além de sua representação inicial como um "primitivo" de seios perfeitos. Baker pode ter inicialmente feito danças de banana, mas do ponto de vista dela, ela escapou de realizar as onipresentes "canções de *mammy*" atribuídas a Ethel Waters, Hattie McDaniel e outras mulheres nos Estados Unidos. Na França, Baker garantiu que ela fosse bem recompensada por suas performances<sup>225</sup>.

Patricia Hill Collins explica como a espetacularização dos corpos de mulheres negras cria uma contradição que diz respeito à agência e à utilização desses corpos para atender aos propósitos das políticas estruturais controladas pelos grupos dominantes:

Cada espetáculo marca a contradição das percepções ocidentais dos corpos africanos e da agência das mulheres negras quanto ao uso de seus corpos. Juntos eles enquadram e inventaram o discurso da sexualidade negra. Para o público francês e britânico, Sarah Bartmann serviu como um sinal de diferença racial usada para justificar a crescente crença na superioridade da civilização branca e a

---

<sup>224</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge, 2004.

<sup>225</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge, 2004, p. 28 – tradução da autora.

inferioridade dos chamados povos primitivos necessários para o colonialismo<sup>226</sup>.

Se por um lado a sexualidade de mulheres negras é utilizada pelos grupos dominantes para marcar diferenças raciais é também a sexualidade que será uma forma de resistência às imagens de controle. As possibilidades de autodefinição para mulheres negras estabelecem-se a partir da organização de uma voz que possibilita o controle de narrativa a respeito de suas próprias narrativas. O exemplo mobilizado por Angela Davis a partir das narrativas das cantoras de *blues* é significativo nesse contexto. Conforme Patricia Hill Collins:

As mulheres negras da classe trabalhadora nas áreas urbanas queriam respeito, mas viam as contradições que atormentavam essa versão de respeitabilidade. A sexualidade era um dos poucos domínios em que as massas de mulheres afro-americanas podiam exercer autonomia e, assim, distinguir-se tangivelmente como mulheres livres tanto da exploração sexual da escravidão quanto das exigências de ter treze bebês em famílias rurais sulistas. Em seu estudo sobre o legado das mulheres negras no blues, Angela Davis aponta que “a negação da agência sexual era em um aspecto importante à negação da liberdade para as mulheres negras da classe trabalhadora”. *Mammy* e *Jezebel* podem ter permanecido instaladas nas mentes brancas como arquétipos da feminilidade negra, mas as mulheres negras da classe trabalhadora resistiram e retrabalharam essas imagens de maneira diferente das mulheres negras de classe média. Principalmente através de uma cultura do blues que deu voz às suas preocupações, eles também rejeitaram *Jezebel* como o ícone de uma sexualidade feminina negra degradada, mas se recusaram a abandonar a sexualidade da mulher negra baseada em sensualidade e desejo. A respeitabilidade era um preço muito alto. Em vez disso, definiram seus eus sexuais em termos muito mais próximos das sensibilidades eróticas sobre a expressividade, a sensualidade e a sexualidade femininas negras. Angela Davis relata como a urbanização permitiu o surgimento do blues das mulheres negras, que deu voz à consciência e à sexualidade das mulheres operárias negras emergentes. O blues feminino forneceu um espaço cultural para a construção da comunidade entre as mulheres negras da classe trabalhadora, e foi um espaço no qual “as coerções das noções burguesas de pureza sexual e 'verdadeira feminilidade' estavam ausentes”<sup>227</sup>.

A tradição do *blues* de mulheres negras é compreendida por Patricia Hill Collins enquanto um espaço seguro, o que auxilia a compreender como essas mulheres

---

<sup>226</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge, 2004, p. 27-28 – tradução da autora.

<sup>227</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge, 2004, p.72 – tradução da autora.

foram capazes de redefinir concepções sobre a sexualidade a partir da música. A música, aqui entendida enquanto uma tradição da comunidade negra e não enquanto mercado, é um lugar não-institucional em que as mulheres negras podem exercer a própria voz. A partir dos estudos de Angela Davis, Patricia Hill Collins sugere que o *blues* de mulheres negras é um discurso de resistência às imagens de controle.

Para além da dimensão do discurso inscrito nas canções do *blues*, a música por si só tem relevância nos processos de resistência das comunidades negras por ser uma forma não apenas de expressar o seu cotidiano a partir da própria experiência, mas também por auxiliar nos momentos de superação das violências a que são submetidas. A música atua como uma potente forma de expressão da dor, ao mesmo tempo em que ajuda a superar as mesmas dores que é capaz de expressar. Conforme Patricia Hill Collins:

Tradicionalmente, o blues assumiu uma função similar, na cultura oral afro americana, àquela assumida pela mídia impressa para uma cultura branca baseada em imagens. O blues não era apenas entretenimento – era uma maneira de solidificar a comunidade e de comentar sobre o tecido social da vida da classe trabalhadora negra nos Estados Unidos<sup>228</sup>.

Compreender as estratégias de resistência de mulheres negras às imagens de controle prescinde da percepção de que a forma com que mulheres negras foram objetificadas enquanto o Outro da sociedade organiza um fenômeno que faz com que em algumas situações as próprias mulheres negras sejam partícipes da própria opressão, como já visto. No que pese não nos retratarmos a partir dos estereótipos contidos nas imagens de controle, a matriz de dominação na qual essas imagens estão articuladas produz incoerências que reforçam o pensamento hegemônico acerca das vivências da comunidade negra. É nesse sentido que se fazem tão necessários os espaços seguros para os processos de autoavaliação e autodefinição da feminilidade negra, pois nesses espaços as possibilidades de operação da objetificação de mulheres negras são infinitamente menores<sup>229</sup>.

Nesse sentido, o debate a respeito da sexualidade de mulheres negras tem um contorno relevante enquanto uma agenda potente para desafiar imagens de controle.

---

<sup>228</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 116 – tradução da autora.

<sup>229</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009 – tradução da autora.



Na contemporaneidade, os efeitos do exercício da sexualidade não heteronormativa são menos estereotipados entre as mulheres negras do que outrora já foram. As estratégias de resistências de negras lésbicas possibilitaram que as mais jovens pudessem exercer suas sexualidades de forma mais segura no interior dos movimentos feministas negros. Isso não quer dizer que este é um espaço extremamente seguro para a autonomia sexual de mulheres negras, mas certamente, na atualidade, a identidade de mulheres negras lésbicas é exercida de maneira mais autêntica do que décadas atrás. Desde a década de 1990 há uma maior disposição em explorar as construções sociais das sexualidades de mulheres negras, o que é reflexo da tradição intelectual de mulheres negras lésbicas como Audre Lorde, Barbara Smith, Heliana Hemetério e Cheryl Clarke. A partir desse giro, é possível visualizar cada vez mais a sexualidade não enquanto um aspecto individual, mas como um “sistema de dominação no qual os indivíduos constroem identidades únicas”<sup>230</sup>.

A compreensão do heterossexismo enquanto um sistema de dominação é fundamental para a consolidação dessa agenda política. Segundo Patricia Hill Collins, da mesma forma com que as opressões de raça e gênero marcam os corpos a partir de significados sociais, o heterossexismo marca os corpos a partir de significados sexuais<sup>231</sup>. A autora define o heterossexismo como a crença inerente na superioridade de uma forma de expressão sexual como norma dominante<sup>232</sup>. Ao compreender o heterossexismo enquanto um sistema de poder, é possível enfatizar suas duas dimensões: uma simbólica e outra estrutural. Conforme Patricia Hill Collins:

A dimensão simbólica refere-se aos significados sexuais usados para representar e avaliar as sexualidades das mulheres negras. Por exemplo, por meio da figura da *"hoochie"*, as sexualidades das mulheres negras são vistas como não naturais, sujas, doentes e pecaminosas. Em contraste, a dimensão estrutural engloba como as instituições sociais são organizadas para reproduzir o heterossexismo, principalmente através de leis e costumes sociais. Por exemplo, recusando-se a processar estupradores de mulheres negras porque elas são vistas como “aberrações” sexuais, constituindo uma prática social que reforça e molda essas estruturas simbólicas. Embora

---

<sup>230</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 137.

<sup>231</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 139.

<sup>232</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 139.

analiticamente distintas, na verdade, essas duas dimensões funcionam juntas<sup>233</sup>.

Combater as imagens de controle a partir da premissa do heterossexismo como um sistema de dominação revela-se como uma agenda política potente quando refletido em relação à agência de mulheres negras, atentando que a sexualidade da comunidade negra é controlada a partir de uma matriz de dominação histórica que é organizada pelos sistemas de dominação de raça, classe e gênero. De acordo com Patricia Hill Collins, a agência de mulheres negras perante sua sexualidade é um aspecto relevante para as políticas de autodefinição em seu aspecto individual. Considerando que a heterossexualidade opera uma ideologia hegemônica que consiste em considerar a sexualidade heterossexual como normal e todas as outras como suspeitas ou desviantes, a agência sexual de mulheres negras pode ser considerada enquanto uma política de empoderamento constituída pela autodefinição.

Como as mulheres afro-americanas expressam uma série de sexualidades, incluindo celibato, heterossexualidade, lesbianidade e bissexualidade, com diferentes formas de expressão sexual mudando ao longo do curso da vida, as autodefinições das mulheres negras se tornam essenciais. É importante ressaltar que as dimensões simbólicas e estruturais do heterossexismo são sempre contestadas. Individualmente, mulheres negras constroem significados e práticas sexuais dentro dessa estrutura abrangente de relações heterossexuais de poder. Assim, a agência individual de qualquer mulher negra norte-americana emerge no contexto de estruturas institucionais maiores e histórias de grupo particulares que afetam outras mulheres. Para mulheres negras, individualmente, a luta está em rejeitar ideias e práticas definidas externamente definidas e reivindicar o erótico como um mecanismo para o empoderamento.

Em *Lésbicas Negras, identidades interseccionais*<sup>234</sup>, Ariana Mara Silva aborda como a identidade sexual lésbica de ativistas negras brasileiras impacta as experiências sociais dessas mulheres. A autora utiliza os relatos dessas mulheres para refletir como o entrecruzamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade impacta a atuação política, centralizando a análise a partir da sexualidade lésbica, comumente silenciada mesmo dentro dos movimentos feministas negros.

---

<sup>233</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, p. 139 – tradução da autora.

<sup>234</sup> SILVA, Ariana Mara. *Lésbicas negras, identidades interseccionais*. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 7, p.117-133, mai. 2017. Disponível em: <<https://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21673/14306>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Mesmo no interior dos movimentos de mulheres negras, os temas relativos à sexualidade pendiam para um padrão heteronormativo. É constante nos relatos das ativistas feministas negras brasileiras o receio em serem taxadas de “sapatonas”, “machorras” e outros termos mais ou menos pejorativos. Esse temor tem relação direta com a experiência do racismo. Essas mulheres já estavam marcadas por duas identidades que significavam estigmas sociais, a identidade feminina e a identidade negra. Carregar mais uma característica que originava violências, portanto, organizava um determinado medo coletivo que acabava por cercear determinadas ações políticas. No que pese o movimento de mulheres negras ser marcado pela articulação de raça, gênero, classe e sexualidade, enquanto categorias políticas centrais para analisar a sociedade, a sexualidade é um tema permeado por silenciamentos e recusas. Mulheres negras lésbicas e transexuais vivenciam a violência do apagamento e da não-escuta em razão do heterossexismo, mesmo no movimento de mulheres negras.

O ativismo de mulheres negras, nas suas mais variadas nuances, é uma estratégia importante enquanto política de resistência às imagens de controle. Patricia Hill Collins destaca, contudo, que os movimentos de mulheres negras, o ativismo intelectual dessas mulheres, bem como as iniciativas individuais de lutas contra os sistemas de organização, também se dá dentro da matriz de dominação. Uma vez que essa matriz opera para obstaculizar os processos de subjetivação de mulheres negras como uma forma de manutenção dos privilégios da elite, é bastante óbvio que as lutas enfrentadas por essas mulheres serão consideravelmente árduas e duras. Esse aspecto faz com que as estratégias organizadas por essas mulheres sejam ainda mais potentes para a desarticulação dos sistemas de poder. “Se o poder como dominação é organizado e opera através de opressões cruzadas, então a resistência deve mostrar complexidade comparável”<sup>235</sup>.

As organizações de mulheres negras desempenham um papel central nesse sentido, demonstrando como as desigualdades de gênero e sexualidade afetam as comunidades negras. O movimento de mulheres negras no Brasil, enquanto movimento social, consolida-se no final da década de 80, a partir do Encontro Nacional

---

<sup>235</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 218.

de Mulheres Negras ocorrido em Valença (RJ) em 1988<sup>236</sup>. A necessidade de articular espaços próprios para que mulheres negras pudessem compartilhar suas experiências e pensar políticas voltadas à própria sexualidade foi um dos catalisadores da ampliação de organizações desse tipo no final do século XX no contexto pátrio. Organizações não governamentais de mulheres negras como Criola<sup>237</sup>, Gelédes<sup>238</sup> e Maria Mulher<sup>239</sup> são exemplos potentes dessa trajetória. Parte significativa do trabalho desenvolvido por essas organizações tem por objetivo dismantelar estereótipos que se constituem a partir de uma deturpação da sexualidade de mulheres negras, mitos que são centrais para a articulação das *imagens de controle*. A ideia de mulheres negras como máquinas sexuais, a partir de um mito que afeta a sexualidade da comunidade negra em razão de uma percepção de lascívia, tem impacto profundo na forma com que elas irão exercer a sexualidade tanto numa perspectiva individual, quanto numa posição política. Confrontar esses estereótipos a partir de pontos de vista auto-definidos articulados no interior dessas organizações é uma das mais importantes ferramentas de resistência à dimensão ideológica do racismo e do sexismo.

Contudo, a conformação de um ponto de vista autodefinido de mulheres negras não significa a finitude das inúmeras contradições e complexidades que caracterizam o pensamento feminista negro. As tensões no interior dos movimentos de mulheres negras, sobretudo a partir de um esforço maior em disputar a nomeação das estratégias do que a agenda inscrita nessas estratégias, acaba criando outras dificuldades no ativismo de mulheres negras. Conforme Patricia Hill Collins:

---

<sup>236</sup> FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, jun. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n2/2179-8966-rdp-09-02-1080.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>237</sup> Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 com destacada atuação na defesa e na promoção dos direitos das mulheres negras. A organização que tem sede na cidade do Rio de Janeiro tem por missão auxiliar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.

<sup>238</sup> Gelédes Instituto da Mulher Negra foi fundado em 1988. É uma organização da sociedade civil com sede em São Paulo, referência internacional sobre mulheres negras no Brasil. Atua em defesa de mulheres e negros a partir da compreensão de que estes grupos estão em histórica desvantagem social em função do racismo e do sexismo.

<sup>239</sup> Maria Mulher é uma organização de mulheres negras que atua no Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Porto Alegre. É uma entidade feminista que atua em defesa dos direitos humanos das populações excluídas, especialmente, afrodescendentes. Foi criada em 1987 e é uma das organizações pioneiras de mulheres negras no Brasil. a

o pensamento feminista negro engloba diversos significados muitas vezes contraditórios. Apesar do fato de que as mulheres negras americanas, em particular, gastaram uma energia considerável em nomear os conhecimentos das mulheres negras, as tensões de definição não apenas persistem, mas também enfrentam mudanças no clima político cheias de novos obstáculos. Quando o próprio vocabulário usado para descrever o pensamento feminista negro é atacado, as autodefinições das mulheres negras se tornam ainda mais difíceis de alcançar<sup>240</sup>.

Os espaços seguros são locais de rearticulação de mudanças para mulheres negras. Esse processo de transformação se dá a partir da possibilidade de construção da subjetividade. A persistência de mulheres negras em definirem suas próprias narrativas é um exercício de validação do empoderamento dessas mulheres, um poder que está inscrito na retomada da sua humanidade. Desafiar as imagens de controle e construir noções de feminilidade que são próprias é um aspecto central da busca por autodefinição, processo que ocorre preponderantemente nos espaços seguros. Quando as mulheres negras articulam pontos de vistas autodefinidos e validam essas posições de forma coletiva, é possível exercer o empoderamento político, o qual ocorre a partir de uma mudança de consciência que permite que essas mulheres defendam seus pontos de vista em contraposição aos discursos dominantes. Ou seja, o processo de subjetivação de mulheres negras permite que elas possam exercer sua cidadania de forma plena para além dos espaços seguros, afirmando sua agência, autonomia e independência. Quando podemos controlar a nossa própria narrativa, nomear nossas experiências e participar da vida pública em nossos próprios termos, somos, definitivamente, mulheres empoderadas.

A insistência nas autodefinições das mulheres negras reformula o diálogo inteiro. De um diálogo que protesta contra a exatidão técnica de uma imagem – isto é, refuta a tese do matriarcado negro – para outro que reforça a dinâmica de poder subjacente ao próprio processo de definição em si. Ao insistir na autodefinição, as mulheres negras questionam não só o que tem sido dito sobre as mulheres afro americanas, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que possuem o poder de definir. Quando mulheres negras nos definimos, nós claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade de interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto. Mesmo sem levar em conta o conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir na

---

<sup>240</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 24-25 – tradução da autora.

autodefinição da mulher negra valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos<sup>241</sup>.

O conceito de espaço seguro dialoga com o conceito de terceiro espaço, articulado por Homi Bhabha<sup>242</sup>, a partir do qual o autor sustenta a necessidade espaços próprios para que as mulheres possam articular identidades novas e distintas. Da mesma forma, o conjunto de estratégias articuladas para que mulheres negras possam exercer a própria voz cria condições para que elas sejam capazes de criar narrativas alternativas às estabelecidas pelos sistemas de dominação. Os afetos entre mulheres negras, a música e a escrita são espaços nos quais as experiências dessas mulheres são passíveis de adquirir centralidade para a produção de novos significados não apenas sobre seus próprios cotidianos, mas sobre a sociedade. A resistência às imagens de controle a partir de locais próprios, independentes e não mediados pelas lógicas opressoras dos grupos dominantes que visam manter as mulheres negras em locais de subordinação são essenciais para a sobrevivência e articulação de estratégias de transformação social. A música, o afeto e a escrita de mulheres negras, nesse sentido, são ferramentas importantes de empoderamento e autonomia. De acordo com Patricia Hill Collins:

Tradicionalmente, quando tomadas em conjunto, as relações das mulheres negras umas com as outras, a tradição do blues das mulheres negras e o trabalho de escritoras negras criaram o contexto para se produzir alternativas às imagens dominantes da condição de mulher negra. Esses locais ofereceram espaços seguros que alimentaram o pensamento comum e especializado da mulher afro-americana. Neles, as intelectuais negras podiam construir ideias e experiências que eram impregnadas com novo significado na vida cotidiana. Esses novos significados ofereceram às mulheres afro-americanas ferramentas potencialmente poderosas para resistir às imagens controladoras da condição da mulher negra. Longe de ser uma preocupação secundária para produzir modificações sociais, desafiar as imagens controladoras e substituí-las por um ponto de vista das mulheres negras foi um componente essencial para a

---

<sup>241</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 132 – tradução da autora.

<sup>242</sup> BHABHA, Homi K.; RUTHERFORD, Jonathan. *Third space*. *Multitudes*, Liege, n. 26, p. 95-107, 2006. Disponível em: <[https://www.cairn-int.info/article-E\\_MULT\\_026\\_0095--third-space.htm](https://www.cairn-int.info/article-E_MULT_026_0095--third-space.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

resistência a opressões que se interseccionam (Thompson-Cager 1989)<sup>243</sup>.

Visto assim, é possível dizer que a resistência às imagens de controle se constitui enquanto uma política central para o pensamento feminista negro, porque a partir dela o exercício do ativismo de mulheres negras não depende de uma militância no interior de organização institucionalizada, de um partido político ou de disputas na esfera pública. A articulação da resistência dessas mulheres é tão potente porque o resgate da sua humanidade depende exclusivamente de ferramentas que estão ao alcance de qualquer mulher negra, independente de classe social, nacionalidade, idade ou condição de cidadania. Todas nós somos capazes de ouvir música, todas nós somos capazes de estabelecer relações de afeto umas com as outras, todas nós temos condições de narrar nossas próprias experiências como uma forma de fortalecer nossas consciências para exigir justiça social de forma plena como uma política de liberdade.

---

<sup>243</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 122-124 – tradução da autora.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VERDADE SOBRE MIM EU MESMA POSSO DIZER

A obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment* é internacionalmente reconhecida enquanto uma contribuição valiosa e histórica. Premiada por diversas associações de pesquisadores e utilizada como referencial teórico em múltiplos campos de conhecimento, a obra é uma bibliografia fundamental para os debates de raça, gênero e sexualidade. Para além disso, a partir da leitura desse clássico, foi possível perceber que a principal preocupação de Patricia Hill Collins a respeito desse trabalho é que ele fosse acessível e de possível compreensão para mulheres negras, um trabalho em que aquelas que são as principais sujeitas da pesquisa desenvolvida considerem como relevante. Patricia Hill Collins, assim como outras teóricas críticas negras, abriu o caminho para que a centralização das questões raciais na produção da teoria feminista criasse outros tipos de análises sociais que respondem a pelo menos dois problemas que são oriundos da histórica supressão do pensamento de mulheres negras do feminismo: o silenciamento de mulheres negras enquanto sujeitas ativas do conhecimento a respeito de suas próprias experiências e a necessidade de uma política de empoderamento estimulada pela produção teórico crítica dessas mulheres.

As teorias sociais da diferença foram majoritariamente articuladas por intelectuais socialmente privilegiados no interior das relações hierárquicas de raça, classe e gênero, o pensamento feminista negro apresenta distinções consideráveis, sobretudo porque opera de forma substancialmente diferente a partir de intelectuais que estão localizados em posições de *outsider-within*, nesse sentido, o pensamento de Patricia Hill Collins localiza-se em uma posição transgressora, que articula possibilidades outras de produção de conhecimento. A abordagem da autora explora a dimensão política da diferença para o desenvolvimento do pensamento feminista negro como teoria social crítica.

A forma crítica e persistente com que Patricia Hill Collins centraliza a questão racial nas análises sociais é reflexo de um comprometimento profundo com o ativismo intelectual, um ativismo que não está apenas comprometido com o discurso, mas com a produção de mudanças que impactem a vida cotidiana das pessoas. A tradição intelectual coletiva que Patricia Hill Collins organiza em *Black Feminist Thought*



possibilita uma visão ampla sobre as questões sociais que se apresentam na contemporaneidade. A experiência de mulheres negras fundamenta um entrelaçamento entre produção de conhecimento e ativismo. A partir do pensamento feminista negro é possível promover uma mudança paradigmática no que tange às análises sobre as injustiças sociais, principalmente ao destacar como as opressões se conectam nas relações de dominação. Dessa forma, há um potencial investigativo relevante em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, que permite, ao utilizar as trajetórias e experiências das mulheres negras na luta por justiça social, na busca por sobrevivência e no enfrentamento das opressões, articular outras formas críticas de analisar as insuficiências do projeto de emancipação ocidental. Ao visualizar como as opressões são justificadas e mantidas pelos grupos hegemônicos, Patricia Hill Collins oferece um método importante para compreender como os processos de subjetivação de mulheres negras são suprimidos ou frustrados, fazendo com que elas não tenham acesso pleno aos mecanismos da justiça para reivindicar e conquistar direitos comumente ofertados para a população branca.

O pensamento feminista negro apresenta características próprias que o distinguem de outras formas de conhecimento. As ações e ideias de mulheres negras constroem uma tradição intelectual multifacetada, que, apesar de ser frequentemente invisibilizada, a partir de uma estratégia de manutenção das inequidades sociais e de consolidação do discurso de vitimização de negros e negras, produz marcos teóricos que reivindicam a redefinição do lugar das mulheres negras na história e a relevância das estratégias políticas articuladas pelas mesmas enquanto projeto de justiça social.

Além disso, a matriz de conhecimento interseccional evidencia as formas com que as teorias tidas como relevantes serão valoradas a partir de uma dinâmica de poder que define o que deve ser colocado como mais relevante em termos acadêmicos. Intelectuais como Angela Davis, Alice Walker, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro, Lélia Gonzáles, Barbara Smith, Mãe Beata de Yemonjá e tantas outras promoveram esforços significativos em reestruturar as teorias sociais a partir das experiências de mulheres negras, esforço metodológico que também aparece de forma preponderante no trabalho de Patricia Hill Collins. Essa opção explícita por centralizar as vozes de mulheres negras na produção de conhecimento acadêmico nasce a partir da localização dessas mulheres em múltiplos espaços, os quais lhes dão um ponto de vista distintivo. Para Patricia Hill Collins, o feminismo negro é ponto

de partida para qualquer análise que tenha por escopo a crítica feminista ou mesmo a justiça social, pois a complexidade do ativismo intelectual de mulheres negras faz com que elas precisem combater múltiplas formas de opressão, fazendo com que tenham que entender como operam os sistemas de dominação para que as estratégias elencadas sejam suficientemente potentes para garantir sua sobrevivência à margem das instituições sociais e da proteção estatal<sup>244</sup>.

Nesse sentido é possível dizer que a emergência das mulheres negras enquanto agentes de conhecimento é um processo informado por metodologias que desafiam as lógicas binárias. Os processos de construção de conhecimento que possibilitam analisar as ausências de mulheres negras nos cânones acadêmicos, também são úteis para compreender como que a supressão intelectual dessas mulheres constitui um sustentáculo que baliza o Direito como ciência. O pensamento de Patricia Hill Collins é um exemplo de conhecimento que desafia os binários sociológicos e seus efeitos. O pensamento feminista negro permite examinar relações sociais não-binários, possibilitando que o paradigma da interseccionalidade seja utilizada para substituir as noções que estabeleçam raça, classe e gênero como categorias em oposição.

Para Patricia Hill Collins umas das características que constitui o pensamento feminista negro é a tensão dialética entre ativismo e opressão<sup>245</sup>. Essa tensão aparece constantemente na produção intelectual de mulheres negras. A produção intelectual de mulheres negras não se resume a artigos em periódicos e livros. Ela ultrapassa as fronteiras daquilo que é considerado conhecimento pela normatividade eurocêntrica padronizante e se apresenta enquanto oralidade, música, poesia, dança e outras formas de reverberação e compartilhamento de saberes.

O constante questionamento a respeito da universalidade eurocêntrica, masculina e branca dada ao conceito “mulher” é parte dessa tensão. O pensamento feminista negro provoca constantemente ao deslocamento dos binários de raça, gênero e sexualidade, promovendo o aprofundamento das reflexões a respeito de uma naturalização da feminilidade que acaba por universalizar as opressões sem analisar a matriz de dominação em que elas estão inseridas. A forma com que o

---

<sup>244</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2009.

<sup>245</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. 6.

feminismo branco lança mão do conceito de experiência também é indicativa dessa questão, pois acaba por criar um padrão de experiências para mulheres que acaba por frustrar a possibilidade de sua autodeterminação. Falar em experiência feminina sem considerar os contextos no qual as subjetividades dessas mulheres são constituídas é uma forma de controle e supressão da autonomia das mulheres. A subordinação de mulheres negras acaba sendo engendrada no interior do pensamento feminista branco, a partir da negativa dessas em compreender que a supressão das experiências dessas mulheres acaba por proteger apenas os interesses das elites brancas, os quais são acessados por mulheres brancas por serem brancas.

Ativistas intelectuais como Lélia Gonzáles, Luiza Bairros, Angela Davis e bell hooks fazem parte de uma ampla tradição intelectual do pensamento feminista negro que reivindica a perspectiva do ponto de vista como chave de construção de conhecimento. Considero que a produção de teoria toma um sentido mais contundente quando ela é organizada a partir de uma perspectiva prática, porque a produção de conhecimento é uma ação prática. Todo o pensamento produzido por intelectuais negras se alicerça na possibilidade de a partir dele haver uma articulação de perspectivas que mudem a realidade social vivenciada pelos sujeitos implicados na teorização. A teoria social crítica engloba arcabouços teóricos e conjuntos de práticas institucionais. Na perspectiva apresentada por Patricia Hill Collins, o potencial da teoria crítica está na elaboração de análises que sejam capazes de nomear e divulgar os fatores constitutivos das desigualdades e das injustiças sociais.<sup>246</sup> Ao compreender essa dinâmica, o pensamento feminista negro acaba por mobilizar um arcabouço de conhecimento que serve também para a emancipação de outros grupos de mulheres, o que explica a potência do pensamento feminista negro para a justiça social.

Nomear os fatos sociais é um exercício de poder. O poder que mulheres brancas exercem ao nomear as perspectivas de resistência de mulheres negras enquanto feminismo e apagar da história os movimentos políticos mobilizados por essas mulheres é visibilizado a partir do pensamento feminista negro. Para Patricia Hill Collins, a supressão do pensamento feminista negro é uma prática integrativa das

---

<sup>246</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009, p. 218.

opressões de raça e gênero<sup>247</sup>. Os estudos feministas historicamente negaram às mulheres negras o direito e o privilégio de contar a sua própria história, algo que fortalece não apenas a subordinação de mulheres negras, mas também a sua própria subordinação. Centralizar que o pensamento feminista negro não é uma mera corrente do feminismo branco ou um adereço do mesmo é uma forma de reparar a supressão do pensamento de mulheres negras. Ao localizar os interesses históricos de mulheres negras como uma ação política criativa comprometida com o conjunto da sociedade compreendi que a responsabilidade histórica de mulheres negras com o resgate da sua própria autonomia e com a visibilidade da sua humanidade é, por si, um compromisso com a humanidade de todos, exercido a partir de uma perspectiva crítico-criativa.

Patricia Hill Collins tem dedicado seus esforços intelectuais a demonstrar a importância do estabelecimento de diálogos que promovam coalisões para a promoção da justiça social. O desenvolvimento do pensamento feminista negro tem fundamental importância nessa estratégia, pois ao reconhecer as diferenças é possível construir esses diálogos de forma genuína. A importância de falar sobre as questões que nos diferenciam reside exatamente na possibilidade de estabelecer laços a partir da solidariedade flexível. Compreendo que em alguns momentos não haverá uma política comum devido os contextos que particularizaram nossas vivências, mas, em tantos outros, a partir de uma escuta engajada e comprometida, é possível criar agendas políticas comuns, que construam as pontes necessárias para o estabelecimento de sociedades equânimes e socialmente justas.

O racismo e o sexismo são diretamente informados pelas estruturas institucionais. Historicamente, a mídia tem repercutido imagens de controle que cooptam as definições externamente construídas sobre a feminilidade negra como uma forma de validar o tratamento desumanizante que é ofertado às mulheres negras. Filmes, novelas e programas jornalísticos introjetaram no imaginário social imagens estereotipadas da feminilidade negra como uma forma de controlar não apenas seus corpos e comportamentos, mas aspectos importantes da vida dessas mulheres, como o controle de fertilidade, o exercício da maternidade e o acesso à melhores condições de trabalho, educação, saúde, moradia, segurança pública e assistência social.

---

<sup>247</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

A representação da mulher negra como o outro da sociedade também é fortalecida a partir das imagens de controle as quais se cristalizam a partir da justaposição binária corpo/mente, cultura/natureza, que será manipulada para marginalizar e segregar mulheres negras de todo e qualquer grupo social. As imagens de controle são interpretações da feminilidade negra que predominam socialmente a partir dos sistemas de poder operados pelas elites brancas. A partir delas são controlados o comportamento, a sexualidade e a fertilidade de mulheres negras. Não obstante, as imagens de controle fornecem justificativas ideológicas eficazes para a opressão racial, bem como para as políticas de subordinação de gênero e exploração econômica inerentes às economias capitalistas<sup>248</sup>.

Reconhecer a perversidade da atuação das imagens de controle na vida de mulheres que, como eu, são constantemente interpeladas por representações e estereótipos que tem por objetivo limitar nossas possibilidades sociais é uma experiência contraditória. Ao mesmo tempo em que perceber essa realidade implica em sofrimentos, é também uma experiência emancipatória ter consciência de que quando atribuem ao nosso comportamento um significado que inexistente, há uma razão política e econômica atrás disso. Não sou eu que sou burra, incompetente, preguiçosa ou agressiva. É lógica de manutenção dos privilégios da branquitude que necessita desses padrões para se manter onde está. A agressividade aparece no coração de diversas imagens de controle, como demonstrei no decorrer desse trabalho. Há uma razão especial para esse padrão que reside na construção da raiva como uma característica masculina. A agressividade é tida como uma potência do patriarcado: quando mulheres negras experimentam utilizar a raiva para demonstrar sua inconformidade com as injustiças sociais, lhes é atribuído o estereótipo de agressiva de forma negativa e controlada pelos contornos que essa manifestação gera enquanto questionamento do sistema patriarcal. Mulheres negras que manifestam suas raivas sociais são definidas a partir das imagens de controle porque ameaçam o patriarcado.

Observar esses padrões mobiliza reflexões quase que automáticas sobre que imagem de controle a sociedade está esperando que as mulheres negras endossem quando as interpela. A qual imagem de controle a mídia brasileira está recorrendo quando mais uma vez reproduz uma representação estereotipada de uma mulher

---

<sup>248</sup> COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarchs, and other controlling images. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 76-106.

negra em suas novelas e filmes? Qual imagem de controle está sendo mobilizada quando é noticiado no jornal uma situação de violência vivenciada por uma mulher negra? Que imagem de controle o judiciário está utilizando para impedir uma mulher negra de acessar a justiça de maneira plena? O principal questionamento, entretanto, que emerge em minha mente a cada momento em que observo o racismo e o sexismo após me engajar na obra de Patricia Hill Collins é: como iremos articular uma nova resistência à violência incutida no controle exercido por esses estereótipos?

Para Patricia Hill Collins, uma das dimensões da opressão de mulheres negras é a forma específica com que o trabalho dessas mulheres será historicamente explorado para a construção e manutenção do capitalismo. A construção do pensamento feminista negro não está articulada dentro dos enquadramentos tidos como padrões pela academia, exatamente em consequência desse aspecto. O custo para a manutenção da própria vida, sem sucumbir às violências vivenciadas a partir do trabalho, é alto e acaba afastando essas mulheres dos lugares de privilégio social, como é o caso das instituições de ensino superior<sup>249</sup>.

Minhas avós, que trabalharam a vida inteira em postos de trabalhos “*mammificados*”, minha mãe, que ainda hoje é interpelada como uma mulher intimidadora, minhas primas, que muitas vezes são lidas apenas a partir de seus corpos, nunca corresponderam às imagens pré-estabelecidas socialmente a partir das imagens de controle. Ao contrário, sempre confrontaram as violências que lhes foram destinadas. As mulheres negras que precisam colocar o cuidado da sua família, seu trabalho e outras dimensões de suas vidas em detrimento de uma trajetória acadêmica constituem sua intelectualidade a partir de outros vieses. Essas estratégias de constituição de um ponto de vista auto-definido de mulheres negras em espaços seguros onde as imagens de controle podem ser desafiadas foram operadas por muitas mulheres que ajudaram na minha caminhada acadêmica, é com essa coletividade que apresento as considerações finais deste trabalho.

O estudo comprometido do conceito de imagens de controle me forneceu um arcabouço teórico e ferramentas de análise que me permitiram não apenas entender como os sistemas de dominação mobilizam as opressões de forma simultânea para despotencializar os processos de subjetivação e autonomia de mulheres negras, mas também funcionou como um alívio em relação às angústias que a estrutura social

---

<sup>249</sup> COLLINS, Patricia Hill. Preface to First Edition. In: COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, p. 5.

racista me impõe diariamente. Possibilitou-me compreender que as frequentes humilhações e desumanizações a que somos submetidas enquanto mulheres negras estão diretamente relacionados com o poder que nossas próprias narrativas e que os processos de autodefinição edificam para o empoderamento político e intelectual daquelas que são a maioria nesse país e que, portanto, têm as maiores condições de promoverem justiça social, o que significa o resgate da humanidade de todos aqueles que historicamente têm sido violentados pela supressão dos mínimos sociais, da cidadania e do poder de nomear a sua própria trajetória.

A intelectualidade de mulheres negras, que não se restringe ao fazer acadêmico dessas mulheres, tem sido contundente em desafiar as imagens de controle através dos tempos. A forma com que trabalhadoras domésticas negras cada vez mais tem se recusado a perpetuar imagens de subordinação relacionadas ao trabalho que desempenham é um exemplo potente nesse sentido. Iniciativas mais contemporâneas, como o trabalho da historiadora e cantora Preta Rara<sup>250</sup>, evidenciam que os esforços de autodefinição que trabalhadoras domésticas negras empreenderam historicamente geraram frutos potentes, mulheres que insistem em desafiar as imagens de controle através das suas próprias narrativas. Nesse sentido também menciono o feminismo reivindicado por Mãe Beata, autodefinido a partir da perspectiva resgate da luta das mulheres escravizadas, das características atribuídas às divindades femininas do panteão africano e, fundamentalmente, da percepção das múltiplas subjetividades de mulheres negras, resultado do enfrentamento as imagens de controle, nesse caso a partir do espaço seguro do terreiro onde se inscrevem as políticas do cuidado, do saber, da responsabilidade consigo e com os outros.

Demonstrei com essa pesquisa que há um amplo espaço na pesquisa em Direito para formulações que tenham por centro a experiência de mulheres negras como marco metodológico. Assim como Patricia Hill Collins sugere, a experiência de mulheres negras é um potente *locus* de enunciação para produzir reflexões sobre a sociedade. A pesquisa em Direito pode se beneficiar imensamente dessas

---

<sup>250</sup> FERNANDES, Joyce. Eu Empregada Doméstica. São Paulo: Tedx Talks, 2017. (16 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_d\\_n-z3s8Lo](https://www.youtube.com/watch?v=_d_n-z3s8Lo)>. Acesso em: 03 fev. 2018.

formulações e, sobretudo, do status de *outsider-within* das pesquisadoras negras para desafiar os paradigmas do conhecimento jurídico<sup>251</sup>.

No que pese a obra de Patricia Hill Collins estar quase toda articulada a partir das experiências de mulheres afro-estadunidenses, é perceptível que existem inúmeros pontos em comum entre as vivências dessas mulheres e o cotidiano de mulheres negras no contexto brasileiro. Essas similaridades fazem parte não apenas das proximidades que encontramos historicamente ao analisar o período da escravização negra e da colonização nos dois países, mas também a partir do impacto dos padrões hegemônicos ocidentais que irão controlar os corpos e os comportamentos de mulheres negras por toda a diáspora a partir de ferramentas bastante semelhantes. O tratamento da mulher negra como o outro da sociedade não apenas criou os estereótipos sexuais modernos e auxiliou na defesa da escravização de negros e negras, como também contribuiu para a guetização e segregação das comunidades negras<sup>252</sup>.

O esforço que as acadêmicas negras têm empreendido em formular novas análises que permitam produzir conhecimentos que modifiquem as estruturas racistas e sexistas que formam a sociedade é parte significativa da tradição intelectual do pensamento feminista negro.

Ao confrontar esses padrões, os estudos produzidos por essas mulheres demonstram como as imagens de controle ainda impactam o cotidiano social da negritude, sobretudo ao elucidar como, na contemporaneidade, surgem novas imagens de controle que fixam as mulheres negras às atribuições relacionadas à limpeza, ao cuidado e, principalmente, a salários inferiores. A produção acadêmica de

---

<sup>251</sup> Em *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, Patricia Hill Collins apresenta como a posição social das mulheres negras pode significar um lugar não apenas de opressão mas também de formulação de potente resistência, as quais perpassam por um ponto de vista autodefinido que é forjado a partir da própria experiência de opressão. Patricia Hill Collins se vale de pesquisas sobre o cotidiano de mulheres negras empregadas domésticas para significar a ideia de “outsider within”, alguém que pertence e não pertence aos espaços privilegiados de forma simultânea. O *status* de “outsider within” no âmbito acadêmico possibilita para mulheres negras um ponto de vista único, que facilita a observação de padrões que dificilmente são percebidos por aqueles que estão inseridos plenamente no sistema de privilégios raciais que consubstanciam a academia. Para Patricia Hill Collins, o lugar marginalizado no qual estão as acadêmicas negras enseja a criatividade dessas mulheres, o que justifica que essas experiências estejam ao centro das análises, pois são capazes de apreciar questões da realidade social que são ocultadas pelas abordagens convencionais. Ver: COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>252</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. New York: Routledge, 2004.



mulheres negras tem contribuído sensivelmente em fornecer explicações que auxiliem na compreensão da dinâmica das relações raciais, a partir das distintas formas com que as experiências das opressões podem se manifestar, não só entre mulheres de contextos sócio-raciais diferentes, mas até mesmo no interior de grupos que são entendidos de forma similar.

Nesse sentido, os estudos que examinam como o racismo afeta o *status* de cidadania dos negros e negras têm crescido consideravelmente no campo das ciências sociais. Ao analisar os efeitos do racismo no campo do trabalho, do sistema educacional e em outros aspectos da vida cotidiana, avolumam-se no Brasil os estudos raciais, como um campo de conhecimento necessário para a compreensão das instituições e de suas dinâmicas. Demonstrar como os marcadores de gênero impactarão de maneira distintas homens e mulheres negras demanda uma ampliação de uma literatura sobre as experiências de mulheres negras, a qual ainda é restrita. Dessa forma, o impacto do trabalho de Patricia Hill Collins é imenso, porque é uma das principais obras a fornecer marcadores teóricos que permitam produzir literatura acadêmica voltada às dinâmicas de raça e gênero no interior das comunidades negras.

A centralidade do conceito de *imagens de controle* na obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment* reside exatamente no potencial que esta elaboração apresenta para demonstrar como o racismo se apresenta de forma diferenciada a partir da multiplicidade de experiências que podem moldar a vida de pessoas negras e que estão imbricadas na forma dinâmica com que raça, gênero, sexualidade, classe e outros marcadores irão interligar-se. A forma com que os sistemas de dominação se articulam cria formas distintas de vivência racial e formas distintas de violência racial. Por exemplo, mulheres negras são afetadas diretamente pelas imagens de controle na sua trajetória profissional. Esse fenômeno controla as aspirações pessoais dessas mulheres e media as relações que elas irão estabelecer nos seus locais de trabalho.

O principal mecanismo de resistência às imagens de controle, de acordo com Patricia Hill Collins, é a autodefinição. Compreender como as mulheres negras organizam estratégias para articular pontos de vista definidos a partir de suas próprias experiências constitui-se enquanto uma forma de recuperação da nossa própria história. É uma forma não apenas de retomar a própria voz, mas de articular posições que nos devolvem a humanidade historicamente suprimida a partir do processo de

colonização. Além disso, a formulação do pensamento feminista negro organiza uma perspectiva teórica que permite um reexame das estruturas de conhecimento por outros grupos.

Compreender o pensamento de Patricia Hill Collins enquanto teoria crítica é relevante pelas dimensões que ele apresenta. Busquei demonstrar nesse trabalho como que o silenciamento de mulheres negras enquanto sujeitas ativas do conhecimento a respeito de suas próprias experiências implica em uma necessidade de uma política de empoderamento estimulada pela produção teórico crítica dessas mulheres. Mais ainda, entendo que a partir dos conceitos desenvolvidos pela autora, abre-se a possibilidade de articulação de uma série de agendas de pesquisa que tem o potencial de demonstrar não apenas como o Direito faz parte da matriz de dominação que articula a subordinação de mulheres negras, mas também quais são as estratégias que essas mulheres podem oferecer para as teorias de justiça que podem, efetivamente, mobilizar mudanças sociais que garantam o exercício da cidadania de forma plena.

A tradição intelectual e política do pensamento feminista negro provoca questões relevantes sobre a natureza da solidariedade política. O histórico do pensamento de mulheres negras sugere que as respostas à violência racial foram além da solidariedade racial centrada exclusivamente em resistir ao racismo. Ou seja, há uma agenda feminista negra muito anterior à visibilidade que este debate tomou publicamente no período recente.

O pensamento feminista negro é muito mais complexo e apresenta uma gama ampla de políticas que ultrapassam e muito as análises colocadas aqui. Centrei as mesmas naquilo que é constitutivo do alicerce da opressão ideológica racista e sexista que se concretiza nas *imagens de controle*. Entre tantos pontos importantes levantados nessa pesquisa, considero que a questão da sexualidade é uma chave importante para o pensamento feminista negro porque na contemporaneidade os debates a respeito do heterossexismo foi aprofundado pelo ativismo de mulheres negras. A própria reformulação da obra estudada tem como característica uma análise mais comprometida com a sexualidade enquanto chave analítica. A primeira edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment* é mais focada nas questões relativas à cultura negra. Em contrapartida,

na segunda edição do livro, Patricia Hill Collins aprofunda suas análises a partir de outros critérios, tendo especial relevância a sexualidade<sup>253</sup>.

O pensamento de mulheres negras possibilita uma análise alternativa da sociedade e do poder. A forma com que o feminismo negro conceitua a interseccionalidade e a política em termos pragmáticos e flexíveis articula uma visão crítica abrangente, dinâmica, em que o padrão estático e ideológico da teoria política dá lugar às múltiplas estratégias e formulações que, longe de serem consideradas pelas próprias feministas negras como as únicas formas de resistência e luta por justiça social, tornam-se espaços de compartilhamento de outros conhecimentos entre grupos subordinados para reflexões complexificadas sobre as dinâmicas de poder<sup>254</sup>.

A partir do conhecimento produzido pelo pensamento feminista negro, constituíram-se novas possibilidades de análise para o campo dos estudos de gênero, impactando a forma com que teóricas brancas engajadas na construção da justiça social organizam seus contributos intelectuais. Na próxima seção, demonstro como as articulações intelectuais de mulheres negras impactaram os estudos feministas.

Fomos capazes de sobreviver até aqui pela capacidade de desafiar as inúmeras formas de dominação que foram historicamente manipuladas para a nossa subordinação. Continuamos sobrevivendo apesar da violência estatal e das sistemáticas tentativas de eliminação de nossos corpos. Organizamos formas assertivas de questionar as estruturas sociais e modificá-las. Portanto, é útil reconhecer nossas vozes e nossa intelectualidade enquanto ferramentas de justiça, porque o resgate de nossa autonomia e humanidade é, em última análise, uma forma de reconstituição da humanidade de conjunto.

---

<sup>253</sup> COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009. p. XI.

<sup>254</sup> COLLINS, Patricia Hill. *The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy*. *Investigaciones Feministas*, Madrid, v. 8, n. 1, p. 167-192, 29 jun. 2017. Universidad Complutense de Monadrid (UCM). Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7)>. Acesso em: 27 out. 2018.

## REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ALEXANDER-FLOYD, Nikol G. Critical race Black feminism: A “jurisprudence of resistance” and the transformation of the academy. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 35, n. 4, p. 810-820, 2010.

ANDREWS, William L. **Sisters of the Spirit: Three Black Women's Autobiographies of the Nineteenth Century**. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: SENAC, 2004.

BAIRROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o racismo. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 169-170, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 03 out. 2018.

BARKER, Derek. The scholarship of engagement: A taxonomy of five emerging practices. **Journal of Higher Education Outreach and Engagement**, v. 9, n. 2, p. 123-137, 2004. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/af86/4fd5b593e9292f85e87c9fe38c9fba6b9375.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BHABHA, Homi K.; RUTHERFORD, Jonathan. Third space. **Multitudes**, Liege, n. 26, p. 95-107, 2006. Disponível em: <[https://www.cairn-int.info/article-E\\_MULT\\_026\\_0095--third-space.htm](https://www.cairn-int.info/article-E_MULT_026_0095--third-space.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ROCKMAN, Bert A.. Política nos Estados Unidos: tendências nas últimas quatro décadas. **Estudos Avançados**., São Paulo, v. 8, n. 21, p. 51-77, 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 jul. 2019

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. Metodologia da pesquisa em direito. Caxias do Sul: **Educs**, 2015. Disponível em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook\\_metodologia\\_da\\_pesquisa.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais (Ed.). Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres No Brasil. Rio de Janeiro, 2018. 12 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acesso em: 18 jan. 2019

CABRAL, Ana Lúcia Lobo Vianna et al. Vulnerabilidade social e câncer de mama: diferenciais no intervalo entre o diagnóstico e o tratamento em mulheres de diferentes perfis sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 613-622, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019000200613&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200613&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CAMPOS, Carmen Hein de. Razão e sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1-12.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos Contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 49-58, 2003. Disponível em: <<http://latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. Uma história de mulheres: a genealogia feminina em Sula, de Toni Morrison. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 1, n. 28, p. 265-284, 2010. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/168>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CASTRO, Ana Luísa Machado de. **Ecoando Dos Cinco Cantos: Feminismo Negro Brasileiro e Questões de Direitos Humanos**. Universidade Federal de Goiás, 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9071/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Ana%20Lu%20adsa%20Machado%20de%20Castro%20-%202018.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de Economia e Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 283-304, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/07.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 38, n. 4, p. 785-810, jun. 2013. University of Chicago Press. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod\\_resource/content/1/CHO%20C%20S.%3B%20CRENSHAW%20K.W.%3B%20Mccall%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod_resource/content/1/CHO%20C%20S.%3B%20CRENSHAW%20K.W.%3B%20Mccall%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

COLE, Nicki Lisa. **Biography of Patricia Hill Collins: Her Life and Intellectual Contributions**. ThoughtCo., New York, 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/patricia-hill-collins-3026479>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media, and Democratic Possibilities**. Boston: Beacon Press, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought as Oppositional Knowledge**. 2016. Disponível em: <<https://dcqr.ucpress.edu/content/ucpqcr/5/3/133.full.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism**. New York: Routledge, 2004.

COLLINS, Patrícia Hill. Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Fighting words: Black women and the search for justice**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. **From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review Of Sociology**, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 1-20, 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Looking Back, Moving Ahead: Scholarship in Service to Social Justice. **Gender & Society**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 14-22, 23 jan. 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Moving beyond gender: Intersectionality and scientific knowledge. **Revisoning gender**, p. 261-284, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. No guarantees: Symposium on Black Feminist Thought. **Ethnic & Racial Studies**, London, v. 38, n. 13, p. 2349–2354, 2015. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=109076184&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso\*. **Cadernos Pagu** Campinas , n. 51, 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jul 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **On intellectual activism**. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. On violence, intersectionality and transversal politics. **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 40, n. 9, p.1460-1473, 5 jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1317827>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Pauli Murray's journey toward social justice. **Ethnic And Racial Studies**, London, v. 41, n. 8, p. 1453-1467, mai. 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01419870.2018.1445270>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing About Motherhood. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie. **Mothering: Ideology, Experience, and Agency**. New York: Routledge, 1993. Cap. 3. p. 45-65.

COLLINS, Patricia Hill. Social inequality, power, and politics: Intersectionality and American pragmatism in dialogue. **The Journal of Speculative Philosophy**, v. 26, n. 2, p. 442-457, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. **Investigaciones Feministas**, Madrid, v. 8, n. 1, p. 167-192, 29 jun. 2017. Universidad Complutense de Madrid (UCM). Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7)>. Acesso em: 27 out. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. The difference that power makes: Intersectionality and participatory democracy. In: **The Palgrave Handbook of Intersectionality in Public Policy**. Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 167-192.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; CHEPP, Valerie. **Intersectionality**. Oxford Handbooks Online, [s.l.], p. 1-36, 12 mar. 2013. Oxford University Press. Disponível em: <[https://sage-pilot.uq.edu.au/files/151/oxford\\_handbook\\_intersectionality.pdf](https://sage-pilot.uq.edu.au/files/151/oxford_handbook_intersectionality.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2018.

COY, Patrick G.; WOEHRLE, Lynne M.; MANEY, Gregory M.. A Typology of Oppositional Knowledge: Democracy and the U.S. Peace Movement. **Sociological Research Online**, [s.l.], v. 13, n. 4, p.1-15, jul. 2008.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 10, p. 171-188, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <[http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu\\_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991\\_intersectionality.pdf](http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991_intersectionality.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-



167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

DAVIS, Angela. **Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday**. New York: Pantheon Books, 1999.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHINO, Andréia Aparecida Grandi. **Escravidão e Resistência: A condição escrava/feminina no Brasil Oitocentista**. 2007. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/519/1/ES CRAVIDÃO%20E%20RESISTÊNCIA%20A%20CONDIÇÃO%20ES CRAVA%20FEMININA%20NO%20BRASIL%20OITOCENTISTA.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

DOS SANTOS CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Editora Contexto, 2004.

DOS SANTOS CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Selo Negro, 2001.

DUBOIS, W.E.B. **As Almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUNDES, Alan. "Jumping the Broom": On the Origin and Meaning of an African American Wedding Custom. **The Journal Of American Folklore**, Springfield, v. 109, n. 433, p. 324-329, 1996. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/pdf/541535.pdf?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/pdf/541535.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 04 fev. 2019.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERGUS, Devin. Black Power, Soft Power: Floyd McKissick, Soul City, and the Death of Moderate Black Republicanism. **Journal Of Policy History**, Cambridge, v. 2, n. 22, p. 148-192, 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-policy-history/article/black-power-soft-power-floyd-mckissick-soul-city-and-the-death-of-moderate-black-republicanism/E74DBA176BD3C5A747B1805EC2178FD2>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

FERNANDES, Joyce. **Eu Empregada Doméstica**. São Paulo: Tedx Talks, 2017. (16 min.), son., color. Legendado. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_d\\_n-z3s8Lo](https://www.youtube.com/watch?v=_d_n-z3s8Lo)>. Acesso em: 03 fev. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, jun. 2018. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n2/2179-8966-rdp-09-02-1080.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510017.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2018.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016, p. 909-927. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2016000300909&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2016000300909&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 mai. 2018.

GAMMAGE, Marquita Marie. **Representations of Black Women in the Media: The Damnation of Black Womanhood**. New York: Routledge, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em 17 jan. 2018.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

HIGGINBOTHAM, Elizabeth. Black Professional Women: Job Ceilings and Employment Sectors. In: ZINN, Maxine Baca; DILL, Bonnie Thornton. **Women of Color in U.S. Society**. Philadelphia: Temple University Press, 1994. p. 113-131.

HIGGINBOTHAM, Elizabeth. Reflections on the Early Contributions of Patricia Hill Collins. **Gender & Society**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 23-27, 23 jan. 2012.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

HOOKS, bell. **Moving Beyond Pain**. 2016. Disponível em: <<http://www.bellhooksinstitute.com/blog/2016/5/9/moving-beyond-pain>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

HUDSON-WEEMS, Glenora. **Africana womanist literary theory**. Trenton: Africa World Press, 2004.

HULL, Akasha Gloria; BELL-SCOTT, Patricia; SMITH, Barbara. **All the Women are White, All the Blacks are Men, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies**. 2. ed. New York: The Feminist Press, 2015.

JEWELL, Karen Sue Warren. **From Mammy to Miss America and Beyond: Cultural images and the shaping of US social policy**. New York: Routledge, 1993.

KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LANARI, Luiza de Oliveira. **Spatializing Race, Gender and Identity in Gloria Naylor's The Women of Brewster Place and Toni Morrison's Paradise**. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos Literários., Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-ARVJAZ/disserta\\_\\_o\\_luiza\\_de\\_oliveira\\_lanari.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-ARVJAZ/disserta__o_luiza_de_oliveira_lanari.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LEE, Kyoo. Rethinking with Patricia Hill Collins: A Note Toward Intersectionality as Interlocutory Interstitiality. **Journal of Speculative Philosophy**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 466–473, 2012. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=82115284&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

LEVINE, R. et al. **Social Class and Stratification: Classic Statements and Theoretical Debates**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=3e5398d3-0500-4949-a53a-efcd01ed2a43%40sdc-v-sessmgr05>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LIMA, Márcia. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 95-102, 27 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145516>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

LIMA, Marcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 489-505, 1995. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-124500lima.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. **Reading National Geographic**. Chicago: University Of Chicago Press, 1993.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em : 23 jul. 2019

MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior. **O corpo materno em *Without a Name e Butterfly Burning*, de Yvonne Vera: tensões, transgressões e resistências**. 2017. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2017/06/O-CORPO-MATERNO-EM-WITHOUT-A-NAME-E-BUTTERFLY-BURNING-DE-YVONNE-VERA-TENS%C3%95ES-TRANSGRESS%C3%95ES-E-RESI.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MENDIETA, Eduardo. Mapping the Geographies of Social Inequality: Patricia Hill Collins's Intersectional Critical Theory. **Journal of Speculative Philosophy**, v. 26, n. 2, p. 458–465, 2012. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=d16e9841-8c90-413b-b4aa-7940c4c88c36%40pdc-v-sessmgr05>>. Acesso em: 26 out. 2018.

MEER, Nasar. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the 'spirit' of recognition. **The Sociological Review**, [s.l.], v. 67, n. 1, p. 47-62, 19 abr. 2018.

MORRISON, Toni. **Sula**. New York: Vintage, 2015.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, 30 jul. 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594/20657>>. Acesso em: 01 nov. 2018

NASH, Jennifer. Re-thinking intersectionality. **Feminist Review**, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: <[https://www.mackenzian.com/wp-content/uploads/2016/02/Nash\\_RethinkingIntersectionality2008.pdf](https://www.mackenzian.com/wp-content/uploads/2016/02/Nash_RethinkingIntersectionality2008.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

OAB-PI concede título de advogada à Esperança Garcia. CidadeVerde.com, Teresina, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/252952/oab-pi-concede-titulo-de-advogada-a-esperanca-garcia>>. Acesso em: 26 out. 2018.

O'REILLY, Andrea. **Encyclopedia of Motherhood**. Los Angeles: Sage, 2010.

OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 100-102, 2008. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/854>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em**

**Salvador, Bahia. 2008**, Campinas, 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. 2016, Rio de Janeiro. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/854>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Power, knowledge and Black Feminist Thought 's enduring contribution towards social justice. **Ethnic & Racial Studies**, Vol. 38, n. 13, 2015, p. 2329–2333. Disponível em: <[http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese\\_Ana-Claudia-Jaquetto-Pereira.pdf](http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Ana-Claudia-Jaquetto-Pereira.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2018.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Diferentes olhares, outras perspectivas: solidariedade e trabalho doméstico para mulheres negras durante a escravidão e no pós-abolição. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 821-826, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v30n3/0102-6992-se-30-03-00821.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 135, 2017, p. 541-562. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35199994/Criminologia\\_critica\\_e\\_pacto\\_narcisico\\_capa\\_sumario.pdf](https://www.academia.edu/35199994/Criminologia_critica_e_pacto_narcisico_capa_sumario.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11.; Women's Worlds Congress, 13.**, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, dez. 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/racializando-o-debate-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

REIS, Nathalia Dothling. Revisitando os Estudos de Gênero: Mulheres Negras e o Pensamento Científico. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 30-46, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22265/15426>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

RIBEIRO, Ane Caroline de Faria. **The mammy, the matriarch, the Jezebel: Beyond Controlling Images of Black Female Subjects in Their Eyes Were Watching God, Sula, and The Women of Brewster Place**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos Literários, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-AANPPS/disserta\\_\\_o.anecaroline.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-AANPPS/disserta__o.anecaroline.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

RICH, Marvin. The Congress of Racial Equality and Its Strategy. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [s.l.], v. 357, n. 1, p.113-118, jan. 1965. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271626535700114#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 16, p.11-37, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00011.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Democracia e direito da antidiscriminação: interseccionalidade e discriminação múltipla no direito brasileiro. **Ciências e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 44-49, 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n1/v69n1a16.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. As figuras da perversão do direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. **Prolegómenos Derechos y Valores**, Bogotá, v. 19, n. 37, p. 99-124, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/prole/v19n37/v19n37a07.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Luta por direitos, rebeliões e democracia no século XXI: algumas tarefas para a pesquisa em direito. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 609-635, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/119325/116697>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Perversão do Direito (e da Democracia): seis casos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 261-294, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22185/18937>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

RYAN, J. Michael. Outsider-Within. In: STONE, John et al (Org.). **The Wiley Blackwell Encyclopedia Of Race, Ethnicity, And Nationalism**. Hoboken: Wiley, 2015.

SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. **Movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro: amefricanidade, interseccionalidade e a implementação de políticas**

**públicas na constituinte de 1988.** 2015. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25762/25762.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SANTOS, Gabriela Renata Rodrigues dos. **Trajetórias profissionais de mulheres negras em empresas multinacionais em São Paulo.** 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18301/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Gabriela%20Santos\\_%20versaofinal\\_revisada1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18301/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Gabriela%20Santos_%20versaofinal_revisada1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Ação política e pensamento das mulheres negras nas américas: uma perspectiva sobre a diáspora africana. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 65-84, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29069>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p.117-133, mai. 2017. Disponível em: <<https://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21673/14306>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, Danielle de Luna e. **Maternagens na diáspora amefricana: resistência e liminaridade em Amada, Compaixão e Um defeito de cor.** 2017. 171 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2017/06/MATERNAGENS-NA-DI%20PORA-AMEFRICANA-RESIST%20ANCIA-E-LIMINARIDADE.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, Patricia Carla Freitas da. **Modos de ver, modos de dizer: poesia, cinema e insubordinação política a partir de Luiza Neto Jorge.** 2016. 137 f. Tese (Doutorado) - Curso de Literatura e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26693/1/disserta%20a7%20a3o%20%20Overs%20definitiva.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, Vanessa Patricia Machado. **O processo de formação da lei de cotas e o racismo institucional no Brasil.** 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24368/1/2017\\_VanessaPatr%20C%20AdciaMachadoSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24368/1/2017_VanessaPatr%20C%20AdciaMachadoSilva.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SMITH, Barbara. **Home Girls: A Black Feminist Anthology.** New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 2017. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20856/13456>>. Acesso em: 10 out. 2018

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. [2015]. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/ArtigoElioferreira1cartaesperancagarcia.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019

SOUZA, Lucas Colangeli de. **Identidades étnicas de professoras: interseccionalidade de gênero, família e escola**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Étnicas e Contemporaneidade, Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2018/07/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MESTRADO-LUCAS-COLAN>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOVIK, Liv. A trajetória intelectual de Stuart Hall: As liberdades complexas do pensar. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, p.161-177, 2015. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c94aea80-5fe6-440b-90bcd661a02ee360.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

THEODORO, Helena. **Mito e espiritualidade: mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

WATTS, Jill. **Hattie McDaniel: Black Ambition, White Hollywood**. New York: HarperCollins, 2007.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas: Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. [s.l.], 17 out. 2008. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>>. Acesso em: 17 out. 2018. **Blog: Mulheres Rebeldes**.

WERNECK, Jurema Pinto. Nós merecemos este respeito! **Boletim Toques Criola**, Rio de Janeiro, n. 19, 2005.

WERNECK, Jurema. Of *Ialodês* and Feminists. **Cultural Dynamics**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 99-113, mar. 2007. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0921374007077383>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

WERNECK, Jurema Pinto. **O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática**. 2007. 318 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=10](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10)>. Acesso em: 01 dez. 2018.



XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras? = beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)**. 2012. 464 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280975>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

XAVIER, Giovana et al (Org.). **Mulheres negras do Brasil escravista e do pós emancipação**. São Paulo: Sele Negro, 2012.

YOUNG, Iris Marion. Fighting Words: Black Women and the Search for Justice (review). **Hypatia**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 91-93, 2001.